



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 116

IV Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 30 de outubro de 2015

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 12 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se de imediato para a Agenda da Reunião:

1 - Projeto de Resolução n.º 118/X – “Proteção, dignificação e divulgação dos falares açorianos”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão usaram da palavra para participar no debate os Srs. Deputados Aníbal Pires (PCP), José Andrade (PSD), Artur Lima (CDS-PP), Berto Messias (PS), as Sras. Deputadas Renata Correia Botelho (PS), Zuraida Soares (BE),

Graça Silveira (*CDS-PP*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Durante o debate pediram a palavra para interpelações os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

2 - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 57/X – “Terceira alteração ao DLR n.º 41/2008/A, de 27 de agosto, alterado e republicado pelo DLR n.º 17/2009/A, de 14 de outubro, e pelo DLR n.º 33/2010/A, de 18 de novembro – Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública Regional dos Açores (SIADAPRA)”, apresentado pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Após interpelações feitas à Mesa pelo Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), participaram no debate os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Joaquim Machado (*PSD*), José San-Bento (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Francisco Coelho (*PS*), as Sras. Deputadas Zuraida Soares (*BE*), Graça Silva (*PS*), Ana Espínola (*CDS-PP*) e ainda o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Antes da votação usaram da palavra para interpelações a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) e o Sr. Deputado Jorge Costa Pereira (*PSD*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por maioria.

Pediram a palavra para declarações de voto as Sras. Deputadas Zuraida Soares (*BE*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Graça Silva (*PS*) e os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

3 - Relatório e parecer sobre o pedido de autorização para prestação de depoimento escrito do Deputado Miguel António Moniz da Costa,

no âmbito da Auditoria às despesas do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, em 2011, Relato de Auditoria – Ação n.º 14-218FSI, proveniente do Tribunal de Contas.

Colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

4 - Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 58/X – “Estabelece a gratuidade dos manuais escolares”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Justificada a urgência pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, usou da palavra para uma intervenção a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*).

Submetido à votação foi aprovado por maioria.

5 - Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 58/X – “Estabelece a gratuidade dos manuais escolares”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, pediram a palavra para intervir no debate as Sras. Deputadas Judite Parreira (*PSD*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*), Catarina Moniz Furtado (*PS*), os Srs. Deputados Nuno Menezes (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

No decorrer do debate pediu a palavra para interpelações a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*).

Colocado à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

6 - Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 138/X – “Prorrogação do prazo para apresentação em Plenário do Relatório do Grupo de Trabalho criado no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para Analisar as Políticas Públicas

Regionais Açorianas de Proteção das Crianças”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM.

Submetido à votação, o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

7 - Projeto de Resolução n.º 138/X - “Prorrogação do prazo para apresentação em Plenário do Relatório do Grupo de Trabalho criado no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para Analisar as Políticas Públicas Regionais Açorianas de Proteção das Crianças”,

apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM.

O diploma foi aprovado por unanimidade.

8 - Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 139/X – “Mudança das instalações fixas dedicadas ao serviço prestado pelo programa «Percurso»”, apresentado pela Representação Parlamentar do BE/Açores.

O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade após ter sido justificada a urgência pela Sra. Deputada Zuraida Soares.

9 - Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 140/X – “Regularização das transferências financeiras protocolizadas com as IPSS e Misericórdias com jardins-de-infância”, apresentado pela Representação Parlamentar do BE/Açores.

Justificada a urgência pela Sra. Deputada Zuraida Soares, pediram a palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão e Aníbal Pires.

O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

10 - Projeto de Resolução n.º 140/X – “Regularização das transferências financeiras protocolizadas com as IPSS e Misericórdias com jardins-de-infância”, apresentado pela Representação Parlamentar do BE/Açores.

Apresentado o diploma pela Sra. Deputada Zuraida Soares, participaram no debate, os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Paulo Parece (*PSD*), Lúcio Rodrigues (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

11 - Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 141/X – “Compromisso dos Açores no Projeto Europeu”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado António Marinho, usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Berto Messias (*PS*) e a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*) e a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Por fim, foi aprovada por unanimidade a proposta de **deliberação que declara findo o período legislativo de outubro.**

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 14 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Sr. Secretário, vamos começar pela chamada.

(Eram 10 horas e 12 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes

Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Maria da Graça Oliveira Silva

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz **Costa**

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Paula Alexandra Pires Silveiro **Bettencourt**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros de **Andrade**

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Paulo Jorge da Silva **Ribeiro**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Maria da **Graça** **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum, declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Entramos hoje no ponto cinco da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 118/X – “Proteção, dignificação e divulgação dos falares açorianos”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Ainda não foi distribuído, mas deu entrada na Mesa agora de manhã uma proposta de substituição integral desta iniciativa ...

Já está distribuída. Muito bem.

Portanto, é para terem em consideração que será esta a proposta que será debatida e depois votada.

Para a apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados e Membros do Governo:

O PPM apresenta aqui um Projeto de Resolução que visa proteger, dignificar e divulgar os dialetos açorianos.

Já tive a oportunidade numa anterior reunião desta câmara, reunião plenária, de apresentar o Projeto de Resolução, por isso, vou, de forma muito sintética, referenciar o conteúdo e os objetivos deste Projeto de Resolução.

A verdade é que o que o PPM aqui apresenta é mais uma vez uma iniciativa no âmbito da defesa da identidade cultural dos Açores.

Esta é uma questão pouco discutida ainda em Portugal, mas é muito discutida em grande parte dos países europeus.

A verdade é que existiu a partir da segunda metade do séc. XIX uma pressão uniformizadora muito forte por parte dos estados europeus no sentido de imporem uma norma padrão das suas respetivas línguas nacionais.

Pode inscrever-se este fenómeno no âmbito da emergência dos nacionalismos que todos nós conhecemos e que do ponto de vista político tiveram também muitas vezes resultados trágicos, mas conhecemos, por exemplo, também processos como o processo de reunificação alemã, ou italiana, que todos nós estudámos e que também tiveram a sua componente do ponto de vista cultural, nomeadamente na criação e do reforço de uma norma padrão.

Todo este mecanismo de evolução tem uma componente política que teve ao longo do séc. XX um elemento de uniformização de grande impacto, o

maior de sempre, o que teve mais impacto ao longo deste período de que vos estou a falar, foi a escolarização em massa das populações, nomeadamente, neste caso de forma de específica, do sul da Europa.

É isto que tem feito recuar a identidade e os elementos de diferenciação dos diversos dialetos.

Porque a questão é esta: eu tive a oportunidade durante o debate na Comissão de diferenciar bem a questão linguística da questão ... Portanto, a formação de uma outra língua, como por exemplo, num país como a Espanha que tendo uma língua nacional que é o castelhano, tem depois diversas línguas completamente independentes, como o catalão ou o basco, que não têm a ver com a matriz linguística do castelhano.

Outra coisa é que dentro das diversas línguas existam variantes. Existe com certeza uma norma que é a adotada e que é a predominante no Estado e depois existem vários dialetos. É o caso dos dialetos açorianos que como se sabe são também diferenciados, as diversas ilhas têm dialetos diferentes.

O que se propõe ...

E há alguns que têm um maior afastamento da norma padrão, como por exemplo, o dialeto da ilha de São Miguel.

Ora, o que se propõe aqui, nesta Assembleia, sendo uma matéria que está a ser discutida pela primeira vez neste plenário, é algo que está a ser feito de forma bastante intensa em diversos países e em diversas regiões europeias, nomeadamente as que têm autonomia política. Inclusivamente até existem algumas, como por exemplo, as ilhas Baleares, que reconhecem no próprio estatuto da autonomia o dever de proteger os dialetos da respetiva região e isso já lá está reconhecido do ponto de vista estatutário.

A questão nos Açores (e esse foi o argumento que o Governo apresentou) está pouco desenvolvida, o Governo vai dizer aqui que já está a fazer isso. Foi a mesma coisa que nos disse quando tentámos criar aqui a disciplina de história dos Açores. Diz que também já se está a ensinar a história dos Açores de uma forma articulada e coerente na nossa Região, o que é falso, como aqui dirá também que os dialetos açorianos estão a ser ensinados, estão a ser protegidos e estão a ser dignificados, o que também é falso.

Há muitas regiões que foram mais longe do ponto de vista dos poderes institucionais que possuem, nomeadamente na capacidade que têm de conceder apoios financeiros aos órgãos de comunicação social.

O que nós podemos verificar também na própria rádio e na RTP/Açores é que a norma que é utilizada é a norma padrão. Portanto, por parte dos jornalistas e dos apresentadores que transmitem as notícias, transmitem quase sempre e falam quase sempre utilizando a norma padrão. Não utilizam os respetivos dialetos de ilha.

Ora, isto não sucede assim em diversas regiões europeias, como por exemplo, nas Baleares, ou como por exemplo também na Andaluzia, ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): A gente não tem de copiar!

O Orador: ... em que existem apoios específicos para que se utilize na televisão e na rádio os diversos dialetos que se utilizam na respetiva região.

Portanto, há também do ponto de vista da promoção institucional uma preocupação pelos órgãos próprios de Governo destas regiões de promoverem publicamente os seus dialetos.

Na verdade é que não faz muito sentido, que utilizando a população os respetivos dialetos de ilha, que o elemento de comunicação que seja

utilizado seja sempre a norma padrão e há (para terminar esta primeira intervenção) outro mito que a norma padrão é um português bem falado e que os dialetos são um português mal falado. Não é assim.

Todos os linguistas podem testemunhar e, aliás, existem abundantes trabalhos nesta matéria, em que não existe um português de uma determinada zona que é mais bem falado, que é mais correto. Não há nada disso. Há é uma norma padrão que se impôs a partir de uma determinada região que tinha o peso político, nomeadamente a região entre Coimbra/Lisboa que tinha o peso político, e tinha mais influência no Estado português e que impôs o seu próprio dialeto ao resto do Estado.

Não é mais bem falado, não é mais correto. É predominante por razões políticas.

Terminando e concluindo, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Temos um longo caminho do ponto de vista da afirmação, da identidade cultural específica dos Açores.

Nesta matéria estamos a anos-luz do que já se faz no resto da Europa e eu não quero que ninguém nos Açores considere que fala pior, porque fala com o dialeto de São Miguel. Fala um português corretíssimo, que nós valorizamos muito, porque é o português, porque é a forma de se expressar (da nossa forma!) e de acordo com a nossa identidade, as nossas vivências e a evolução histórica dos Açores.

Portanto, nesse sentido eu tenho muito orgulho (muito orgulho!) em ouvir os diversos dialetos dos Açores. Acho que enriquece a língua portuguesa e é um contributo forte dos Açores para a língua portuguesa. O que nós temos é que dignificar, nós temos de proteger, nós temos que retirar esse sentimento que alguns ainda têm de que não falam português correto.

Falam um português correto e que deve ser assumido do ponto de vista institucional na nossa Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Feita que está a apresentação deste Projeto de Resolução, vamos agora para a fase de debate.

Agradeço que se inscrevam.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É preciso ter consciência daquilo que vai dizer!

(Risos da câmara)

O Orador: ... Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Julgo que será unânime a ideia da proteção, da valorização e da promoção dos nossos valores culturais e identitários. Julgo que nisso estaremos todos de acordo.

Relativamente à iniciativa que o PPM nos traz aqui eu tenho algumas dúvidas, não sobre o seu nobre objetivo, mas como é que efetivamente se poderá fazer, para além de alguma coisa que já está feita, não quer dizer que esteja tudo feito, mas já existe alguma coisa feita, sobre a questão dos falares açorianos, designadamente vou dar um exemplo, Sr. Deputado, e depois gostaria que me esclarecesse como é que se operacionaliza, por exemplo, a apresentação do boletim meteorológico na RTP, como é que se pode, digamos, apresentar o boletim meteorológico na RTP/Açores ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Exatamente!

O Orador: ... utilizando alguns termos relacionados com o tempo ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Tem de ser em vários dialetos!

O Orador: ... e que têm versões diferentes conforme ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Tem de ser em vários dialetos!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É preciso ter consciência!

O Orador: É para o Sr. Deputado explicar. Eu julgo que ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas dê um exemplo para a gente perceber!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Julgo de que!

O Orador: ... seria complicado para o apresentador do boletim meteorológico poder utilizar, digamos, utiliza uma linguagem que toda a gente entende, uma linguagem padrão, mas depois para valorizar os falares das diferentes ilhas, porque os termos são diferentes, eventualmente teria de utilizar diferentes expressões e, portanto, não estou a ver como é que se operacionalizava isso.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não está mesmo a ver!?

O Orador: Não estou, não! Nem a ver, nem a ouvir. Não estou a ver, nem a ouvir, mas V. Exa. terá oportunidade de certamente nos demonstrar como é que se faria a apresentação do boletim meteorológico utilizando diferentes falares, portanto, direcionado para o Corvo, para as Flores, para a Terceira ...

Não é para valorizar mesmo nos órgãos de comunicação social?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é a sua imaginação!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): É exatamente isso!

O Orador: Será que eu não li bem?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Provavelmente!

O Orador: Não li bem? Não li bem? Acho que li.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pode ter lido, pode é não ter interpretado bem!

Presidente: Srs. Deputados, por favor, não entrem em diálogo.

O Orador: A parte resolutiva diz assim ...

Não, é que eu julgo que estou a falar disto.

V. Exa. propõe na parte resolutiva o seguinte: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que planifique e execute as medidas necessárias para proteger, dignificar, valorizar e divulgar os falares açorianos, nomeadamente através da criação das medidas necessárias para promover o seu uso nos órgãos de comunicação social, nos diferentes âmbitos institucionais e no sistema educativo regional.”

Relativamente ao sistema educativo regional já está.

Relativamente aos órgãos de comunicação ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já está!?

O Orador: Já! Vá ler o estatuto que ontem aprovou se quer ver que tem lá uma referência a isso. Veja, veja!

Relativamente aos órgãos de comunicação social será difícil. Lembro-me, por exemplo, de vários exemplos de *pivots* da televisão que nunca abdicaram, nem abdicam, de falar utilizando palavras que são próprias de uma determinada ilha, com a pronúncia de uma determinada ilha e, portanto, isso acontece naturalmente.

Mas passemos a uma outra coisa que eu julgo que V. Exa. como um homem de cultura e um estudioso ...

Deputado André Bradford (PS): Eu não diria tanto!

O Orador: ... terá conhecimento, é que na Região Autónoma dos Açores, embora isto não seja suficiente, já se faz alguma coisa sobre a questão dos falares açorianos e que existe um Atlas Linguístico e Etnográfico dos Açores.

Tinha conhecimento, pressuponho, até porque V. Exa. é um homem bem formado, culto e estudioso e, portanto, teria certamente conhecimento de que existe e que este atlas é um conjunto de mapas linguísticos de carácter essencialmente lexical que cobre os seguintes temas e tem uma enumeração e depois cobre também todas as ilhas.

Portanto, não quer dizer que isto seja suficiente para atingir o desiderato que V. Exa. pretende, mas pode eventualmente ser um instrumento que melhorado valoriza os falares açorianos.

Mas, oh, Sr. Deputado, eu vou terminar já esta intervenção e aquilo que lhe pedia era que me desse exemplos (não sei se a câmara precisa deles, eu necessito) de como é que se pode operacionalizar isto nas áreas em que V. Exa. pretende, que é na comunicação social e no sistema educativo, principalmente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução proposto pelo PPM, como já aqui vimos, pretende “*recomendar ao Governo Regional que planifique e execute as medidas necessárias para proteger, dignificar, valorizar e divulgar os dialetos açorianos*”, designadamente, “*nos órgãos de comunicação*”

social, nos diferentes âmbitos institucionais e no sistema educativo regional’.

A iniciativa tem, naturalmente, como tantas outras, prós e contras, como aliás se depreende das audições realizadas pela Comissão dos Assuntos Sociais a dois reconhecidos especialistas:

- a Professora Doutora Helena Montenegro, Doutorada em Linguística Portuguesa, do Departamento de Línguas e Literaturas Modernas da Universidade dos Açores;
- o Dr. Victor Rui Dores, representante da Região no Conselho Nacional de Educação, com trabalho pessoal de 30 anos sobre as variantes dialetais dos Açores.

Comecemos pelo que nos une: que a língua é património do povo; que a riqueza da língua portuguesa (a quinta mais falado do mundo) está na sua diversidade; que haverá nos Açores 8 dialetos e quase 100 falares; que os nossos arcaísmos específicos foram preservados pelo nosso isolamento arquipelágico.

Todos concordamos que os dialetos açorianos merecem ser reconhecidos e valorizados, porque nos distinguem e identificam como parte de um arquipélago ou de uma ilha.

E temos nisso aliás muito orgulho.

Se na sua motivação inicial a Resolução proposta merece consenso, já no seu objeto final, como ainda agora vimos, parece confundir e dividir opiniões.

Vejam os cada um dos três âmbitos pretendidos para a sua implementação.

No **âmbito institucional**, porventura não estará aqui suficientemente esclarecido em que medida pode o Governo intervir para salvaguardar a

utilização dos dialetos açorianos, mas esse, apesar de tudo, é menos consequente que os demais.

No **âmbito comunicacional**, a utilização da nossa diversidade linguística deve ser prosseguida com a naturalidade própria de termos comunicadores provenientes de diferentes ilhas, mas também pode ser estrategicamente incentivada.

No **âmbito educativo**, importa sensibilizar os professores a desenvolverem, na prática, a valorização das diferenças, por muito que isso já esteja previsto, em teoria, no currículo regional.

Na nossa perspetiva, esta iniciativa não põe em causa dois princípios que consideramos estruturantes:

- Que não se deve confundir **proteção dos dialetos** com **preservação de incorreções gramaticais**;
- E que não se pode correr o risco de **regionalizar a língua**, fechando-a sobre si própria.

A sua implementação projeta formas interessantes e consequentes de reconhecer e valorizar as nossas diferenças naturais:

- Por exemplo, com novos programas de produção própria na nossa televisão, de carácter etnográfico ou ficcionista.
- Por exemplo, com mais estudos de investigação científica na nossa universidade, registando e divulgando o que nos distingue.

Num mundo marcado pela globalização e num tempo vocacionado para a uniformização, devemos valorizar as diferenças que fazem a nossa identidade.

Por isso essa intenção merece a nossa aprovação.

Mesmo com a reprovação anunciada da maioria parlamentar, este Projeto de Resolução já teve o mérito de chamar a atenção para os nossos dialetos.

Seja p'las almas!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários: ...

(Risos da Oradora)

A Oradora: Peço desculpa.

Embora o Partido Socialista possa perceber ou tentar perceber o carácter (enfim, não sei como chamar-lhe) bem-intencionado deste diploma, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nobre!

A Oradora: ... nobre, como diz o Sr. Deputado Aníbal Pires, a verdade é que não se revê em absoluto nem no seu conteúdo, nem tão pouco na sua forma, quer na versão original que conhecíamos, quer nesta substituição integral que nos chegou entretanto.

Nestes tempos de globalização, como acabou de dizer o Sr. Deputado José Andrade, em que vivemos, as línguas, os falares e as diferenças dialetais vão fazendo o seu percurso, vão fluindo com a naturalidade e com o ritmo que este contexto global imprime (e ainda bem que assim é, Sras. e Srs. Deputados, enfim, ai de nós se não formos capazes de acompanhar esse fluir inexorável), não nos parece, no entanto, pertinente, nem mesmo ajustado, querer agora impor, digamos, que por decreto o seu

uso nos moldes em que este Projeto de Resolução prevê, ou seja, tornar um elemento cultural tão natural como a variação linguística numa imposição legal, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... artificializando o seu uso e mesmo cristalizando-a, deteriorando no nosso entender a relação necessariamente espontânea e natural, dentro das margens do português correto, dos falantes com a sua língua.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Português correto! A senhora não fala português correto? Santa ignorância!

A Oradora: Há que proteger, valorizar e divulgar obviamente os falares em que nos inserimos através, por exemplo, da investigação, como já vem sendo feito na nossa universidade, o que é por si só já um excelente veículo de divulgação, mas isso convenhamos, para além de já ser feito, temos também programas na comunicação social que o fazem e temos, como já aqui foi muito bem lembrado, ao nível do sistema educativo regional, um novo estatuto da carreira docente que até salvaguarda esta questão.

Mantemos sempre, há que manter sempre, no entanto, este assunto dentro da esfera de liberdade que preside ao funcionamento de ambas da comunicação social, neste caso concreto, e a relação que cada um de nós estabelece com a língua do Corvo a Santa Maria, com as suas belas especificidades, os seus termos, as suas pronúncias, mas sempre e inalienavelmente como cidadãos açorianos falantes da forma mais correta de que formos capazes dessa bela língua, que é a língua portuguesa.

E para já fico-me por aqui.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De momento a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Bom, em relação ao PCP, o PCP apresentou aqui a sua posição que é a posição desde 1974, uma posição centralista. O PCP sempre foi contra o reconhecimento das diferenças culturais e das diferenças políticas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem dito!

O Orador: ... que se podiam instalar na nossa Região. O PCP esteve contra a criação da autonomia regional e continua a ser contra o reconhecimento da diferenciação do ponto de vista cultural, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem dito!

O Orador: ... porque é evidente que a diferenciação cultural do ponto de vista de reconhecimento da própria especificidade valoriza a componente política. É a história diferenciada do povo dos Açores, além da nossa localização geográfica e é a nossa identidade cultural que explica a autonomia e é isso que o Sr. Deputado do PCP aqui tentou negar como o já tentou em 1974. O partido de V. Exa. continua a ser um partido centralista, absolutamente centralista do ponto de vista do conteúdo, Sr. Deputado, apesar de agora aparecer com uma nova roupagem, mas eu vou dizer-lhe uma coisa: eu não sei quem é que o senhor quer enganar, mas os açorianos sabem bem qual é a origem e qual foi o vosso lado da barricada quando se criou a autonomia regional em 1976. Nós sabemos bem qual era o vosso lado da barricada.

Deputado André Bradford (PS): Nós quem?

O Orador: E quero dizer-lhe em relação aos exemplos: não sabe como é que se operacionaliza, Sr. Deputado?

Ligue o canal Andaluz e vê como é que é, como é que se faz. O que os apresentadores não falam, como dizia a Sra. Deputada do Partido Socialista, num português correto.

Então o português que se fala nos Açores é um português incorreto?

Existe um português correto ou existe um português diversificado de região para região?

Qual é o português correto? É o que se fala em Lisboa?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não! É o que se fala no Faial!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em Coimbra!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Português é português!

O Orador: O português que se fala em Lisboa é que é o português correto ou o português correto que se fala ... Na Terceira e na ilha de São Miguel não se fala português correto? Não se fala português correto?

Oh, Sra. Deputada, quer dizer, aqui está a demonstração inequívoca da necessidade deste Projeto de Resolução, porque há aqui uma deputada do Partido Socialista que diz que o tem de ser implementado é o português correto, ou seja, o português de Lisboa e de Coimbra que é o que é o correto.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Claro!

O Orador: O outro que nós falamos ...

Nós todos falamos mal. Somos uma espécie de indígenas que falamos aqui uma língua de forma pouco correta.

Vou dizer-lhe uma coisa: é para combater essa sua perceção errada de que o português correto é o da capital política do país que este Projeto de Resolução é absolutamente necessário.

Dizia-me a Sra. Deputada também: para que os órgãos de comunicação social possam decidir em liberdade qual é a norma que utilizam. Errado! Agora não decidem em liberdade. Agora é que não decidem em liberdade, porque o apresentador e o jornalista do Pico, ou de São Miguel, ou da Terceira no telejornal utiliza ... Parece um lisboeta a falar!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quem é?

O Orador: Está ali com uma normazinha que lhe impuseram e tem de falar assim e na rádio a mesma coisa, porque senão chamam-lhe a atenção na direção: “Oh, o senhor está a falar aí com o dialeto local e não pode ser, porque o Estado impõe a norma padrão.” Portanto, é para ter a liberdade. É exatamente o contrário. É para que tenha a liberdade de falar com o seu dialeto de ilha e mais o dialeto dos Açores que fala de uma forma correta, que é uma versão de falar corretamente o português.

Também dizia a Sra. Deputada que não existe essa necessidade. Toda a sua intervenção demonstra ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Tem razão. A Renata não tem razão! Não esteve bem!

O Orador: ... que não existe uma compreensão em relação à questão do dialeto e da valorização do dialeto.

Perguntavam-me: “No quadro institucional onde é que nós podemos ir?”

O que vos quero dizer é que podemos ir muito mais longe. Podemos ir, como por exemplo, no estatuto da autonomia de alguns regiões espanholas e de algumas regiões holandesas, em que se reconhece a necessidade de proteger e valorizar os dialetos locais. Essa é que é a questão, esse reconhecimento institucional e é para esse caminho que nós devemos seguir e para que não seja possível nas escolas dos Açores algum professor dizer algum dia: “Fale português correto.” Não!

Está utilizando e está a falar, quando fala com o dialeto, quando fala utilizando o dialeto de São Miguel ou da Terceira, corretamente, está a falar o português correto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Oh, Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu apenas lhe pedi que tentasse informar-me da forma como queria materializar o seu Projeto de Resolução.

É evidente, como V. Exa. já tinha feito em sede de Comissão, militantemente recusa-se a explicar o que quer que seja sobre esta matéria.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Explicar o quê? A verdade de La Palisse?!

Deputado André Bradford (PS): Às vezes é preciso!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires o tempo está a passar.

O Orador: Militantemente V. Exa. continua a não querer esclarecer a forma como quer materializar este seu Projeto de Resolução, ou melhor, como é que gostaria de ver materializado e não retirando nenhuma da adjetivação que há pouco fiz relativamente a V. Exa., relativamente à sua nobreza, à sua cultura, ao seu espírito de investigação, ao seu conhecimento, não retirando nenhuma dessa adjetivação, dizer-lhe que V. Exa. como não teve argumento utilizou uma linguagem e alguns factos que apenas demonstram o pouco à vontade que V. Exa., relativamente a esta iniciativa, pode ter, e certamente terá muita importância para V. Exa,

mas que está por demonstrar, até porque como eu lhe demonstrei há pouco essas questões estão salvaguardadas, designadamente num artigo do estatuto que ontem aqui foi aprovado, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso! Qual é o artigo?

O Orador: ... designadamente pelo trabalho que já está feito acerca disso, o Atlas Linguístico e Etnográfico dos Açores, que pode ser efetivamente melhorado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é uma coisa diferente!

O Orador: Portanto, V. Exa. não quer explicar.

Deputado André Bradford (PS): Não sabe explicar!

O Orador: V. Exa. não quer explicar. Eu faço-lhe mais uma pergunta.

Quando V. Exa. diz que, por exemplo, relativamente à comunicação social se deve deixar (e certamente que se deixa, não há nada que o proíba) ... Qual é que é o dialeto (e eu vou pôr dialeto entre aspas) pelo qual o jornalista deve optar livremente ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O seu!

O Orador: Qual é que é o perigo?

Agora diga-me uma coisa, oh, Sr. Deputado: qual é que é o perigo? Qual é que é o perigo?

É a língua, é a forma como se fala em Lisboa, Beja, ou Castelo Branco?

Ou é a forma que V. Exa. quer que não se imponha?

É a forma como se fala em São Miguel?

É que isto também está por explicar!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Claro!

Deputado André Bradford (PS): Ora aí está!

O Orador: Ou o que pretende.

V. Exa. pretende proteger o quê?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Dialeto açorianos!

O Orador: É que se evite como padrão São Miguel ou a Terceira?

V. Exa. tem de explicar.

Para já não são dialetos, mas isso é outra discussão. Não! Não há dialetos nos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não há!?

O Orador: Mas isso é outra questão pela qual eu não vou entrar. Isso queria V. Exa.

V. Exa. tem é de explicar e tem é de responder às perguntas que lhe foram feitas que ainda não fez. Aliás, como fez na Comissão, porque militantemente se tem escusado a responder a estas questões.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem! E não vai responder!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem agora a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo: Oh, Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Sr. Deputado deixa-me menente.

(Risos de alguns Deputados da bancada do Partido Socialista)

Eu fico menente com algumas das suas intervenções.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Aqui, Sr. Deputado, não chego a perceber.

O Sr. Deputado agora parece querer pôr uns registos contra os outros. Aqui fala-se melhor do que ali, porque aqui fala-se melhor do que em Lisboa, em Lisboa fala-se melhor ...

Oh, Sr. Deputado, português, na minha conceção, é português.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

A Oradora: A nossa obrigação como falantes da língua portuguesa é falar corretamente português e eu nunca me senti diminuída em absoluta por, em vários contextos da minha vida, das nossas vidas, falar português o mais correto do que sou capaz com o registo e a pronúncia micaelense em que cresci e em que vivo. Nunca me diminuiu, nem nunca me engradeceu. Faço-o com naturalidade e com muito orgulho.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Talvez seja um problema de alguém que nasceu em Beja que não consegue falar com o sotaque do Corvo!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu julgava que este Projeto de Resolução do PPM fosse consensual, que não desse essa discussão toda. Não vejo o que é que o Deputado Aníbal Pires quer.

Como é que se apresenta o boletim meteorológico?

Pois, se for uma pessoa de São Miguel terá a pronúncia de São Miguel; se for um da Terceira terá a pronúncia da Terceira; se for um ...

Deputado André Bradford (PS): Mas isso já acontece!

O Orador: Qual é o seu problema?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já acontece isso, Sr. Deputado! Até uma castelhana a apresentar! Qual é o problema?

O Orador: E até um tipo das Beiras que vem para aqui falar de ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exatamente!

Deputado André Bradford (PS): Ou de Beja!

O Orador: Ou de Beja, ou das Beiras, enfim, ... Mas pronto!

Qual é o problema?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso já se fez!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não se faz nada!

O Orador: Até já se fez mensagens publicitárias, presumo até do Governo, utilizando uma determinada pronúncia nos órgãos de comunicação social ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E falares!

O Orador: E falares! Lembro-me, por exemplo, até a nível nacional de uma publicidade da Telecel o célebre “Tou xim!” que tornou célebre uma operadora de telefones.

Aqui nos Açores também já falaram numa publicidade que dão um carro à gente também foi utilizado por um organismo público.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não era assim! Como é que era?

O Orador: Enfim, não vejo qual é o problema de se fazer isto, de ter isso ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Faz-se naturalmente como deve ser! Como deve acontecer!

O Orador: ... e qual é o engulho que provoca ao Sr. Deputado. Realmente só um desconhecimento da sua parte e de não conhecer os Açores e as suas vivências é que pode fazer com que o Sr. Deputado fale dessa maneira.

Quanto ao português correto, Sra. Deputada Correia Botelho, o português correto é o que todos nós falamos e escrevemos, independentemente da pronúncia que cada um de nós tem.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Plenamente de acordo, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu confesso que acompanhando este debate estou a ficar menente, completamente menente.

Deputado André Bradford (PS): Então junte-se à gente!

A Oradora: E vou explicar porquê.

Este Projeto de Resolução do PPM é de uma simplicidade, quanto ao Bloco de Esquerda, cristalina.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cristalina!

A Oradora: Aquilo que aqui está é um convite que recomenda um Projeto de Resolução, uma Resolução, que recomenda a esta Casa que aprove o seguinte, dois pontos: “que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional que planifique e execute as medidas necessárias para proteger, dignificar, valorizar e divulgar os dialetos açorianos”. Como?

Através de um exemplo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão dá, nomeadamente, entre outras medidas, “através da criação de medidas necessárias para promover o seu uso nos órgãos de comunicação social, nos diferentes âmbitos institucionais e no sistema educativo regional”.

Eu não percebo onde é que esta Resolução, ou esta recomendação, possa ferir de alguma maneira os ouvidos mais puristas do ponto de vista linguístico.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E como não sou uma especialista na matéria fui ler, como era minha obrigação, o relatório da Comissão de Assuntos Sociais e as entidades que foram ouvidas, as personalidades ouvidas sobre esta matéria e então o que é que vejo?

Vejo que, por exemplo, na audição do Sr. Prof. Dr. Vitor Rui Dores é dito o seguinte por esta personalidade: “Em cada ilha, e dentro destas, em cada freguesia e localidades, verificam-se pronúncias próprias e que devido à dispersão geográfica da nossa Região formaram uma variedade dialetal pronunciada.”

Óbvio! Todos nós que conhecemos cada uma das nove ilhas dos Açores sabemos isto sem precisar da explicação abalizada do Prof. Dr. Rui Dores, mas continuamos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é Prof. Dr.!

Deputado André Bradford (PS): Passou a ser! *Honoris causa!*

A Oradora: Passou a ser agora!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: Ouvindo, ou lendo, neste caso, as declarações do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, diz a certa altura o Sr. Secretário: que é “importante fazer a distinção entre o que é essencial e o que é acessório (...) O essencial [diz o Sr. Secretário Regional] é aprender corretamente a Língua Portuguesa; o acessório é alertar [alertar!] para a existência de diferentes falares, que contribuem para o enriquecimento cultural da nossa história, sem que com isto se coabite “a paredes meias” com algo mais grotesco.”

Ora, diz então o Sr. Secretário que o acessório é “alertar para a existência de diferentes falares”.

O Projeto de Resolução do PPM pretende que em vez de ser acessório passe a ser importante. É a única diferença.

E continuamos com o parecer, as audições na Comissão de Assuntos Sociais.

É ouvida, aqui sim, a Prof. Dra. ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso!

A Oradora: ... Helena Mateus Montenegro que logo no início da sua intervenção diz o seguinte: “Proteger e divulgar os dialetos açorianos é algo importante,” explicou a Prof. Dra.. “Existem 8 dialetos açorianos (e não 9 como se possa pensar, porque nas ilhas do grupo central a forma de falar tão aproximada não afasta a sua diferenciação para outro dialeto), [existem, portanto, 8 dialetos açorianos] e cerca de 100 falares açorianos (dentro das freguesias e em alguns casos, mais que um falar por freguesia).”

E então?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E o resto a senhora não quer ler?

Deputado André Bradford (PS): E por pessoa!

A Oradora: O resto continua.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Diz, diz! A senhora não leu tudo!

A Oradora: Não diz nada, que eu tenha lido, que contrarie a pretensão deste Projeto de Resolução, no meu entender. Posso estar enganada, mas eu vou explicar como é que eu entendo este Projeto de Resolução.

Quando o Sr. Deputado Pedro Moura, que não está aqui hoje, tinha um programa na televisão e que falava com o dialeto micaelense ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A gente adorava!

A Oradora: ... toda a gente ouvia. É legítimo, completamente legítimo que haja um apresentador, ou outra coisa qualquer, que fala em puro dialeto açoriano.

Quando o boletim meteorológico é apresentado por uma espanhola e que fala com o sotaque espanhol é absolutamente legítimo; como de uma lisboeta, que é o meu caso, quando uma lisboeta fala à moda de Lisboa, que já não falo, já cá estou há tanto tempo que já nem se nota, mas sou lisboeta, ...

Deputado André Bradford (PS): Ai nota-se, nota-se!

A Oradora: ... quando eu falo à lisboeta, qual é o problema de falar à lisboeta?

Deputado André Bradford (PS): A questão é essa, não há problema nenhum!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Isso já acontece naturalmente!

A Oradora: Quando o Deputado Aníbal Pires fala como beirão, qual é o problema?

Quando o Deputado Artur Lima fala como terceirense, qual é o problema?

Quando os nossos colegas do Corvo, ou de Santa Maria, ou da Graciosa, ou do Pico, falam de acordo com ... Qual é o problema?

Deputado André Bradford (PS): Nenhum!

Deputado Aníbal Pires (PCP): A questão é essa! É que isso acontece naturalmente!

A Oradora: É que se não há nenhum problema e não há vergonha, não há um sentimento de inferioridade e de ‘guetização’ e diferenciação que autodiscipline a nossa maneira de falar, procurando o tal padrão, e em detrimento daquilo que é natural e culturalmente assumido ao longo da

socialização em cada ilha e com cada dialeto, é isso que pretende este Projeto de Resolução. É que aquilo que é ‘guetizado’, criticado, legendado no continente (legendado!) e, portanto, inferiorizado ...

Deputado André Bradford (PS): Então vão fazer projetos lá!

A Oradora: ... seja levantado em termos de dignidade e em termos de defesa ...

Deputado André Bradford (PS): Não é isso que está aí!

A Oradora: É o que está aqui.

Deputado André Bradford (PS): Não é, não! Senão era feito no continente e não aqui!

A Oradora: ... e sobretudo em termos de investigação cada vez mais apurada.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, na realidade não há nenhuma razão para qualquer grupo parlamentar ou representação nesta Casa votar contra uma coisa tão simples como esta.

Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Não é simples, é simplista!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Simplista é você!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):**

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Como aqui já se disse, a língua é um património do povo, por isso, contra a ditadura da etimologia ressalta a consideração pela pronúncia que determina a evolução das escritas, fruto da transformação dos falares.

A língua é um organismo vivo. De facto, acha-se em mutação permanente resultante da alteração dos seus agentes e das muitas influências que sobre eles se exerce, caso contrário hoje não falaríamos português, talvez ainda falássemos latim, que se tornou uma língua morta na evolução dos tempos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Bem morta!

O Orador: Assim, historicamente, do lado da adequação da língua às mudanças da sociedade estiveram sempre os mais clarividentes e os mais inovadores.

Deputado André Bradford (PS): Ora aí está!

O Orador: Em Portugal, por exemplo, o estrangeirado Luís António Verney no séc. XVIII e a intelectualidade paladina do republicanismo na transição entre os séculos XIX e XX.

Agora, contra a transmutação natural da língua agem os efeitos da globalização que ditam a imposição dos modelos culturais aos nossos linguajares, tudo traduzido no império da anglomania que ameaça a preservação das línguas nacionais, muito mais dos dialetos regionais.

Abandonemos, entretanto, estas problemáticas mais gerais e atentemos nas especificidades linguísticas açorianas.

Nos dicionários o vocábulo arquipélago significa “conjunto de ilhas”, quer isto dizer que os dicionários conferem à palavra arquipélago um sentido de coesão, no entanto, mais do que um conjunto de ilhas os Açores constituem fundamentalmente uma pluralidade de ilhas e os Açores constituem uma pluralidade de ilhas, porque as ilhas são muitas, porque as ilhas estão muito dispersas, porque as ilhas foram descobertas durante um longo tempo, pelo menos de 1427 a 1452, porque sobre as ilhas se pensou outrora que a constituiriam dois arquipélagos, os Açores

propriamente ditos compostos apenas por sete ilhas e as floreiras ou corvinas, incluindo as restantes duas ilhas, e ainda porque as ilhas foram ocupadas por gentes muito diferentes, por portugueses de todas as províncias, por estrangeiros do norte ao sul da Europa e por minorias, todas elas portadoras de estigmas que dificultavam a sua integração no reino, por exemplo, criminosos, judeus, mouriscos e escravos.

Bem se pode dizer que os Açores são o império da diversidade. A melhor das provas reside precisamente na pluralidade dos nossos falares que identificam quase na perfeição a gentes de cada ilha e por vezes até de cada lugar.

A projeção económica e demográfica da ilha de São Miguel faz com que sobretudo no exterior o falar micalense seja comumente identificado com o falar açoriano, mas o falar açoriano é o único falar inexistente nos Açores.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): *Aí é que está!*

O Orador: Esta singularidade é uma das melhores evidências da pluralidade do nosso caráter, logo, entre nós os estudos linguísticos, sobretudo os estudos dialetológicos contribuem para a identificação dos Açores, demonstrando que a construção da unidade insular terá forçosamente por alicerce a diversidade insular.

Nos Açores, mais do que núcleos dialetais de grande definição, encontramos sobretudo pontos de relativa identidade lexical. Mesmo assim reconhecemos uma comedida autonomia entre os falares das ilhas e do continente.

A origem das distinções dos nossos linguajares é de fácil identificação. Com efeito, ela enraíza numa quebra demorada de convivência entre

falantes por falta de contatos humanos regulares, por falta de meios de comunicação comuns.

Nestas circunstâncias, hodierno, o convívio das gentes, estimulado por vontade política e por progresso económico, possuirá de certo consequências linguísticas necessariamente traduzidas na atenuação das diferenças entre as ilhas e os grupos sociais.

Mesmo assim longe se encontra o tempo do eventual desaparecimento dos falares típicos de cada ilha e quiçá de cada lugar. Basta atentar no orgulho com que os jovens praticam e defendem os seus falares, basta atentar no modo como o Governo e os seus serviços consideram a preservação das formas de expressão de antigamente.

Quer isto dizer que proteger, dignificar, valorizar e divulgar são propósitos de hoje, que crescem a autoestima dos nossos concidadãos em defesa dos nossos falares.

De resto, a preservação dos nossos léxicos dispensa a imposição de procedimentos e o artificialismo de todas as opções, porque elas gerariam a cristalização e a cristalização é o atributo maior das línguas e dos dialetos mortos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: De facto, quando apenas determinada pela obstinação a insistência na tradição conduz ao definhamento cultural que acarreta inevitavelmente o retrocesso material.

Assim, a defesa da cultura, da língua e dos falares implica um exercício de liberdade e uma prática de estudo.

A propósito, recordo o papel da Universidade dos Açores quando, por exemplo, organizou um Congresso de Estudos Dialetológicos, quando,

por exemplo, duas das suas investigadoras publicaram um livro sobre o falar micaelense.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Exatamente!

O Orador: No sistema educativo regional o ensino do português não exclui o reconhecimento das variantes lexicais da língua.

Por acréscimo, o Currículo Regional determina a abordagem da problemática da açorianidade em todas as disciplinas. Nas línguas determina a exploração, passo a citar: “em contextos de compreensão oral e escrita de textos de natureza e funções diversificadas, com especial ênfase na literatura popular e nos autores ou temáticas açorianas.”

Mais em concreto, no pré-escolar, na área do português, confere-se, cito de novo, “às crianças oportunidades de desenvolver a comunicação oral” e de abordar a linguagem escrita, e cito de novo, “com particular atenção à diversidade de pronúncias locais e dos sons com que são representadas na escrita.”

No ensino básico atenta-se, passo a citar de novo, “na afirmação da identidade linguística e literária açoriana, promovendo o conhecimento e a valorização das especificidades linguísticas decorrentes da descontinuidade territorial regional, das dinâmicas do povoamento e fenómenos migratórios açorianos.”

Além disso, no âmbito do plano regional de leitura é recomendada às escolas uma lista de obras de autores e de temáticas açorianas que integra livros onde as variações dialetais dos Açores ganham expressividade e imortalizam as especificidades fonéticas, sintáticas e lexicais, dando voz à mundividência e aos falares das respetivas comunidades.

Em suma, o Projeto de Resolução recomenda ao Governo Regional a execução daquilo que já se pratica, como se deduz dos exemplos

anteriores retirados da legislação enquadradora do sistema educativo regional. Aliás, acrescentaria ainda que nos Açores o sistema educativo é talvez o melhor baluarte da defesa da genuinidade dos nossos falares.

De resto, importa fazer uma distinção clara, a tal distinção clara entre o essencial e o acessório.

O essencial reside no propósito de que todas as crianças, todos os adolescentes, todos os jovens aprendam corretamente o português.

O acessório reside no alerta para a existência de diferentes falares, um alerta com comedimento que apele ao enriquecimento cultural, jamais um alerta com exagero que corre o risco de coabitar paredes meias com o grotesco.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Por outras palavras, a prioridade é o estudo do português, o complemento é a arqueologia dos falares.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que está aqui a haver alguma confusão, porque não se percebe o que é que é a diferença entre pronúncia e falares, mas porque estão a querer defender uma determinada posição que é indefensável.

Devo lembrar que em 86, portanto, há 30 anos, quando fui estudar para Lisboa falava com expressões ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Já cá faltava!

A Oradora: Calma, Srs. Deputados!

... e não era uma questão de sotaque, até porque como toda a gente sabe o faialense não tem um sotaque tão acentuado, mas as minhas expressões, a forma como eu expressava uma determinada situação era completamente diferente.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): E isso incomodava-a!

A Oradora: Eu usava expressões que eu achava normalíssimas e que depois percebi que não eram a normalidade. Eram a minha identidade. Eu falava de facto de uma forma diferente.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Isso envergonhava-a?

A Oradora: Ao contrário daquilo que o Sr. Secretário disse, os nossos jovens hoje não falam essas expressões açorianas com orgulho e não é por se minimizarem, é pela simples razão de que as desconhecem.

Passadas que são gerações, ou três décadas, ...

Deputado Berto Messias (PS): A senhora não sabe o que está a dizer!

A Oradora: ... os meus sobrinhos, os jovens na universidade não conhecem as expressões.

Há expressões que eu digo com a maior das naturalidades que ficam a olhar para mim sem perceber o que é que eu estou a falar.

Portanto, enquanto há 30 anos atrás a endogenia a que nós estávamos vaticinados por falta de comunicações nos obrigava a um convívio diário que mantinha essa riqueza, hoje, e graças a Deus, vivemos numa era de globalização onde isso se perder e já se perdeu e todos nós sabemos que duas gerações onde não se passam as questões culturais, ou seja, se não

passa de avô para neto, perdeu-se, ou fica escrito, ou perdeu-se e esta riqueza não pode ser escrita, não é um atlas: ou se pratica e faz parte da nossa cultura, ou deixa de fazer sentido.

Obviamente, que era muito mais interessante se isto acontecesse de uma forma natural, mas já não é assim e ou nós queremos preservar e arranjamos mecanismos artificiais como os senhores dizem para que essa riqueza não se perca, ou ela acabou e já está a acabar. Os nossos jovens já não falam com as expressões que nós falávamos. Isto é claríssimo e é uma riqueza nossa que podemos deixar perder. É uma opção nossa.

Portanto, não vejo que venha ao mundo qualquer problema em arranjar mecanismos artificiais onde toda essa diversidade e essa riqueza seja preservada.

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Querem fazer o museu do sotaque!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que a intervenção do Sr. Secretário é uma intervenção datada para aí da década de 70. Por aqui podemos ver o atraso das políticas educativas que esta Região está a seguir.

Eu gostava, pagava para ver, Srs. Deputados, um discurso desse tipo pronunciado em Espanha, na Holanda, na Bélgica, ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Oh senhor, a gente está em Portugal!

O Orador: ... na Noruega onde a introdução do estudo dos dialetos tem, do ponto de vista da sua profundidade, um trabalho de enorme complexidade. O seu discurso é inacreditável.

Deputado André Bradford (PS): E o seu?!

O Orador: Tem 40 anos de atraso.

Olhe, eu vou dizer-lhe uma coisa: aqui está o plano de formação que os professores da Andaluzia têm que frequentar e que é administrado a todos os professores que ensinam a língua castelhana na Andaluzia para perceber o dialeto andaluz e da forma que o têm de transmitir. Este é o plano de formação destes professores.

O senhor aqui nem forma para transmitir o dialeto, nem coisa nenhuma. Já sabemos que não existe formação na Região. Do ponto de vista do apoio financeiro que é dado às escolas há uma asfixia absoluta e total.

A forma como o senhor transmitiu, a visão que o senhor transmitiu é algo inacreditável. Inacreditável!

O Sr. Secretário devia ter feito para vir para este plenário, devia ter olhado para outros países, para outros sistemas educativos para poder ter uma comparação sobre isto. É inacreditável o discurso que o senhor aqui veio fazer e ainda por cima veio dizer que está tudo bem, que não, que estamos a proteger, tudo isto está a ser feito.

Eu fiz um pedido no requerimento que o senhor respondeu muito fora do prazo (a que o senhor respondeu muito fora do prazo) e que me entregou a três ou quatro dias desta discussão. Nesses documentos educativos estava lá alguma planificação da aprendizagem dos dialetos açorianos? Estava?

Muito pontualmente uma ou outra referência absolutamente isolada e sem qualquer tipo de contextualização.

Portanto, o senhor veio aqui dizer uma coisa que não é verdade. Isto não está a ser feito.

Depois há aqui outras questões (eu não quero gastar tudo, o meu tempo todo), ...

Deputado André Bradford (PS): Gaste, gaste!

O Orador: ... aqui a referência ao português correto.

Quem trouxe o português correto, quem fez essa referência foi a Sra. Deputada.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): E continuo a fazer! É o português padrão!

O Orador: Do português correto! Em contraponto ao português que é falado e que é utilizado nos diversos dialetos açorianos. Eu disse-lhe que esse conceito está errado.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): É o português padrão!

O Orador: O português que é utilizado em São Miguel, na Terceira e nas outras ilhas é tão correto como aquele que é utilizado em Lisboa.

Oh, Sr. Deputado, vamos lá ver uma coisa.

Oh, Sra. Presidente, é assim: aqui o Sr. Deputado não me deixa ... Não é um aparte, é que não se cala a intervenção toda.

Deputado André Bradford (PS): Estava a falar com a Sra. Deputada!

O Orador: O Sr. Deputado André Bradford.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Não consigo. Pelo amor de Deus!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

O Orador: É que há aqui duas intervenções em simultâneo: a minha e a do Sr. Deputado André Bradford. É porque não é um aparte, é constante. Constante!

Presidente: Sr. Deputado, faça favor de continuar a sua intervenção.

O Orador: Eu também gosto de fazer apartes, mas isso tem de ser com conta e medida. Não pode ser permanentemente.

A questão fundamental em relação aos dialetos é que essa defesa dos dialetos, o ensino nas nossas escolas ...

Olhe, vou dar-vos algum exemplo. Já todos viram, já todos tiveram a oportunidade de verificar, como o dialeto de São Miguel, e também o da Terceira também já vi, se utiliza legendagem. É legendável. É legendado. Isto é inaceitável.

Deputado André Bradford (PS): No continente. Não é aqui!

O Orador: É legendado. Reportagens que são feitas e que são legendadas. São legendadas as reportagens que são feitas em São Miguel e na Terceira, por exemplo. Isto é absolutamente inaceitável. Eu sinto-me ofendido com este tipo de utilizações.

E mais! E sinto-me ofendido quando o Governo Regional contribui ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Isto é demais!

Presidente: Nós estamos em processo legislativo comum. Todos podem inscrever-se.

Por favor, têm de acabar com este diálogo inter bancadas, senão nós não nos conseguimos entender.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, por favor, faça o favor de continuar e por favor espero que se inscrevam caso queiram participar neste debate.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, penso que agora estão reunidas as condições para continuar a sua intervenção.

O Orador: Vou fazer mais uma tentativa de, Sra. Presidente ...

Deputado Francisco César (PS): É uma vítima do sistema!

Deputado Berto Messias (PS): Pode sempre abandonar a sala!

O Orador: Oh, Sra. Presidente, para já dou como interrompida, não há condições.

Presidente: Não! Por favor, Sr. Deputado, penso que estão reunidas as condições agora para continuar a sua intervenção.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem é que está inscrito a seguir?

Presidente: Ninguém.

Muito bem, Sr. Deputado, faça o favor de continuar.

O Orador: Oh, Sr. Deputado, a questão aqui fundamental é esta: é que não foi apresentado nenhum argumento a este respeito, não foi apresentado nenhum argumento e é isto que vos está a incomodar e provocar todo este ruído, estes apartes e esta tentativa de desestabilização e tudo isto.

É porque isto de facto não é ensinado, isto de facto há exemplos concretos. Eu estava há pouco a dizer que, por exemplo, o Governo Regional dar subsídios para uma série que é gravada nos Açores e em que as pessoas obviamente utilizaram o seu dialeto, neste caso o dialeto de São Miguel, e depois vamos ver a série original na televisão e está dobrada no português continental, no português de Lisboa e foram dados subsídios para que depois faça esta transmissão e os agricultores açorianos que participam na série estão ali como estivessem no Terreiro do Paço. Até não parecem agricultores açorianos, o que parecem é transeuntes do Terreiro do Paço e é dado um subsídio a isto.

Eu acho isto uma falta de dignidade enorme.

Agora, os senhores acham isto normal?

Isto é que é defender os dialetos dos Açores?

Bom, por aqui me fico, meus senhores, não sem antes dizer, responder ali a um aparte. Eu fui alvo de tantos apartes do Sr. Deputado Berto Messias, mas só para lhe dizer uma coisa.

A forma como o senhor adjetivou este Projeto de Resolução é absolutamente inaceitável.

Vou dizer-lhe: vindo de si, o que o senhor diz, o senhor neste Parlamento ao longo de sete anos não disse outra coisa a não ser banalidades e generalidades. Não reconheço uma única ideia (uma única ideia), qualquer tipo de criatividade, qualquer tipo de trabalho realmente com importância e que seja qualquer generalidade sua e o senhor acha-se no direito de fazer esse tipo de adjetivações. Depois tem a resposta.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, tem de se tratar! O senhor não está bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, para se inscrever?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para defesa da honra!

Presidente: Mas defesa da honra a quê, Sr. Deputado?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi um aparte do Deputado Berto Messias a dizer que me precisava tratar!

Deputado André Bradford (PS): Ninguém ouviu nada! Não o agrediu em nada!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não lhe posso dar a palavra para defesa da honra, porque eu própria estava aqui e não foi audível aquilo que foi dito.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A senhora não ouviu o aparte do Sr. Deputado Berto Messias? Não ouviu?

Presidente: Nós aqui não temos a capacidade de ouvir todos os apartes.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A senhora não ouviu o Sr. Deputado Berto Messias que disse que “o senhor tem que se tratar”?

Presidente: Não ouvi.

Sr. Deputado, vamos lá ver uma coisa. Os apartes são regimentais.

Não é a primeira vez, logicamente, já adverti a câmara de que os apartes não podem ser ofensivos, não devem interromper, mas a verdade é que nesta câmara, como agora mesmo está a acabar de perceber, não há, na maior parte das vezes, respeito sequer por quem está a falar, porque eu própria estou agora a falar e a verdade é que estão as bancadas todas a falar umas com as outras.

Portanto, ninguém pode exigir respeito aqui dentro se não respeitar os outros e isto parece-me da elementar educação, nem sequer de debate parlamentar.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu de facto não ouvi. A Mesa não ouviu o aparte que lhe foi dirigido e, portanto, em termos de defesa da honra não lhe posso dar a palavra. Se puder usar através de uma interpelação ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para um protesto!

Deputado José San-Bento (PS): Para um protesto a si próprio!

Presidente: Mas um protesto a quê?

O Sr. Deputado use a figura da interpelação para dar conta à Mesa de que está desagradado com alguma situação, mas eu não posso ...

O Sr. Deputado percebe que eu não posso dar a palavra a uma coisa que não foi audível e, portanto, seria até injusto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Espero que a Sra. Presidente conduza os trabalhos com isenção.

Eu fui alvo de uma ofensa. Há apartes ... há um aparte ofensivo por parte do Sr. Deputado Berto Messias.

Aliás, confirmo que na minha intervenção fui constantemente interrompido.

O aparte do Sr. Deputado Berto Messias foi “vá se tratar”. Foi isto que o Sr. Deputado Berto Messias disse.

Eu não lhe posso admitir esse tipo ... E tinha tido outro aparte que anteriormente provocou este conjunto de episódios, ou seja, esteve o tempo todo a ofender ...

Deputado Francisco César (PS): Ofender!?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Isso é mentira!

O Orador: ... aquele que está a utilizar a palavra e comportando-se de uma forma absolutamente degradante nesta Assembleia Legislativa.

Deputado Francisco César (PS): É preciso ter lata!

O Orador: Portanto, o que lhe quero dizer é que (e estou a utilizar a palavra neste sentido) as pessoas têm que se comportar com civilidade e eu não estou aqui e não admito este tipo de ofensas e de utilização deste tipo de vocabulário em relação aos outros.

Eu discordo muitas vezes das opiniões dos outros deputados, mas há uma coisa que eu não faço, que é ofendê-los. Discordo, posso ter opiniões políticas diferentes, mas não utilizo a ofensa como arma política, como o Sr. Deputado Berto Messias acabou de fazer.

É este protesto que eu aqui lhe quero deixar e que na intervenção seguinte vou ter oportunidade também de fazer outra referência.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado Paulo Estevão fez um protesto ou uma interpelação?

Presidente: Foi uma interpelação à Mesa.

Sr. Deputado Artur Lima, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu ontem disse aqui que o Deputado Duarte Moreira pediu um protesto ou a defesa da honra e a Sra. Presidente não perguntou porquê e deu-lhe automaticamente a defesa da honra ...

Deputado Duarte Moreira (PS): Porque ouviu!

O Orador: ... e pediu aos outros que justifiquem.

Eu disse que há que haver critérios de isenção.

Desculpe que lhe diga isto, mas já não é a primeira vez. Quando é da bancada do Partido Socialista a Sra. Presidente não se preocupa em saber qual é a justificação. Tenho que lhe dizer isto com esta clareza toda e com toda a frontalidade.

Eu disse ontem, chamei a atenção, que daqui para frente não se pergunta a mais ninguém qual é o motivo da defesa da honra, até porque a Sra. Deputada Graça Silveira não tinha ofendido a honra do Sr. Deputado Duarte Moreira em nada quando disse que a “universidade onde o senhor andou, ... eu ensino na universidade onde o senhor andou”. Não vejo em que é que isso ofenda, ...

(Risos do Deputado Berto Messias)

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade, oh, Berto!

O Orador: ... mas hoje acho que quem se sente ofendido não é a senhora, nem sou eu, é o visado e se mandam tratar o visado, o visado naturalmente deve sentir-se ofendido na sua honra. Eu sentia-me.

Acho que, ou das duas, uma: ou toda a gente justifica daqui para a frente porque é que se sente ofendido, enfim, porque eu acho uma coisa absolutamente esquisita; ou então ninguém justifica.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Com esta interpelação à Mesa naturalmente ...

Srs. Deputados, quem está a falar agora sou eu!

... eu não posso deixar, porque é uma interpelação direta à atuação da Presidente.

A Sra. Deputada Graça Silveira fez uma intervenção ontem e foi no âmbito dessa intervenção que eu dei a palavra para a defesa da honra ao Sr. Deputado Duarte Moreira.

Quando eu ouço as expressões eu não peço para serem repetidas até porque a defesa da honra deveria ser uma figura regimental pouco usada num Parlamento.

A Sra. Deputada Graça Silveira não disse só isso. Disse também que o Sr. Deputado Duarte Moreira tinha andado na universidade e não tinha aprendido nada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu!? Eu quero ver uma cópia disso!

Presidente: Foi a sua última intervenção ontem.

Eu posso pedir a transcrição urgente para lhe mandar. Foi a parte final da intervenção da Sra. Deputada Graça Silveira e por isso eu dei a palavra ao Sr. Deputado Duarte Moreira.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Exatamente!

Presidente: Não pedi para ele justificar, porque naturalmente estas questões da defesa da honra ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! A senhora é que decide!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Presidente: Não! Decido, porque ouvi aquilo que foi dito e entendi que tinha cabimento de pedir.

É preciso perceber, Sr. Deputado Artur Lima, que hoje foi num aparte e eu ainda assim não dando a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para defesa da honra ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi bastante audível!

Presidente: ... permiti que o Sr. Deputado Paulo Estêvão, através de uma interpelação, pudesse dizer do motivo do seu pedido de palavra e penso que o Sr. Deputado Paulo Estêvão não se pode sentir prejudicado, porque disse aquilo que poderia ter dito para defesa da honra. Foi só uma questão do tipo de figura regimental a utilizar, porque a defesa da honra pressupõe que seja uma expressão dita durante uma intervenção, ou então de uma forma tão audível que seja perceptível por todos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi bastante audível!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, não estou a pôr em causa, mas a Mesa, que é quem gere os trabalhos, não ouviu, mas o Sr. Deputado pôde, através de uma interpelação, dizer aquilo que queria e pelo qual se sentia ofendido.

Portanto, não sinto que tenha lesado nenhuma bancada nesse sentido e sempre que me tem sido requerida esse tipo de figura regimental, dentro daquilo que são as regras, tem sido concedida.

Penso que estamos esclarecidos quanto a este assunto.

Sr. Deputado Berto Messias, pediu a palavra para uma intervenção sobre a matéria que está aqui em discussão.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários:

Eu também podia de facto queixar-me e, aliás, quem foi lesado neste processo foi precisamente a bancada do Partido Socialista, porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse o que quis e bem entendeu sobre a minha pessoa e não me foi dada a palavra para me defender.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Mas pronto! Não terei mais nada a dizer sobre essa matéria. Sobre aquilo que motivou este ataque e mais um momento de ódio e de obsessão pessoal do deputado monárquico ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então o senhor é que me ofende!

O Orador: ... relativamente à minha pessoa eu disse em aparte e reitero: esta proposta apresentada pelo Sr. Deputado monárquico neste Parlamento é de facto uma proposta simplista e a minha opinião, no âmbito desta proposta, é que é uma proposta simplista.

Eu disse-o em aparte e digo agora no microfone. É a minha opinião, é a nossa opinião e é a apreciação política que nós fazemos da proposta do PPM. É, na nossa perspetiva, uma proposta simplista. Disse-o em aparte e digo agora.

Portanto, foi esse meu aparte que motivou estas encenações de indignações por parte dos Srs. Deputados que me antecederam. Enfim, mais um episódio ao longo desta semana, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A sua intervenção é que é simplista!

O Orador: ... mais uma tentativa de incidente ao longo desta semana semelhante às que nós vimos ao longo da semana.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: E também disse em aparte e volto a dizê-lo que o Sr. Deputado monárquico ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Deputado Paulo Estêvão!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): As pessoas tratam-se pelos nomes!

O Orador: ... tem de tratar dos ódios pessoais que tem, porque eu disse que a proposta era simplista em aparte e o Sr. Deputado monárquico usa da palavra ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Deputado Paulo Estêvão!

O Orador: ... e atira-se a mim com uma violência sobre o meu trabalho e o meu percurso durante sete anos neste Parlamento. Portanto, isso sim é que poderia ter motivado da minha parte um protesto, ou uma defesa da honra, ou as figuras ...

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, eu julgo que ao longo da semana houve tentativas de dramatizações, tentativas, enfim, em busca de espaços mediáticos mais fáceis criando incidentes ... Não contem com o Partido Socialista para isso.

Nós estamos focados naquilo que verdadeiramente interessa, que é a qualidade de vida dos açorianos ...

Deputado Duarte Moreira (PS): Isso é que interessa!

O Orador: ... e o desenvolvimento da nossa Região.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: E disse e volto a dizê-lo: a apreciação política que esta bancada faz democraticamente da proposta que está aqui em discussão

apresentada pelo Sr. Deputado do PPM é que é uma proposta simplista, não acrescenta nada ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso é normalíssimo!

O Orador: ... e nós temos todo o direito de apreciar esta proposta exatamente dessa forma.

E volto a dizer o seguinte: o Sr. Deputado monárquico tem a obrigação, na minha perspetiva, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Deputado Paulo Estêvão!

O Orador: ... de tratar dos ódios pessoais que tem ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quais ódios!?

O Orador: ... e que demonstrou ao longo da semana e que demonstrou agora relativamente à minha pessoa pela forma como se dirigiu a mim, mas também devo dizer: esse registo do Sr. Deputado monárquico não me tira o sono, nem me incomoda minimamente.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado não repetiu aquilo pelo qual motivou a intervenção na Mesa, que foi “o vá tratar-se” e isso é que é absolutamente ofensivo, porque se não é ofensivo todos nós podemos, quando os senhores fizerem uma intervenção, vamos dizer “vá tratar-se”.

Acha que fica um ambiente respirável nesta sala?

Se a sua percepção de dignidade parlamentar for esta ... Essa foi a crítica que eu lhe fiz. Portanto, a expressão que o senhor utilizou foi essa, que é uma vergonha e que tenho a certeza absoluta que a sua própria bancada está envergonhada ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Oh!

O Orador: ... que o líder parlamentar do Partido Socialista utilize esse género de expressões em relação aos seus opositores políticos, que reconheço em muita gente que aí está nessa bancada a capacidade de discutir democraticamente sem ofender os outros e sem insultar os outros. Portanto, não se reveem de certeza absoluta na sua atitude e devo-lhe dizer que a forma como se dirigiu reiteradamente “o deputado monárquico” ...

Eu tenho muito orgulho em ser Presidente do Partido Popular Monárquico e ser deputado monárquico.

Agora, as regras de boa educação nesta sala, neste hemiciclo, sempre foram “Sr. Deputado Berto Messias”, “Sr. Deputado Paulo Estêvão”, “Sr. Deputado Artur Lima”, é assim que nos dirigimos uns aos outros nesta câmara. Portanto, o senhor utilizou essa forma de tratamento achando com certeza ...

Deputado Berto Messias (PS): É o ódio pessoal!

O Orador: Estou a fazer uma intervenção.

Presidente: Sim, Sr. Deputado, tem de ser sobre a matéria em causa.

O Orador: ... que me envergonha chamando-me deputado monárquico, eu sou deputado monárquico com muito orgulho.

Deputado Miguel Costa (PS): E quando dizem deputado do PS?

O Orador: Agora, Sr. Deputado, como é que quer que eu agora passe a chamar? Passo a chamar como? Deputado republicano?

É isto que eu lhe vou passar a dizer?

Aquele senhor (desculpe!) ... “Aquele Sr. Deputado republicano!”

Portanto, é absolutamente ridículo que se utilize estas formas de expressão. E mais do que isso: rompem com a convivência.

Em relação à sua intervenção devo dizer o seguinte: simplista é, sabe o que é que é simplista?

É referenciar as propostas dos outros como simplista e não apresentar um único argumento que sustente a sua afirmação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem dito!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários:

Apenas para dizer isto muito rapidamente que de facto esta manhã tem sido, enfim, farta em episódios que poderiam ser perfeitamente incluídos num *sketch* dos *Gatos Fedorento*, porque de facto aquilo a que estamos a assistir é algo, na minha perspetiva, impensável e muito longe daquilo que acho que todos nós deveríamos estar a fazer. Permitam-me esta opinião.

Mas dizer e sentir-se agastado com o facto de eu dizer que é um deputado monárquico ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas quem é que disse isso?

O Orador: ... seria o mesmo que eu ofender-me com o Sr. Deputado a virar-se para mim e dizer que é um deputado do PS, ou um deputado socialista.

Portanto, confesso que não alcanço, não alcancei essa indignação da sua parte, mas é aquilo que temos tido ao longo da semana, é mais um

incidente, ou uma tentativa de incidente do Sr. Deputado Paulo Estêvão.
Portanto, não tenho mais nada a dizer.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Percebo claramente!

Quando se está a fazer intervenções de conteúdo está tudo a falar; quando se fazem destas, que não interessam para ninguém, está tudo em silêncio a ouvir!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Depois faremos um intervalo.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É de facto lamentável que isto esteja a ocorrer, mas isto só ocorreu porque o senhor me ofendeu pessoalmente com aquilo que disse.

Portanto, este episódio é da sua inteira responsabilidade. O senhor é que provocou este episódio.

Pois devo-lhe dizer o seguinte: a minha intervenção foi muito clara.

Tenho muito orgulho em ser deputado monárquico ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Então pronto!

O Orador: ... e tenho muito orgulho em ser presidente nacional do Partido Popular Monárquico.

Agora, não é essa a forma como nos dirigimos nesta câmara, sempre foi pelo nome, pelo nome próprio de cada deputado.

Eu sempre me dirigi a V. Exa. chamando Sr. Deputado Berto Messias e o Sr. Deputado tem a obrigação, tem o dever, tem a educação de me chamar Sr. Deputado Paulo Estêvão, que foi assim.

Devo-lhe dizer, porque não é deputado socialista, que então tenho que lhe chamar, se é pelo regime, porque eu sou deputado do PPM, deputado republicano. É isso que o senhor quer?

É esse tipo de tratamento?

O senhor está a faltar à dignificação desta Assembleia com esse género de atitudes.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor é que está e ainda não percebeu!

O Orador: Portanto, a partir de agora, Sr. Deputado, não venha, não provoque mais problemas e não atrase os trabalhos desta Assembleia. É tão simples como isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem dito!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo até ao meio-dia.

Peço aos líderes que me acompanhem à sala de reuniões.

Eram 11 horas e 43 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares para darmos continuidade aos trabalhos.

Eram 12 horas e 12 minutos.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Durante a discussão aqui havida em redor desta problemática foram tecidas várias afirmações que me suscitam alguns comentários.

Começou o Sr. Deputado Paulo Estêvão, na sua intervenção primeira, por referir a falta de estudo e de reflexão sobre a identidade cultural dos povos, nomeadamente sobre a identidade cultural dos Açores.

Entendo, portanto, que os políticos possuam uma atividade muito diversificada, entendo que os políticos possam não ter um conhecimento detalhado de todos os domínios dessa mesma realidade.

Agora, a identidade cultural dos povos, nomeadamente do povo português, dos Açores também em particular, não anda esquecida, curiosamente até parece estar relativamente na moda.

O Sr. Deputado do PCP lembrou aqui um livro publicado por um corvino, pelo Prof. João Saramago, que é membro do Conselho Regional de Cultural, que é professor da Universidade de Lisboa, que é o *Atlas Linguístico*.

Eu, na minha intervenção, falei do falar micalense da autoria de duas docentes investigadoras da Universidade dos Açores.

Muito recentemente o Prof. Machado Pires publicou páginas sobre a açorianidade. São exemplos, enfim, de trabalhos que se realizam dentro e fora da Universidade dos Açores. Ignorá-los é desconhecer, portanto, o que nós fazemos no arquipélago. Portanto, é quase, enfim, que um desrespeito para com o trabalho dos nossos investigadores universitários, mas esse trabalho, ou este trabalho sobre a identidade cultural dos povos,

sobre os açorianos, sobre os insulares em particular, não se fica pelo arquipélago.

Neste momento, a Universidade Católica tem em curso um projeto, aliás, liderado por dois açorianos, Artur Teodoro de Matos e Roberto Carneiro, que se desenvolve em torno das condições e das características do ilhéu, do ilhéu entendido como habitante das ilhas.

Claro que não é uma coisa específica dos Açores, mas inclui os Açores na unidade onde os Açores efetivamente estão incluídos, na unidade geográfica onde os Açores estão incluídos, que é a vasta Macaronésia.

Tenho sempre muitas reservas quando se fala em falares açorianos em estabelecer comparação com a Babilónia linguística espanhola por razões que aqui não vou detalhar, porque aludi a elas inclusivamente em sede da Comissão de Assuntos Sociais.

Sobre este assunto pronunciou-se também o Sr. Deputado do PSD, José Andrade, que disse fundamentalmente três coisas, duas das quais, enfim, com que estou em pleno acordo.

Falou da necessidade de sensibilizar os professores para a importância da proteção e da divulgação dos nossos falares e eu estou de acordo, porque a questão, Sr. Deputado, não é como nós sabemos programática, a questão é fundamentalmente prática. A questão não é teórica, a questão é prática, como aliás foi dito em Comissão de Assuntos Sociais pelo Dr. Vítor Rui Dores ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Exatamente!

O Orador: ... e também estou de acordo que não podemos correr o risco de eventualmente regionalizar a língua, de fechar a língua, porque isso ia matar esta, ou qualquer outra língua.

De resto, a reprovação anunciada pela maioria parlamentar deste Projeto de Resolução não significa propriamente desrespeito pelos nossos falares. A Sra. Deputada do CDS-PP, Graça Silveira, disse uma coisa com a qual estou também completamente de acordo, aliás, estamos do mesmo lado da barricada, pelo menos numa das partes do problema: os jovens não conhecem hoje certas expressões que conheceriam antigamente. É um facto.

Isso deve-se fundamentalmente a duas razões, na minha opinião, e não sabem essas expressões como nunca viram uma galinha chocar ovos e coisas do género. Isso deve-se ao facto da prevalência do nosso modo de vida urbano, isso deve-se ao facto da globalização e é exatamente por isso, é exatamente pelo facto dessas expressões, desses falares não estarem preservados naturalmente que o sistema educativo regional está naturalmente precavido.

Aí, a Sra. Deputada não estará certamente em acordo comigo, ou em total acordo comigo, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Claro que não!

O Orador: ... mas o sistema educativo regional está precavido. Está muito mais precavido do que no passado. Se é insuficiente nós estaremos atentos e poderemos introduzir alterações a cada momento.

Finalmente, o Sr. Deputado Paulo Estêvão reportou-se a um requerimento feito à Secretaria Regional da Educação e Cultura e ao qual a Secretaria terá respondido com vagar.

É verdade, Sr. Deputado. Respondeu com vagar dada a imensidade, eu diria que quase a irrazoabilidade do pedido.

Todavia, foi facultado ao Sr. Deputado Paulo Estêvão tudo o que era possível, tudo o que era passível de ser facultado, concretamente cópia

dos planos anuais de atividades, dos projetos educativos, dos projetos curriculares de escola referentes ao ano letivo de 2014-2015, referentes a todas as unidades orgânicas do sistema educativo regional.

Quanto a orientações da Direção Regional da Educação sobre a valorização do estudo da açorianidade, incluindo a identificação e a preservação dos nossos falares, estão inscritas nos referenciais do Currículo Regional a que aludi na minha intervenção inicial.

De resto, não se remetem orientações específicas às unidades orgânicas sobre falares, como também não se enviam orientações de ensino sobre equações de segundo grau ou raízes quadradas.

Tudo se faz em função dos referenciais curriculares e programáticos e tudo varia como foi dito em função da sensibilidade de cada professor.

Claro que em resposta ao requerimento do Sr. Deputado não seguiram cópias das atas dos Conselhos Pedagógicos e dos departamentos curriculares, porque após a consulta a diversas unidades orgânicas do nosso sistema educativo regional se percebeu muito e simplesmente que não estão registadas referências aos falares, como também não estão registadas referências nas unidades orgânicas do nosso sistema educativo regional, referências concretas, à lecionação de matérias específicas de qualquer disciplina.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O PPM solicitou esses documentos para poder comprovar que aquilo que o Sr. Secretário Regional da Educação disse em Comissão não é verdade, ou seja, não existem provas, através dos velhos documentos de planeamento no âmbito do sistema educativo (e se fôssemos ver os sumários, poderíamos ver a mesma coisa), até porque não se esqueça que eu sou professor na Região há duas décadas (há duas décadas!) e já ocupei todas as funções no âmbito do nosso sistema educativo (todas!), desde coordenador de departamento a presidente de Conselho Pedagógico, a presidente do Conselho Executivo, portanto, estou muito à vontade lecionando há 20 anos para lhe dizer que aquilo que disse na Comissão não é verdade. Não há uma planificação, nem há o ensino, nem há a defesa dos falares açorianos e dos dialetos açorianos. Portanto, isso não é feito. Pura e simplesmente não é feito.

Eu pedi-lhe estes documentos para sustentar essa afirmação.

O Sr. Secretário agora diz: “Bom, não está registado.”

Bom, se não está registado, as suas afirmações fundamentam-se em quê?

Do ponto de vista da prática concreta das escolas?

Não se fundamentam em nada, porque não existe prova concreta. Não existe esta prova, porque eu conheço o sistema e não existe esta prova, porque ficou demonstrado através dos documentos que também não existe esse registo.

Segundo ponto, para terminar, ficou aqui provado que há gente que convive bem que o Governo Regional dê dinheiro para a produção de uma série nos Açores, com paisagens açorianas é verdade, mas uma coisa que não pode estar e que não pode passar no continente é que essa série tenha figurantes e tenha atores a falar com o dialeto de São Miguel. Isso é

que não é possível e dá-se dinheiro, o Governo Regional paga, para que se faça a dobragem dos nossos falares e dialetos açorianos.

Acham isso admissível?

Eu não convivo com isso. Eu acho que isso é perfeitamente ... Isso é inadmissível. Isso é inadmissível!

Portanto, meus senhores, eu acho que o que existe aqui por parte do Governo Regional em relação a esta matéria é um nada absoluto e também a sensação, a perceção com que fico é que os senhores de facto minorizam os dialetos açorianos.

Esta é a verdade e ainda por cima ainda pagam para que os atores açorianos sejam dobrados utilizando a norma padrão, a forma de falar de Lisboa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A parte resolutiva deste Projeto de Resolução do PPM “recomenda ao Governo Regional que planifique e execute as medidas necessárias para proteger, dignificar, valorizar e divulgar” os dialetos açorianos.

De acordo com a Prof. Dra. Helena Mateus Montenegro, ouvida em sede de Comissão de Assuntos Sociais, existem nos Açores 8 dialetos açorianos e cerca de 100 falares açorianos.

Se eu fingisse que estávamos na escola e perguntasse a cada deputado e deputada deste Parlamento, incluindo os membros do Governo Regional, se sabiam que existiam na Região cerca de 100 falares açorianos eu gostava de saber quantos é que poriam o dedo no ar.

Portanto, não pondo o dedo no ar, a grande maioria não o poria certamente, isto quer dizer que a dignificação, a proteção, a valorização e a divulgação dos dialetos açorianos, como este Projeto de Resolução recomenda, faz todo o sentido, nem que seja em termos pedagógicos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Não havendo vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução foi rejeitado com 26 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos continuar com os nossos trabalhos.

Avançamos para o ponto seis: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 57/X – “Terceira alteração ao DLR n.º 41/2008/A, de 27 de agosto, alterado e republicado pelo DLR n.º 17/2009/A, de 14 de outubro, e pelo DLR n.º 33/2010/A, de 18 de novembro – Sistema**

Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública Regional dos Açores (SIADAPRA)”.

O tempo que iremos utilizar para este debate é o do processo legislativo comum e para a apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta legislativa que o Governo traz à Assembleia consubstancia essencialmente o enquadramento de seis alterações no âmbito deste processo.

As duas primeiras são alterações que se enquadram em dar continuidade àquilo que foram as alterações que já se fez a nível nacional, nomeadamente que a avaliação dos trabalhadores que era feita até agora anualmente possa passar a ser feita de dois em dois anos e por outro lado a avaliação dos dirigentes intermédios, nomeadamente diretores de serviço e chefes de divisão, em vez de ser feita anualmente seja feita pelo período da comissão de serviço, ou seja, no fim de cada comissão de serviço de três anos. Isto foi uma solução adotada a nível nacional e que nós replicamos aqui na Região.

Por outro lado, desenvolveu-se também um conjunto de especificidades regionais, nomeadamente os coordenadores podem passar a ser avaliados não só como no âmbito da sua chefia, como também no âmbito da função de trabalhador e permitir uma conjugação dos critérios de avaliação daqueles que exercem funções de coordenador.

Por outro lado, se a nível nacional foi permitido que os assistentes operacionais passassem a ser avaliados apenas em termos de

competências e não por objetivos, nós alargamos nos Açores essa possibilidade também aos assistentes técnicos.

E a mais importante que nós consideramos das medidas é que tendo em conta que estão congeladas as progressões nas carreiras a nível nacional e não decorre por essa via da avaliação de desempenho qualquer benefício adicional para os funcionários neste momento, nós mantemos uma solução que a nível nacional não é adotada, portanto, é específica dos Açores, é um benefício apenas dos funcionários públicos dos Açores, de que quem tiver durante quatro anos classificação de excelente tenha como benefício e prémio mais cinco dias de férias e quem tiver quatro anos consecutivos a classificação de relevante possa ter como benefício mais três dias de férias.

É uma forma clara de, face à impossibilidade nacional de haver progressões na carreira, poder dar um estímulo e um benefício aos funcionários que tenham melhores níveis de avaliação.

Em conclusão, esta proposta visa, por um lado, simplificar e desburocratizar o processo de avaliação dos funcionários e criar benefícios adicionais para que efetivamente da avaliação resulte um benefício direto para os funcionários públicos que tenham melhores níveis de classificação.

É um conjunto de matérias que do ponto de vista do conteúdo é claramente consensual, vem de encontro àquilo que são as solicitações dos funcionários e cria mais um benefício para a administração pública regional, para os funcionários da administração pública regional em relação àqueles que têm a administração pública do resto do país.

Lembrava, por exemplo, que é apenas na Região, infelizmente, que se conseguiu reduzir o horário de trabalho para as 35 horas para os

funcionários públicos. É na Região que se conseguiu criar uma remuneração complementar que cria um enquadramento de anulação até determinados níveis de rendimento dos cortes salariais impostos pela República e aqui também, para além de simplificar e facilitar o processo de avaliação dos funcionários, desburocratizando significativamente esse processo, cria-se um benefício decorrente dessa mesma avaliação que na prática não existia sem este enquadramento legislativo e que foi inviabilizado pelo congelamento das carreiras a nível nacional.

É esta a proposta que aqui é colocada e que tem, desde o princípio ao fim, estes objetivos de valorizar e favorecer os funcionários da administração pública regional, criando novos benefícios, quer comparativamente em relação à situação anterior, quer particularmente comparativamente à situação que existia e que existe no contexto nacional.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa já tem uma inscrição.

Para uma interpelação?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

A interpelação, Sra. Presidente, é no sentido de saber se este diploma, que versando matérias do direito laboral e das carreiras dos funcionários da administração pública regional, foi precedido da negociação coletiva, conforme determina a lei geral?

Porque da parte do Governo não se procedeu a essa negociação. Isto está assumido no relatório da Comissão e, portanto, perguntava à Sra. Presidente se o nosso Parlamento procedeu à negociação coletiva destas matérias conforme decorre da lei e, conseqüentemente, se estamos em

condições de efetivamente discutir este diploma e fazer ou não a sua aprovação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Assembleia Legislativa, como em qualquer matéria de legislação de trabalho conforme dispõe o artigo 124.º do nosso Regimento, colocou à audição pública dos sindicatos e das comissões de trabalhadores este diploma como é sua obrigação, dando assim possibilidade aos sindicatos e às comissões de trabalhadores, àqueles que quiserem, de participar com o seu parecer, a sua opinião sobre esta legislação.

Sr. Deputado Joaquim Machado, para uma interpelação?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, eu não queria abusar da sua condescendência e da informação que aqui mostrou fazendo uma interpretação que pode não corresponder àquela que efetivamente pretende transmitir à câmara.

No nosso entendimento o que a Sra. Presidente acabou de nos dizer foi que esta matéria foi posta à discussão pública, conforme habitualmente fazemos com muitos diplomas, mas essa não foi a pergunta que lhe formulamos.

A pergunta foi se fez a negociação coletiva que por lei estas matérias estão obrigadas a serem precedidas dessa negociação coletiva depois do ato legislativo propriamente dito que é aquilo que nós aqui vamos fazer.

Portanto, a pergunta é exatamente esta: se esta matéria foi objeto da negociação coletiva, não da audição (a audição obviamente que foi cumprida, conforme dispõe o nosso Regimento que a Sra. Presidente teve oportunidade de nos dizer), mas se foi feita a negociação coletiva?

Porque matérias laborais, nomeadamente de avaliação dos funcionários, matéria de carreiras, etc., um conjunto de matérias que estão sujeitas à negociação coletiva prévia, é essa a dúvida saber se esse requisito foi ou não cumprido.

Presidente: Sr. Deputado, acato naturalmente a sua interpelação à Mesa. Também como compreenderá só posso responder em nome da Assembleia.

A Assembleia não fez negociação coletiva, apenas colocou como a lei exige, a lei geral de trabalho e o nosso Regimento, colocar à audição pública e foi isso que a Assembleia fez.

Para uma interpelação, Sr. Deputado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, muito obrigado pela informação.

Ela de facto corresponde à realidade dos factos e àquilo que é a nossa interpretação.

O que significa que o Governo Regional, conforme está expresso no relatório da Comissão que acompanha esta matéria, confirmou que não fez negociação coletiva, os sindicatos nos pareceres que enviaram a esta Assembleia também dizem que não foi feita a negociação coletiva, mas há ainda mais um dado que nos parece relevante para podermos avançar ou não nesta matéria, é que o Sr. Vice-Presidente do Governo em sede de Comissão de Política Geral fez a seguinte afirmação: “Se a Assembleia não procede a uma efetiva negociação com os sindicatos [e a Sra. Presidente acabou de confirmar que isso não se fez] isso era um problema da Assembleia e do seu Regimento e não do Governo.

Portanto, julgamos que estamos aqui perante uma situação que não será muito complexa, mas que tem de ser devidamente esclarecida.

Esta matéria obrigatoriamente deve ser precedida de negociação coletiva. O Governo Regional entende que não a deve fazer e explicará porventura as suas razões. A Assembleia Regional como decorre do nosso Regimento e do Estatuto não tem competência para fazer negociação coletiva e, portanto, estamos aqui perante um impasse que só pode ser resolvido como foi resolvido das outras vezes com o Governo Regional efetivamente a fazer essa negociação prévia e do nosso ponto de vista, portanto, este diploma não está em condições de poder ser votado.

Deputado André Bradford (PS): É sempre a mesma coisa!

Presidente: Sr. Deputado, a Assembleia admitiu o diploma e admitiu-o corretamente. Aliás, se não me falha a memória já não é a primeira vez que esta questão surge em sede de plenário, porque já fez uma interpelação também uma vez sobre esse sentido.

Em todas as matérias laborais a Assembleia cumpre com aquilo que está obrigada por lei e até hoje nunca o Sr. Representante da República levantou nenhuma questão.

O diploma foi admitido, foi analisado em Comissão e sobe hoje a plenário e, portanto, terá que se fazer o seu debate e a sua votação.

Se houver alguma questão a ser levantada há de sê-lo naturalmente pelo Sr. Representante da República.

A Assembleia entende que o diploma foi admitido, foi levado à Comissão competente na matéria para fazer a emissão do seu parecer e estando o relatório fechado sobe a plenário para debate e votação, que é isso que nós iremos fazer e penso que esta matéria fica aqui esclarecida sobre este ponto de vista, porque regimentalmente a Assembleia está a fazer aquilo que tem de fazer.

Só para uma questão de ordem, o Sr. Deputado Aníbal Pires tinha pedido a palavra para uma intervenção?

O Sr. Vice-Presidente tinha pedido a palavra para uma intervenção e a Sra. Deputada Zuraida Soares para uma intervenção?

Muito bem.

Portanto, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Eu queria começar por fazer um considerando e que tem a ver com o seguinte: esta matéria, ou melhor, a matéria que foi colocada na interpelação pelo Deputado Joaquim Machado, relativamente às questões da negociação e à obrigatoriedade da negociação, já não é a primeira vez que se coloca nesta Assembleia, quer nesta legislatura, quer na legislatura anterior.

Aliás, eu registo que o PSD da legislatura anterior para esta legislatura alterou a sua posição relativamente às questões das competências para as matérias da negociação, porque o Deputado Pedro Gomes e Presidente da Comissão de Política Geral o seu entendimento era exatamente coincidente com a forma como o Sr. Vice-Presidente vai defender a posição do Governo.

A posição do PCP foi sempre a mesma. As matérias, estas matérias, são de negociação obrigatória.

A Assembleia cumpriu o seu papel e, portanto, a Assembleia aquilo que deve fazer é colocar o documento à audição e à discussão pública.

Portanto, relativamente à tramitação do processo a partir do momento em que ele entra a Assembleia cumpriu o seu papel.

Quem, na nossa opinião, não tem cumprido o papel tem sido o Governo Regional, mas há aqui relativamente a esta atuação do Governo Regional ainda assim posicionamentos diferentes.

Nós, já esta semana, discutimos aqui um diploma que tem a ver com a administração pública e que foi negociado com as estruturas sindicais, o Estatuto da Carreira Docente, mas há outros exemplos de matérias que têm sido negociadas com os sindicatos, pelo Governo Regional, por outros Membros do Governo Regional e também pelo Sr. Vice-Presidente.

Portanto, não entendemos esta posição de que umas coisas são objeto de negociação, outras não são objeto de negociação.

E a verdade é que neste caso a alínea k), do n.º 1, do artigo 350.º, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas estabelece claramente que o sistema de avaliação é matéria de negociação. Claramente!

Aliás, até ao contrário do que diz o parecer de um sindicato que refere que se trata de um direito de participação previsto no artigo 16.º da mesma lei, mas não é isso. Isto tem de ser objeto de negociação em plena forma, valendo, portanto, o artigo que eu referi, o artigo 350.º, e de facto isso não foi feito pelo Governo Regional e era importante (e eu deixaria esta questão para já neste plano) ouvirmos a posição do Sr. Vice-Presidente e como sabemos pela ronda que há pouco a Sra. Presidente passou por quem já estava inscrito, que o Sr. Vice-Presidente está inscrito a seguir, e certamente o Sr. Vice-Presidente poderá clarificar melhor esta situação, porque é que algumas questões são negociadas, porque é que outras não são negociadas, designadamente porque é que esta não foi negociada.

Portanto, eu virei depois a debate, depois de ouvir as explicações do Sr. Vice-Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

“É preciso lembrar que este diploma, a legislação nacional enquadradora, está estruturado numa lógica em que o poder legislativo é exercido pelo Governo da República ou pela Assembleia da República, circunstância que não ocorre nas regiões autónomas como Vs. Exas. bem sabem e porque nas regiões autónomas o poder legislativo constitucionalmente está apenas consagrado e atribuído às Assembleias Legislativas e não ao Governo Regional que apenas tem um poder regulamentar.

Nesta medida, não é razoável pressupor, nem interpretar, que o Parlamento teria que fazer uma negociação coletiva da mesma forma que faz negociação coletiva o Governo da República em matérias que estão elencadas na legislação. Não é conceptualmente possível.

Aliás, quero lembrar que esta iniciativa legislativa é oriunda do Governo, mas poderia ter sido desencadeada ou exercida por qualquer um dos Srs. ou Sras. Deputados, ou qualquer um dos grupos ou representações parlamentares. A pergunta que se colocaria então seria: se esta mesma iniciativa legislativa fosse exercida por algum grupo ou representação parlamentar, ou por algum dos Srs. ou Sras. Deputados então o Parlamento teria que fazer negociação coletiva sobre esta iniciativa?

Não teria.

É, portanto, esta a interpretação constante do Parlamento quanto a esta matéria.”

Eu acabei de citar o Sr. Deputado Pedro Gomes, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Leia o resto!

O Orador: ... Presidente da Comissão de Política Geral, que fez esta intervenção sobre matéria idêntica a 22 de setembro de 2011 nesta Assembleia Regional e como não houve alteração de enquadramento legislativo desta altura para cá é essa exatamente a posição e faço minhas as palavras do Sr. Presidente da Comissão de Política Geral e deputado do PSD na altura, Deputado Pedro Gomes, sobre esta matéria.

E como foi dito e muito bem pela Sra. Presidente da Assembleia esta matéria está mais do que esclarecida.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não está!

O Orador: A competência legislativa nestas matérias é exclusivamente da Assembleia Legislativa Regional.

Portanto, se a competência legislativa é da Assembleia, quem tem competência para articular com os sindicatos é a Assembleia.

O Regimento da Assembleia interpretou e definiu que essa forma de negociação é a auscultação pública e a audição nos termos em que está feito. Isso é claro, é assim há muitos anos, sempre foi assim e só há aqui duas questões que se alteraram.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Há, sim?

O Orador: As únicas questões que se alteraram é, a primeira: já repararam que estamos aqui há não sei quantos minutos a discutir algo que não tem nada a ver com o diploma?

E porque é que não querem discutir o diploma?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: É verdade!

O Orador: Porque estão todos a favor do diploma, porque o diploma vem criar mais um benefício aos funcionários públicos da Região, porque mais uma vez a administração pública regional tem um benefício em relação ao resto da administração pública nacional e como não querem falar nisso criam um expediente, que inclusivamente é a prática e a história do vosso próprio partido a contrariar aquilo que os senhores agora pretendem afirmar.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Isto seria mau, é mau, porque no fundo o vosso interesse não é o interesse dos funcionários públicos, é o interesse que não se discuta o benefício dos funcionários públicos, mas tem um segundo aspeto que é bem mais grave. É que os Srs. Deputados estão a querer dizer - um deputado, dois deputados - é uma questão muito simples: é que sendo esta competência exclusiva da Assembleia Legislativa Regional os senhores estão a fazer uma coisa extraordinária enquanto deputados, é retirar competências à Assembleia e dar competências ilegais ao Governo ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... quando essa competência é exclusivamente da Assembleia e nunca se viu num Parlamento um deputado a dizer: “Nós não queremos ter essa competência, essa competência é do Governo.”

É um momento único da história da autonomia, um momento único da história desta Assembleia onde um deputado se levanta e diz que “nós não queremos ter a competência que a lei nos atribui em exclusividade.”

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo: Sr. Vice-Presidente, um deputado, outro deputado, uma deputada.

Deputado André Bradford (PS): Mais uma!

A Oradora: Inscrevi-me, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para completar a história que foi iniciada pelo Deputado Joaquim Machado na sua interpelação, porque a história não acabou onde o Sr. Deputado acabou, digamos, de a contar.

Na realidade o Sr. Vice-Presidente em auscultação em Comissão de Política Geral afirmou que se a Assembleia não procede a uma efetiva negociação com os sindicatos isso é problema da Assembleia, do seu Regimento e não do Governo. Aliás, afirmação que acabou agora exatamente de repetir.

Acontece que no seguimento do repto lançado pelo Sr. Vice-Presidente na reunião da Comissão de Política Geral a Deputada Zuraida Soares disse o seguinte: “Então, já que é assim os deputados para exercerem estas suas competências de negociação então a Comissão de Política Geral tem que ouvir em audição presencial e não meramente por cartinha os representantes das organizações sindicais.”

Posta à votação esta proposta do Bloco de Esquerda, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Chumbada!

A Oradora: ... ou seja, posta à votação a proposta de que a Assembleia cumprisse o repto lançado pelo Sr. Vice-Presidente e do qual não tem medo, mas não há negociação através de cartas, a negociação é feita cara a cara, olhos nos olhos, esta proposta do Bloco de Esquerda foi votada

favoravelmente pelo PSD, pelo CDS, pelo Bloco de Esquerda e foi a maioria parlamentar do Partido Socialista que a chumbou.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, agora é a vez do Bloco de Esquerda dizer que a demagogia também tem limites.

Deputado José San-Bento (PS): Não é demagogia nenhuma!

A Oradora: E o Sr. Vice-Presidente não pode vir aqui fazer esse número de que a Assembleia não cumpriu a sua obrigação, porque foi a maioria parlamentar do partido que suporta o seu Governo que impediu esta Assembleia de o fazer.

Muito obrigada.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E sobre o diploma nada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nós começamos a perceber muito bem o que está aqui em causa.

O Governo Regional acha que não tem competência para fazer a negociação coletiva, uma coisa muito, muito estranha. Muito, muito estranha, como mais adiante irei comprovar que assim é e entende que essa é uma responsabilidade do Parlamento. Como a Sra. Deputada Zuraída Soares acabou de comprovar, colocada a questão no Parlamento, o Partido Socialista que suporta o Governo Regional chumba, inviabiliza, a negociação coletiva.

Portanto, decididamente a maioria, seja ela Partido Socialista, seja ela Governo Regional, não quer cumprir a lei que obriga estas matérias a uma negociação coletiva prévia.

E como já aqui também foi dito (e muito bem!) é o Governo Regional que tem dois critérios diferentes consoante os titulares da pasta.

O Sr. Vice-Presidente não faz a negociação coletiva com os sindicatos representativos para a área da administração pública regional; o Sr. Secretário Regional da Educação, apesar de só ter 14 ou 15 meses de Governo, já aprendeu (e bem!) ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): O recado era para o San-Bento!

O Orador: ... que as matérias relacionadas com as carreiras estão sujeitas à negociação coletiva e fê-lo muito bem a propósito do Estatuto da Carreira Docente que ainda ontem nós aqui aprovámos.

Portanto, parece que há dois pesos e duas medidas.

Deputado Francisco César (PS): E sobre o diploma? Nada!?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vamos chegar lá! Primeiro vamos ver quem tem razão!

O Orador: Só que há ainda mais uma curiosidade: é que os dois pesos para duas medidas acabam por encaixar bem até só no Sr. Vice-Presidente.

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: O próprio Sr. Vice-Presidente também faz negociação coletiva de umas matérias e não faz de outras, mas essa dualidade de critérios vai ainda mais longe, é que mesmo com o SIADAPRA o Sr. Vice-Presidente de uma coisa faz uma e o seu contrário, isto é, fez negociação coletiva em 2008 e em 2015 acha que não pode, nem deve fazer negociação coletiva. Senão vejamos (fez, sim senhor): o diploma que ainda está em vigor, este que será sujeito agora a alteração, em 2008, na versão vinda do Governo Regional e que não foi alterada e está publicada, diz no penúltimo parágrafo do seu preâmbulo o seguinte: “Este

diploma foi objeto de negociação sindical nos termos da legislação em vigor”. E como muito bem disse o Sr. Vice-Presidente daí para cá não houve nenhuma alteração da legislação que enquadra esta obrigação de negociação coletiva.

Portanto, em 2008 o Governo Regional, o Sr. Vice-Presidente do Governo, Sérgio Ávila, fez a negociação coletiva da primeira versão do SIADAPRA. O que é que mudou daí para cá?

Não mudou nada.

Mas mais! Não se tratou apenas de uma negociação coletiva feita no recato dos gabinetes. Não senhora!

O Sr. Vice-Presidente do Governo fez a negociação coletiva ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está ao contrário!

O Orador: Não, não está ao contrário!

Falta é destapar!

... com este aparato ...

(Neste momento, o Sr. Deputado mostrou uma imagem)

Deputado Luís Garcia (PSD): Meta os óculos. Agora vai mexer no telemóvel!

O Orador: ... com um enorme *staff* da sua Secretaria, com o Diretor Regional da Administração Pública, o Diretor de Serviço da Função Pública, a Diretora de Serviços que até lavrou a ata, se não se recorda, dois chefes de divisão e mais uma adjunta num hotel de Angra do Heroísmo na Praça Velha e isso deu até azo a uma grande notícia do gabinete de propaganda da Vice-Presidência do Governo Regional, do gabinete do Sr. Vice-Presidente.

Portanto, a negociação coletiva fez-se.

Mas mais do que isso! Não bastando este aparato ...

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Joaquim Machado está no uso da palavra.

O Orador: ... o Sr. Vice-Presidente do Governo esteve aqui precisamente nesta nossa cidade da Horta a fazer um seminário no qual elogiou, autoelogiou-se, pela circunstância de ter feito a negociação coletiva de duas matérias, uma sobre carreiras e vínculos e outra foi o SIADAPRA, dizendo que tinha chegado a acordo como os sindicatos representativos da função pública, nomeadamente os que integram as centrais sindicais da UGT e da CGTP.

Mas não satisfeito com isso quando apresentou aqui o SIADAPRA em 2008 depois de muito bem ter feito a negociação coletiva dessa matéria, voltou em plenário a elogiar a circunstância de ter feito essa negociação coletiva e de, através dela, ter reunido o apoio e o consenso dos sindicatos. A questão é muito simples, portanto.

Como o Sr. Vice-Presidência disse, nada se alterou.

Porque é que em 2008 fez a negociação coletiva do SIADAPRA e com base em que competências (porque se o Governo Regional não tem a competência, pelo menos já uma vez cometeu uma ilegalidade, que terá sido em 2008) e hoje não a quer fazer?

E porque é que ele não faz, mas o Sr. Secretário Regional da Educação faz negociação coletiva prévia?

Eu julgo que só pode haver uma resposta possível para isto. São tiques de prepotência e de autoritarismo. Só pode ser isso.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

De facto, nada se alterou relativamente àquilo que era a posição, em termos legais, do Deputado Pedro Gomes, mas há uma questão que eu gostaria de aduzir, penso que é a primeira vez pelo menos que eu me lembro, que tenha vindo a este debate da questão da negociação e que efetivamente, Sr. Vice-Presidente, permita que lhe diga, é uma boa prática que o Governo Regional tem feito com os professores, com os médicos, com os enfermeiros e com outros agentes da administração pública regional. Tem efetivamente sido feita e de facto não se percebe porque é que em determinados momentos o Governo Regional abdica desta boa prática que decorre também da lei e decorre das competências do Governo Regional, designadamente daquelas que decorrem do artigo 90.º do Estatuto ...

Deputado Francisco César (PS): O Representante da República já disse que era assim!

O Orador: ... e que quando fala da competência executiva do Governo Regional diz o seguinte na alínea b), do ponto 1: “Dirigir os serviços e atividades da administração regional autónoma” e depois mais à frente, na alínea j), diz o seguinte: “Praticar todos os atos exigidos pela lei, respeitando-se aos funcionários e agentes da administração regional autónoma.” “Todos os atos exigidos pela lei”.

E a questão da negociação coletiva é exigida pela lei geral do trabalho em funções públicas e como tal, Sr. Vice-Presidente, é efetivamente uma competência do Governo Regional.

Oh, Sr. Vice-Presidente, eu já não sei o que mais lhe faça.

Não é a primeira vez que temos esta discussão, ...

Deputado José San-Bento (PS): E não vai ser a última!

O Orador: ... mas está aqui no Estatuto, Sr. Vice-Presidente, e de facto é incompreensível. É de facto incompreensível!

E a argumentação de que ainda não se falou no diploma e se está apenas a abordar aqui uma questão formal, ela está a ser abordada porque é muito importante e é uma questão política importante.

Portanto, Sr. Vice-Presidente, na perspetiva do PCP, acho que deve ser clarificada e isto que o PCP está a fazer é trazer um contributo, porque reconhece ao Governo que tem feito com diferentes setores dos trabalhadores da administração pública negociação coletiva.

Porque é que não faz sempre quando ela de facto é uma decorrência das próprias competências do Governo Regional que decorrem do nosso Estatuto?

E como nós muito bem sabemos, esta Assembleia não pode, não tem meios, nem pode fazer negociação coletiva, porque não é essa a sua competência. É ouvir, é promover a discussão.

Agora, só o órgão executivo é que pode fazer a negociação coletiva.

Oh, Sr. Vice-Presidente, isto está no Estatuto. Está no nosso Estatuto.

A posição do PCP continua a ser esta: estes diplomas têm de ser objeto de negociação coletiva.

Eu vou para já parar aqui a minha intervenção. Vou aguardar que o Sr. Vice-Presidente esclareça esta questão que trouxe e depois passarei às

questões do SIADAPRA, porque temos muitas questões com as quais não concordamos, Sr. Vice-Presidente, e temos muitas críticas a fazer à proposta que V. Exa. aqui traz.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários:

Para referir que para nós o que nós estamos a discutir na generalidade é um diploma que é muito positivo, que tem efeitos ao nível da desburocratização de procedimentos e introduz bons e muitos benefícios para os trabalhadores açorianos e isso é que é o essencial.

Nós estarmos aqui a sobrepôr a forma à substância positiva desse diploma, por aquilo que foi aqui visto, é também uma tendência dos partidos da oposição de criar uma cortina de fumo e no fundo esconder aquilo que é essencial.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade! Já lá vamos!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Parece, parece, Sr. Deputado!

É uma boa proposta, uma proposta meritória da parte do Governo.

Para nós em relação a essa questão de forma o assunto é absolutamente pacífico e totalmente esclarecido.

É precisamente de encontro com a interpretação que o Sr. Vice-Presidente aqui disse e também com aquilo que o saudoso Deputado Pedro Gomes, que parece agora ter as suas opiniões e a doutrina que aqui deixou e que foi seguida pacificamente depois disso, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pacificamente pelo PSD!

O Orador: ... parecem agora postas em causa por uma ala do PSD que parece querer, enfim, reinterpretar e reescrever a história.

Nós entendemos, o nosso Grupo Parlamentar tem uma atitude sempre de grande abertura e de grande respeito em relação a todos os sindicatos. Temos dado inúmeras provas disso e, portanto, o PS, aliás, convinha referir isso, foi o Partido Socialista na Comissão que solicitou os pareceres aos sindicatos.

A Sra. Presidente tinha posto o assunto à discussão. Nós não tínhamos pareceres ainda e foi o Partido Socialista que fez essa proposta.

Portanto, o que nós entendemos é que nós fazemos audições aos sindicatos e isso foi feito, esse requisito foi cumprido, portanto, foi por isso que nós não viabilizámos aquela proposta que foi apresentada e aqui referida pela Sra. Deputada Zuraida Soares já depois da audição do Sr. Vice-Presidente à última da hora, porque nós também achamos que esse diploma é muito positivo e que tem grandes vantagens e que deve entrar em vigor na maior brevidade possível, mas obviamente que respeitando todas as regras e do nosso ponto de vista, pelas razões que aqui já referi, esses requisitos foram cumpridos e, portanto, nós estamos em condições de discutir e aprovar um diploma que é muito positivo para os trabalhadores da função pública nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu peço aos líderes que se aproximem da Mesa, por favor, e se fosse possível um Membro do Governo também.

(Pausa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos terminar por agora os nossos trabalhos para almoço e hoje, excecionalmente, recomeçamos às duas e meia e eu apelo a todos para que sejam pontuais, uma vez que a nossa Agenda ainda está a decorrer e temos muitos pontos para debater hoje.

Um bom almoço e até às duas e meia.

Eram 13 horas e 03 minutos.

Presidente: Vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 14 horas e 37 minutos.

Continuamos no debate sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 57/X.

Estava e está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes do intervalo e deste período de almoço eu tinha aqui a minha intervenção preparada que a questão que nós estávamos a discutir era sobre a negociação coletiva, a obrigatoriedade de ter de facto sucedido a negociação coletiva e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dizia: “Bem, mais para quê esse pormenor técnico quando a verdade é que a lei é tão boa e é tão favorável?”

E essa expressão fez-me lembrar José II, imperador austríaco, um déspota esclarecido, que aboliu a servidão e a tortura e que teve um papel importantíssimo na revisão de muitas leis que criavam uma sociedade profundamente injusta e um dia fizeram-lhe ver que da parte do povo

havia descontentamento e ele ficou sem perceber: “Mas descontentamento porquê, quando eu estou a decidir leis e estou a legislar de forma tão positiva para o povo?”

O que os conselheiros disseram foi que eles também querem decidir, o povo também quer participar nessas reformas e esta questão é uma questão de substância, é uma questão essencial que é um direito que os trabalhadores portugueses e açorianos conquistaram com tantas dificuldades e que o Partido Socialista, o velho Partido Socialista fundado no século XIX, tanto defendeu e que agora passados todos estes anos, numa região que governa, coloca em causa.

Deputado José San-Bento (PS): Não diga isso!

O Orador: O Partido Socialista devia ser o primeiro a ter uma consciência especial para a importância, para a matriz que é preservar a negociação coletiva. Não é um parecer, é uma negociação, uma negociação coletiva naquilo que ela representa na sua substância e por isso este princípio é um princípio fundamental e ainda deveria ser mais fundamental para um partido que se diz, para um partido que tem a história como a que tem o Partido Socialista.

Por isso, eu fico absolutamente impressionado que o Sr. Vice-Presidente considere que traz aqui uma lei tão boa e como um bom tecnocrata diz: “Mas isto é tão bom, isto é tão bom.”

Sim, mas o problema é que ofende a participação e os direitos dos trabalhadores açorianos.

Deputado José San-Bento (PS): Está salvaguardado!

O Orador: E isso é de facto algo que vulnerabiliza esta iniciativa e que tem de ser discutido, porque é um princípio fundamental que não pode ser ultrapassado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente.

Esta matéria todos nós já percebemos o que é que está aqui em causa, ou seja, toda a gente está a tentar não discutir o conteúdo da matéria, refugiando-se numa questão que é claramente esclarecida.

Primeiro aspeto: esta matéria e as dúvidas que existia sobre esta matéria já foram mais do que esclarecidas. Toda a legislação que foi aprovada nesta Assembleia, nessa matéria, foi feita exatamente com o mesmo procedimento e do ponto de vista prático ...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): É mentira!

O Orador: ... não há qualquer alteração sobre o mesmo.

Segunda questão que qualquer criança da 4.º classe percebe.

A formalidade da negociação coletiva é de competência de quem pode legislar sobre a matéria. Quem pode legislar sobre a matéria é exclusivamente a Assembleia Legislativa Regional e não o Governo.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Já percebemos!

O Orador: Qualquer pessoa percebe que do ponto de vista formal e legal só pode fazer negociação coletiva, em termos formais como a lei assim o define, quem tem competência para aprovar a legislação. Qualquer criança percebe que uma entidade que não tem competência para aprovar a legislação, ninguém pode negociar ...

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Sras. Deputadas!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Nós tentamos desempenhar as nossas competências e a sua bancada chumba-nos!

Deputada Zuraída Soares (BE): Votaram contra! Porque chumbaram?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, os apartes não podem interferir diretamente na intervenção.

O Orador: Qualquer criança ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Da 4.º classe!

O Orador: ... da 4.º classe ou até mesmo do 1.º ano (não precisa de ser do 4.º classe), ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Até alguns professores universitários!

O Orador: ... percebe que não pode haver uma negociação coletiva formal por uma entidade, neste caso, o Governo Regional, que não tem competência para aprovar uma matéria.

Então em que é que se baseavam numa negociação coletiva com uma entidade que não pode aprovar aquilo que negocia?

Quem tem competência para aprovar esta legislação é o Governo.

Tentar confundir negociação coletiva formal com diálogo com os sindicatos, com negociação informal com os sindicatos é uma confusão legislativa, mas isso é algo que não é o mais relevante nesta matéria, porque a matéria é claríssima sobre esse aspeto. Sempre foi assim.

Aliás, o PSD sempre foi assim, agora o que nós estamos aqui a assistir é a estarmos aqui *n* tempo a discutir uma formalidade que já está mais do que esclarecida, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não está!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... com entendimento sobre esta matéria já foi mais do que esclarecida, sempre foi a posição do PSD sobre essa matéria, agora mudou de opinião, está no seu direito. Pode fazer a opinião que quiser e sobre algo que a competência é exclusiva da Assembleia e a Assembleia no seu Regimento definiu os mecanismos, a audição pública que foi feita e bem-feita definiu os termos em que é feita esse processo negocial com os sindicatos. Também está claro, sempre foi assim, nunca houve nenhuma questão sobre esta matéria.

Como dizia qualquer pessoa que estaria a ouvir este debate: “Mas o que é que os Srs. Deputados têm a dizer sobre esta proposta?”

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é isso que dizem!

O Orador: Esta proposta é uma proposta que faz com que os trabalhadores da administração pública açoriana podem passar a ter direito a mais 5 dias de férias ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é mentira! Já está lá! Isso não muda nada!

O Orador: ... se tiverem uma avaliação de excelente e possam ter mais 3 dias de férias se tiverem uma avaliação de relevante e que desburocratiza significativamente o processo de avaliação passando de anual para de dois em dois anos, que são benefícios claros para os trabalhadores da administração pública. Sobre isto ninguém quer dizer nada.

Objetivamente já percebemos todos porque é que não querem falar do conteúdo da proposta e querem retomar um debate que já foi *n* vezes feito e cujos esclarecimento já foi *n* vezes concretizado e comprovado por todas as entidades que após a provação aqui na Assembleia fizeram a correspondente homologação dos diplomas aqui aprovados exatamente nestes termos em que foi uma matéria consensual.

Por isso, se quiserem discutir o conteúdo da proposta cá estamos; se quiserem continuar com uma matéria para não discutir o conteúdo da proposta, a opção é vossa e os açorianos e os trabalhadores da administração pública açoriana irão avaliar com certeza a atitude de cada um dos partidos que compõem esta Assembleia.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Claro! E o senhor também vai ser avaliado pelas eleições!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra ...

(Diálogo entre a Deputada Graça Silveira e o Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores)

Presidente: Quando podermos continuar ...

Sra. Deputada Zuraída Soares, para uma interpelação, se lhe permitirem.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Posso fazer a interpelação, Sra. Deputada?

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de pedir à Mesa, nomeadamente à Sra. Presidente, que esclarecesse os Deputados e Deputadas desta câmara sobre os termos ‘audição’ e ‘negociação’ e que fizesse o favor de esclarecer os Deputados e as Deputadas e o Governo Regional sobre a diferença, até do ponto de vista jurídico, entre uma coisa e outra coisa, que é para nós ficarmos definitivamente esclarecidos.

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Deputada, parte da sua questão naturalmente vai ser retórica, porque eu não vou explicar a diferença dos significados dessas duas palavras.

O que eu vou dizer é o mesmo que eu já referi. O que diz o artigo 16.º da lei geral de trabalho é que nenhum diploma pode ser votado sem a pronúncia dos sindicatos e das comissões de trabalhadores e o nosso Regimento no seu artigo 124.º diz que em matérias de trabalho deve a Assembleia, neste caso, através das suas Comissões, colocar à audição pública. Portanto, e é aqui que há esta referência, permitindo assim que os sindicatos e as comissões de trabalhadores se possam pronunciar, como refere a legislação nacional, sobre as matérias de trabalho. É isso que a Assembleia faz quando entra a iniciativa, quando remete à Comissão e a Comissão por sua vez põe à discussão pública, através da audição por escrito.

Para mais uma interpelação tem a palavra a Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para perceber ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O que é que a Sra. Deputada quer?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Que te faças homem!

(Apartes inaudíveis entre as bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Sras. e Srs. Deputados!

Eu peço aos líderes que se aproximem da Mesa, por favor.

(Pausa)

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para perceber, Sra. Presidente, se é legítimo então concluir da sua explicação de há pouco de que entre audição e negociação há uma diferença substancial?

Quero perceber se é legítima esta conclusão ou não e queria ouvi-lo da Sra. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada, como já tive oportunidade de explicar na interpelação na anterior e na que já tinham sido feitas pelo Sr. Deputado Joaquim Machado, à Assembleia Legislativa compete colocar à audição pública dos sindicatos e das comissões de trabalhadores.

Estava e está inscrito o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Tal como eu acabei de dizer no final da minha intervenção de há pouco, foi a segunda, irei agora então tecer algumas considerações ...

Deputado José San-Bento (PS): Venham elas!

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros):

Finalmente!

O Orador: ... sobre o conteúdo do diploma que é aqui apresentado e também, digamos, qual será o sentido de voto do PCP.

Bem, relativamente ao diploma dizer-lhe, Sr. Vice-Presidente, que considero que sem a possibilidade de progressão remuneratória na carreira o sistema de avaliação acaba por ser apenas punitivo.

Mantém as quotas na avaliação para a atribuição da menção de desempenho de relevante que só pode depois de um complicadíssimo processo tornar-se eventualmente em desempenho excelente e mesmo alargando o ciclo avaliativo para dois anos isto continua a ser um processo extremamente moroso e burocrático que só prejudica o funcionamento e o desempenho dos trabalhadores da administração pública ao contrário de os centrar naquilo que é o desenvolvimento das suas competências.

Mas, Sr. Vice-Presidente, deixa também grandes margens de arbitrariedade a vários níveis, designadamente na avaliação dos dirigentes, na definição de quotas que é feita por resolução do Conselho de Governo e na definição ou não de objetivos.

Flexibiliza ainda mais do que já estava a avaliação das chefias.

Deixa de contar a avaliação do serviço, deixa de contar a opinião dos trabalhadores, alarga-se o ciclo avaliativo e a monitorização intercalar a que estão sujeitos não passa afinal no relatório final de atividades.

Retira aos trabalhadores da administração ainda mais direitos que podiam ser obtidos pela avaliação como, por exemplo, o período sabático para a realização de estudos ou a distinção de mérito.

Estas são algumas das críticas que a representação parlamentar do PCP tem a fazer ao conteúdo deste diploma e, por isso, vamos votar contra.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que a bancada do PCP esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Eu, nesta intervenção, tenho de começar por manifestar uma concordância com o Sr. Vice-Presidente, é de que todos já percebemos do que é que se está a tratar e do que é que ele anda a fugir.

De facto, está a fugir, como diz o povo, “do diabo da cruz”, de uma ilegalidade que cometeu, de uma teimosia na qual persiste e que não pode passar sem os devidos reparos.

Tenho de concordar também quando diz que uma criança da 4.º classe, talvez do 4.º ano de escolaridade, perceba a diferença, só que a diferença não é aquela que o Sr. Vice-Presidente disse.

A diferença está em quem tem poder de iniciativa legislativa e quem tem competência legislativa.

Há aqui dentro pessoas muito mais abalizadas do que eu para falar desta matéria, nomeadamente na bancada do Partido Socialista, e seria interessante ouvira opinião dessas pessoas, nomeadamente o Sr. Deputado Francisco Coelho, que posição assumiria se fosse, como já foi, Presidente desta Assembleia, perante um diploma que vem do nosso ponto de vista ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Assumi várias!

O Orador: ... ferido de uma ilegalidade.

O Sr. Deputado diz que decidiu várias vezes e julgo que decidiu melhor do que agora se está efetivamente a decidir.

Deputado Francisco Coelho (PS): A bancada do PSD também ajudava mais nessa altura!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: A posição do PSD nessa altura também não é exatamente aquela que aqui tem sido referida, porque por várias vezes o Sr. Vice-Presidente já aqui fez uma reposição de declarações do Deputado de então, Pedro Gomes, mas com uma habilidade pequenina como lhe é habitual: é que se esqueceu de ler a linha imediatamente acima e a linha acima diz tão só isto “este é um esclarecimento institucional à câmara na qualidade de Presidente da Comissão de Política Geral.” Ponto final.

Essa foi a sua habilidadezinha, mas é nessas coisinhas pequeninas que também o senhor vai sendo apanhado e vai dizendo bem do carácter político que tem, ...

Deputado José San-Bento (PS): Não diga isso!

O Orador: ... porque efetivamente não foi a posição do PSD, foi a posição do Presidente da Comissão de Política Geral, ...

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: ... onde naturalmente o PS era maioria e foi isso que aqui foi expresso à câmara, mas mesmo que tivesse sido essa a posição do PSD que mal havia em termos mudado de posição?

Vou lembrar mais uma posição do Partido Socialista para verificarmos se ela hoje se mantém ou se regrediu, porque a dar validade a este procedimento do Governo Regional naturalmente que isto não se trata de uma evolução, trata-se de uma regressão.

No dia 18 de junho de 2008, quando o SIADAPRA aqui veio, depois de negociação coletiva feita com os sindicatos, com todo o aparato que já aqui pude demonstrar, dizia o Sr. Deputado Francisco Coelho: “Não andamos por falta e à míngua de ideias atrás dos sindicatos ou das instituições da sociedade civil como se fossemos um catavento. Nós

respeitamos os sindicatos. É por isso que neste processo conseguiu-se obter unanimidade e o apoio de todos os sindicatos da administração pública. Isto é o diálogo do Partido Socialista e do Governo Regional socialista dos Açores.” Muito bem.

Qual é o diálogo hoje do Governo Regional socialista dos Açores?

Que diálogo é que foi feito com os sindicatos sobre esta matéria?

Zero!

Que diálogo fez o Partido Socialista com os sindicatos?

Rejeitou a possibilidade deles se pronunciarem na Comissão de viva voz e o que é que sobre isto dizem os sindicatos?

Deputado José San-Bento (PS): Temos os pareceres aqui, Sr. Deputado!

O Orador: Dizem tão simplesmente isto: “O Governo aprovou [estou a citar] uma proposta de diploma sem qualquer audição e pronúncia dos sindicatos envolvidos encontra-se o processo legislativo inquinado à nascença.” SINTAP.

Outro sindicato diz: “Que a atitude do Governo [e vou citar] além de não contribuir para a obtenção de consenso quanto a matérias de conteúdo essencial para os trabalhadores consubstancia uma manifesta ilegalidade formal do diploma.”

Por muito que queira fugir o Vice-Presidente do Governo continua a não explicar porque é que em 2008 fez negociação coletiva e em 2015 não faz.

Continua a não explicar porque é que o Secretário Regional da Educação faz negociação coletiva com os sindicatos e ele não faz. Nós já percebemos. Só pode ser por uma atitude autoritária e prepotente de quem se julga acima da lei.

Deputado José San-Bento (PS): Oh, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, eu só queria colocar aqui uma questão para que fique claro e para que não subsistam dúvidas.

Quando a iniciativa entrou foi sujeita a um parecer técnico dos serviços jurídicos desta Assembleia como é habitual em qualquer diploma que entra nesta Casa e foi remetida à Comissão especializada e competente na matéria que também não pediu aos serviços da Assembleia, nem à Presidência, a emissão de qualquer parecer desta matéria.

Eu quero que fique claro para que não haja dúvidas sobre a legalidade deste debate e desta votação que naturalmente só teremos certeza dela depois de passar pelo Sr. Representante da República, mas da parte da Presidência da Assembleia não houve nenhuma dúvida, porque quer o parecer técnico dos serviços jurídicos, quer depois ao nível da própria Comissão, não há, nem nunca houve, nenhuma questão sobre a legalidade e admissibilidade desta iniciativa.

Deputado Berto Messias (PS): Nem na Comissão de Política Geral!

Presidente: Para que não haja dúvidas sobre aquilo que estamos aqui hoje a fazer.

Naturalmente que se houver alguma questão constitucional mais profunda a debater e a levantar será naturalmente pelo Sr. Representante da República, mas toda a tramitação administrativa que compete à Assembleia foi feita e em nenhum momento dessa tramitação foi levantada a questão da legalidade sobre este diploma e isso tem de ficar claro para que depois também quem nos ouve lá fora não julgue que estamos aqui a debater uma iniciativa que não devia ter dado entrada.

Sra. Deputada Graça Silva tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Eu estou, como diria a Sra. Deputada Renata Correia Botelho, menente. Menente para não dizer chocada. Chocada com as intervenções do Sr. Deputado Joaquim Machado que, por um lado, tem defendido a negociação coletiva na Região, ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

A Oradora: ... mas por outro esquece-se que o seu Governo na República não fez negociação coletiva quando alterou o SIADAP através do orçamento de estado em 2012.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não sabe o que é que está a dizer!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem lembrado!

Deputado Luís Garcia (PSD): Portanto, isso é justificação para os senhores não fazerem!

A Oradora: Alterou o SIADAP e consubstancialmente.

Mas ainda há aqui uma outra questão em relação também às habilidadezinhas do Sr. Deputado Joaquim Machado quando foi buscar o relatório da Comissão de Política Geral, mas esqueceu-se de ler a página 4, onde a Sra. Deputada Zuraída Soares diz que enviou um Projeto Lei para a Assembleia da República para clarificar a questão da negociação coletiva na Região e o Partido Social Democrata na República chumbou esse Projeto Lei para clarificação desta matéria.

Portanto, o Sr. Deputado esqueceu-se de ler o relatório até ao fim.

Deputado Berto Messias (PS): Foi um pequeno lapso!

A Oradora: Mas eu gostaria de me pronunciar sobre exatamente aquilo que mais afeta a vida dos trabalhadores ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Exatamente!

A Oradora: ... e que é exatamente as alterações ao SIADAPRA aqui propostas, mas também as alterações ao SIADAP efetuadas pelo Governo da República, que é outra coisa que me espanta aqui quando o Sr. Deputado quer branquear as políticas do PSD na República esquece dos últimos 4 anos e é como se não tivesse havido governo do PSD.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já vamos ver os próximos 4 anos!

A Oradora: Dizer que este diploma agora em que adapta algumas matérias do SIADAP de 2012, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O tal que não presta!

A Oradora: ... também melhora, visa melhorar a vida dos trabalhadores, melhora diretamente a vida dos trabalhadores e melhora com compensações através da classificação de serviço.

Compensações ao nível de dias de férias para as melhores classificações, ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

A Oradora: ... questão esta que foi implementada por governos do Partido Socialista na República e retirada pelo Governo do PSD na República também.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

A Oradora: Para além de que gostaria de ouvir o Sr. Deputado Joaquim Machado também se pronunciar relativamente ao SIADAP de 2012 ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os tempos que aí vêm são difíceis!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vou pronunciar quando o Sr. Deputado Francisco Coelho se pronunciar!

A Oradora: ... quando procedeu ao congelamento das progressões dos trabalhadores da administração pública, procedeu aos congelamentos das progressões por opção gestonária e se já alguma vez fez a conta aos

milhões que este Governo da República retirou aos trabalhadores através destes congelamentos.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quem é que congelou as carreiras?

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem! A senhora o que é que está a dizer para aí?

Deputada Jorge Macedo (PSD): Oh Benilde, não se meta nisso!

A Oradora: Mas é também o seu Governo, Sra. Deputada. É isso mesmo!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Do qual este Governo também beneficiou!

A Oradora: Não é só o Governo do PSD, é também o Governo do CDS-PP, exatamente, que já devia ter feito estas contas relativamente aos congelamentos procedidos através do SIADAP.

Sim senhora, é também isto aquilo que deveria ter feito, mas o que pesa realmente aqui aos Srs. Deputados do PSD é o facto deste Governo Regional agir de modo a suavizar as penalizações impostas pelo Governo da República ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Nem mais!

A Oradora: ... e digo suavizar porque não tem os meios para se quer proceder a todas as reposições, porque senão eram todos (como vieram as ameaças do Governo da República) os açorianos que eram penalizados se o Governo avançasse com mais reposições e o facto é que agora através do SIADAPRA o Governo Regional age no sentido de suavizar estas penalizações e no passado recente, como já referiu o Sr. Vice-Presidente, foi através da reposição do horário das 35 horas.

É preciso não esquecer que na República os trabalhadores da administração pública central trabalham mais 5 horas de graça para o

Governo, ou seja, têm um horário de 40 horas, quando na Região trabalhadores a desempenhar as mesmas funções, com o mesmo tempo de serviço, têm um horário de 35 horas e têm o mesmo salário que um trabalhador equiparado tem na República.

Sr. Deputado Joaquim Machado, se isso não é roubo, para utilizar uma expressão sua, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): É igual ao dos professores!

A Oradora: ... diga-me o que é que é um roubo?

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional: Muito rapidamente, só para numa última intervenção fazer referência a três aspetos.

Primeiro, como muito bem foi dito pela Sra. Presidente da Assembleia, não há qualquer dúvida sobre a legalidade processual deste processo. É exatamente igual ao que sempre se fez nesta matéria e sempre foi, sem qualquer dúvida de legalidade, promulgado pelo Sr. Representante da República.

Portanto, sobre isso estamos esclarecidos.

Segunda questão: o que está aqui em causa é uma matéria de melhorar os benefícios para os trabalhadores da administração pública regional, dar

mais benefícios e mais vantagens, quer em relação ao que tinham, quer em relação ao que têm os trabalhadores no continente e na Madeira, dando 5 dias de férias adicionais a quem tem melhor desempenho e dando mais 3 dias de férias adicionais ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso já está!

O Orador: ... a quem tem desempenho relevante e reduzindo significativamente a burocracia na avaliação. É isto que interessa aos trabalhadores, é isto que interessa aos açorianos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não seja demagógico! Isso já estava!

O Orador: Só uma observação final: o Sr. Deputado Joaquim Machado fez uma intervenção com imensos ataques pessoais, inclusivamente falou de carácter político.

Não lhe vou responder ao mesmo nível, ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... só lhe vou dizer uma coisa, Sr. Deputado: não falo do seu, mas falo do meu. O meu carácter político é aquele que me garante que nunca farei parte de uma lista de candidatos a deputados onde foi excluído o Presidente do Governo com quem trabalhei.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

O Sr. Deputado Costa Pereira tinha pedido a palavra para uma interpelação.

Sras. e Srs. Deputados, para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu não estava para pedir esta interpelação, mas a última intervenção da Sra. Presidente quando referiu que a Comissão de Política Geral não tinha pedido nenhum esclarecimento jurídico sobre esta questão, obriga-me a dizer duas coisas e a esclarecer.

Em primeiro lugar, a Comissão de Política Geral não pediu nenhum esclarecimento jurídico formal aos serviços da Assembleia, porque não houve nenhuma deliberação da Comissão nesse sentido e, portanto, não tenho competência, por minha iniciativa, de a pedir.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, porque o SINTAP, através do ofício n.º 1432 de 2015, de 21 de julho, dirigiu à Sra. Presidente da Assembleia um pedido de retirada do diploma, invocando um conjunto de razões de natureza jurídica que consideravam que não estavam cumpridas e, portanto, a questão foi posta diretamente à Sra. Presidente e não à Comissão de Política Geral que não deliberou sobre essa matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Penso que está feito o esclarecimento.

Sr. Deputado Francisco Coelho, para uma intervenção, tem a palavra, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, eu posso tirar uma fotocópia da lista de inscrições à Mesa.

Estava inscrito o Sr. Deputado Aníbal Pires, depois inscreveu-se a Sra. Deputada Graça Silva, o Sr. Deputado Joaquim Machado, a Sra.

Deputada Graça Silva, depois o Sr. Vice-Presidente, o Sr. Deputado Francisco Coelho, o Sr. Deputado Paulo Estevão e a Sra. Deputada Ana Espínola agora por fim.

Se têm dúvidas ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não faça isso, Sra. Presidente!

Presidente: ... eu posso tirar uma fotocópia e distribuir por todas as bancadas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh, Sra. Presidente, não tem necessidade de fazer isso!

Presidente: Peço desculpa por o ter interrompido.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Joaquim Machado teve a amabilidade de me convidar a intervir neste debate e é sempre com algum prazer que se aceitam esses reptos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Só por convite!

O Orador: Neste caso é por convite, Sr. Deputado!

A questão que nós estamos aqui a discutir é indubitavelmente uma questão importante.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Sr. Vice-Presidente disse que não!

O Orador: Não é a primeira vez que ela é aqui levantada e ela tem sido levantada sobretudo pelas (nos últimos anos) bancadas do PCP e do BE naquilo que se prende com o princípio geral da negociação coletiva em direito de trabalho, embora neste caso mais especial ao nível da feitura e da elaboração da legislação do trabalho.

É verdade que esta Casa através da Comissão especializada permanente com competência em razão da matéria tem tido uma posição bastante consensual, que é aquela que já foi aqui dita, inclusive pelo Sr. Vice-Presidente, e que todos nós conhecemos e que era também, independentemente de ser a posição institucional da Comissão de Política Geral, com certeza a posição pessoal e a interpretação pessoal e jurídica do Sr. Deputado Pedro Gomes.

A verdade é que essa interpretação tem algumas coisas a seu favor. A prova disso é que eu, por exemplo, não me lembro de nós termos tido algum veto do Representante da República por causa desta matéria e sendo a questão levantada muitas vezes isto com certeza há de querer dizer alguma coisa.

O que me parece em rigor é o seguinte: há aqui uma dificuldade e nem todos os órgãos de poder podem efetivamente cumprir ao nível da feitura de legislação a obrigação de negociação.

Eu acho que até só os podem cumprir os órgãos que tiverem simultaneamente competência legislativa e competência executiva e de negociação, ou seja, se o BE, o PSD, o PS, se nós deputados apresentarmos um Projeto de Decreto Legislativo Regional em matéria laboral nós, em bom rigor, não podemos negociar com os sindicatos essa matéria. Obviamente que podemos ouvir. Obviamente que dentro das nossas competências gerais podemos decidir ouvir ou por escrito, ou presencialmente e também é verdade que sendo ... Mas o mesmo também se passa com os órgãos de soberania.

Os deputados à Assembleia da República que apresentem projetos em matéria laboral também não podem negociar.

Aliás, há um projeto recente de alteração à lei geral de trabalho em funções públicas de deputados da coligação em que o que se pretende fazer e que se consegue fazer é a audição, porque não é possível fazer a negociação.

Agora, o Governo também tem razão ao nível do rigor jurídico quando diz que em bom rigor eu não posso negociar uma coisa que eu não tenho competência para a provar. Tenho apenas competência para propor.

É evidente que isto não invalida que ao nível político o Governo possa preparar as suas iniciativas para as quais tem competência das formas que melhor o entender, assim como também os próprios deputados podem, ao nível político, fazer uma série de auscultações e de conservações. Não é isso que está em causa, mas a negociação é outra coisa. A negociação é outra coisa.

Portanto, o Governo, mesmo que quisesse fazer negociação, o máximo que podia dizer é que fez de algum modo uma concertação cuja responsabilidade é apenas e que tem de se esgotar necessariamente no seu direito de iniciativa que é aquilo que ele efetivamente tem.

Portanto, isto parece-me lógico e, portanto, havemos de convir que ao nível da legislação laboral o direito de negociação pela sua natureza não cabe a todos os órgãos, desde logo não cabe aos parlamentos quando a iniciativa é apenas dos parlamentos e também em bom rigor verdadeira negociação não pode ser chamada àquilo que o Governo possa ou queira fazer, porque o Governo não tendo (como é o caso dos Açores) competência legislativa apenas tem competência de propositura.

Portanto, penso que também é tempo de nós termos (até face à importância da matéria) esta questão devidamente resolvida e de sobre ela (eu pensava que havia!) haver ao nível parlamentar uma posição

consolidada para nós podermos efetivamente fixarmo-nos na substância das propostas que aqui vêm.

Portanto, este é um bocado da história.

Sr. Deputado Joaquim Machado, ao nível político, é evidente que não podemos deixar de constatar que V. Exa. nesta matéria, como noutras, como acerca da RTP/Açores, tem posições que se é verdade (e eu reconheço) que têm o mérito de ser pessoalmente coerente, a verdade é que elas parecem ser uma ameaça, ou uma pequena vitória do velho PSD sobre o novo PSD ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... que afinal tem muita dificuldade em afirmar-se e V. Exa. faz o favor de nos lembrar isto a nós e aos açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados e Membros do Governo:

O que nós estamos aqui a discutir é uma questão de regime e há algo que se tem encontrado diversas dificuldades do ponto de vista da estrutura do nosso processo legislativo, mas é algo que não pode ser prejudicado e a isso a mim parece-me absolutamente claro, que é que a negociação coletiva que está prevista na lei seja cumprida e não foi e depois há outro esclarecimento que é absolutamente evidente: se é tão bom, tão bom, tão

bom, se a legislação é tão extraordinária qual é o sindicato que quer prejudicar os seus próprios trabalhadores?

Eu depois olho para os pareceres que aqui temos e “Sindicatos dos quadros técnicos do Estado e entidades com fins públicos”, o que é que eles dizem?

Não dizem, como o Sr. Vice-Presidente gostava que dissessem, “está extraordinário, não se cumpriu negociação coletiva, mas deixem lá, isso é um pormenor, realmente estamos muito contentes com aquilo que nos estão a dar.”

Não! Não é isso que aqui está escrito. Surpreendentemente não é isso que aqui está escrito.

Ora, “contrariamente à obrigação legalmente estabelecida esta proposta não foi objeto de negociação com as associações sindicais.”

Quer dizer, não vejo aqui um agradecimento assim tão explícito.

“Os artigos 360.º e seguintes da lei geral do trabalho em funções públicas regulam a negociação coletiva sobre o estatuto dos trabalhadores em funções públicas. A este direito de negociação determina a intervenção direta das associações sindicais na liberação dos diplomas.”

Depois diz: “Face ao exposto, atendendo a tudo o que se disse, consideramos que a presente proposta deve ser devolvida ao gabinete da Secretaria Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares por falta de cumprimento das formalidades legalmente exigidas.” Ou seja, temos aqui um documento de um sindicato que diz a um Governo pressupostamente de esquerda que os senhores não respeitaram a negociação coletiva e apesar de todas as enormes melhorias que este texto tem nós não aceitamos, porque nós temos um princípio, é o princípio da negociação coletiva que custou tanto, tanto e a tanta gente

conquistar nas sociedades democráticas, mas podia ser uma posição isolada de um determinado sindicato.

Vamos ver o que é que diz o Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública. Este sindicato diz o seguinte: “Recorde-se que independentemente da competência para legislar sobre a presente matéria que pertence ao Parlamento e Assembleias Regionais a iniciativa legislativa reside nos Governos da República e nos Governos Regionais, tendo a nova legislação clarificado expressamente que os direitos de audição e negociação se devem obrigatoriamente verificar nesta fase.”

E não foi isso que aconteceu. Assim, este sindicato conclui desta forma: “Neste contexto, somos do entendimento que a presente proposta de Decreto Legislativo Regional se encontra ferida de inconstitucionalidade, devendo assim a Assembleia Legislativa devolvê-la ao Governo, abstendo-se da sua discussão.

Caso a ALRAA não o faça e avance com a sua aprovação pode sempre o SINTAP suscitar a questão de inconstitucionalidade junto do Representante da República e mesmo do Provedor de Justiça.”

Eu acho isto uma questão da maior importância, é uma questão determinante.

Temos aqui organizações sindicais que dizem claramente que se sentem prejudicadas e vamos à questão de facto, retirando todos os obstáculos do ponto de vista da interpretação. À uma questão clara, claríssima. Existiu negociação coletiva? Não!

De quem é a culpa? Do Governo, de um sistema complexo, tremendamente complexo do ponto de vista da estrutura dos órgãos de governo próprio da Região. Há aqui uma questão que se sobrepõe a todas as outras.

Cumriu-se ou não se cumpriu o requisito da negociação coletiva? Não!
Não!

Por isso, um Parlamento democrático não pode aceitar, ainda por cima sendo as conclusões e os pareceres dos sindicatos tão objetivos e tão claros, que aqui se esqueça tudo isto e que se vote o que o Partido Socialista quer que é reconhecendo que não houve negociação coletiva apesar de tudo considera que tem esse direito, porquê? Qual é o argumento?

Porque a lei é boa.

Portanto, mas este argumento não serviu para os próprios beneficiados. Os próprios beneficiados colocam no primeiro plano do seu interesse a negociação coletiva, o usufruto daquele que é o seu dever de participação. Essa é que é a questão.

Portanto, para nós aquilo que os trabalhadores açorianos defenderam é também aquilo que nós defendemos aqui neste Parlamento.

Esta é também a nossa prioridade, porque aqueles que vão usufruir da extraordinária complacência do Governo Regional afinal têm um objetivo fundamental e esse objetivo é participar na negociação coletiva.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Ana Espínola tem agora a palavra.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de alteração que o Governo Regional se propõe fazer ao sistema de avaliação dos funcionários públicos resulta, segundo aquilo que percebi, de uma adequação das normas regionais às normas nacionais que todavia já foram alteradas em 2013 por força do orçamento de Estado para aquele ano.

A minha dúvida é: por que razão só em 2015, agora em finais de 2015, passados que são dois anos, é que o Governo Regional se preocupa e tem esta bondade em atualizar as regras de avaliação dos funcionários públicos da administração pública regional?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vou repetir o teor da intervenção do Deputado Paulo Estêvão, porque era isso que eu ia fazer, ler os pareceres das entidades sindicais, mas há um que não foi lido e que eu penso que é importante para a decisão também desta câmara que é exatamente o primeiro parecer do SINTAP que diz o seguinte: o artigo 16.º, n.º 1, da lei de trabalho em funções públicas, reza o seguinte e vou citar: “Qualquer projeto ou proposta Decreto Regional relativo às matérias previstas no artigo anterior [qual é o artigo anterior? O que trata da avaliação do desempenho] só pode ser discutido e votado pelas Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas e pelos Governos Regionais, depois das comissões de trabalhadores e associações sindicais se terem podido pronunciar sobre eles.”

Vem isto no ofício dirigido no dia 21/07 deste ano à Sra. Presidente da Assembleia Legislativa.

Ponto dois: ora, uma vez que o Governo Regional discutiu e aprovou aquela proposta sem qualquer prévia audição e pronúncia dos sindicatos envolvidos, ao contrário do que foi feito e bem através da Secretaria da Educação, “encontra-se o presente processo legislativo inquinado à

nascença, solicitando-se assim a V. Exa. [V. Exa., a Sra. Presidente da Assembleia da Legislativa dos Açores] que providencie no sentido da devolução da presente proposta ao Governo Regional para efeitos de cumprimento daqueles direitos constitucionais de participação e negociações sindicais.”

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, eu penso que não há a mínima dúvida daquilo que está aqui em causa.

Por muita bondade que o teor deste diploma do Governo possa conter no que diz respeito à vida dos trabalhadores há um valor maior, chama-se democracia, ...

Deputado José San-Bento (PS): Oh, Sra. Deputada!

A Oradora: ... chama-se cumprimento da lei e curiosamente não é esta câmara que chama atenção para isso. São as entidades e as estruturas representativas dos trabalhadores que dizem antes das benesses nós queremos os nossos direitos garantidos e é isto que a democracia é e é isto que esta câmara tem a obrigação de fazer valer.

Muito obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De momento a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Indo por partes, Sra. Deputada Graça Silva, eu quando me sento nesta bancada, ou quando estou fora dela, a minha coerência, a minha dignidade, são as mesmas. Não renego nem uma, nem outra e menos as vendo e julgo que podemos ficar conversados sobre isto.

Sr. Deputado Francisco Coelho, gostei sinceramente da sua intervenção. Só comprovou as suas qualidades de jurista, mas permita-me que lhe faça dois reparos: foi uma boa intervenção, mas ficou incompleta.

Ficou incompleta pelas seguintes razões. A primeira delas, é que apesar de responder amavelmente ao convite para vir a este debate, esqueceu-se de uma das condições (se me permite dizê-lo assim) que introduzi no convite, que era para o Sr. Deputado se pronunciar sobre o que faria se fosse Presidente da Assembleia Legislativa.

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu respondi! Eu acatei a decisão da Comissão de Política Geral! Agi em conformidade!

O Orador: Mas todos nós percebemos a razão dessa evasão.

Em segundo lugar, e parecendo mais relevante para a substância daquilo que nós estamos a discutir, é que há uma coisa aqui muito distinta: é que se isto fosse a primeira vez que esta matéria viesse a discussão sem ter sido feita uma negociação coletiva, daríamos como boa, como possível a sua interpretação, mas este diploma a primeira vez que veio à Assembleia veio com uma negociação coletiva feita, propalada e assinada numa ata do acordo da negociação firmada.

Portanto, aqui está toda a diferença, como está toda a diferença na atitude do Governo Regional, nomeadamente comparando com a Secretaria Regional da Educação e Cultura que fez negociação coletiva com os sindicatos e não foi uma negociação informal, foi uma negociação formal com todos os requisitos, inclusivamente o Sr. Secretário Regional, Avelino de Meneses, teve que fazer nos termos do que dispõe a lei uma negociação suplementar, porque ela foi requerida nos termos da lei por um dos sindicatos.

Portanto, não se tratou de uma conversa informal de gente que está de boa-fé no sentido de procurar um objetivo para o bem comum. Foi mais do que isso! Foi formalmente uma negociação com todos os requisitos.

Quanto à questão do velho PSD e do novo PSD, Sr. Deputado, com toda a sinceridade e amizade tenho que lhe dizer que esse é um problema do novo PS que não se afirma e do velho PS que continua mandar e digo que continua a ser o velho PS a mandar, porque a interpretação que está a prevalecer nesta matéria é aquela interpretação exatamente igual à do Sr. Carlos César quando era Presidente do Governo que talvez em finais de 2002/2003, a propósito de uma transferência de verbas para a Região, disse que legal ou ilegal o que interessa é que venha o dinheiro.

Não, não é isso!

O Vice-Presidente do Governo e o Governo Regional não estão acima da legalidade. A nossa autonomia ainda se funda nos princípios de um estado de direito e, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): E ainda bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... portanto, não podemos continuar a permitir uma Região assim onde tudo é permitido, tudo se permite à governação mesmo que seja o incumprimento da lei, onde tudo se esquece, nada incomoda e tudo isso tende a transformar-se num modo de ser e de estar na política. Nós dizemos não.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Rei Juan Carlos de Espanha disse um dia que para o restabelecimento da democracia tinha três condições fundamentais: a legalização do Partido Comunista, a existência de eleições livres e o respeito pela liberdade sindical.

As prerrogativas reconhecidas aos sindicatos são absolutamente estruturantes do ponto de vista do funcionamento de um sistema democrático. São absolutamente estruturantes do funcionamento do sistema democrático!

Se o Sr. Vice-Presidente se considera acima como um monarca iluminado que tem belíssimas condições, mas que os sindicatos lhe colocam uma condição fundamental, respeitar os direitos dos sindicatos, respeitar o direito à negociação coletiva antes de receber qualquer benesse e este é um princípio estruturante da sociedade democrática. Neste Parlamento, perante o contexto criado, não é aceitável que o Governo passe aqui com esta iniciativa sem receber estes reparos e é absolutamente fundamental que fique bem claro: não existe democracia representativa sem o reconhecimento dos direitos sindicais.

Não é possível. Não é possível!

É isso que este Governo Regional, apoiado pelo Partido Socialista, não está a fazer.

As organizações sindicais estão a ser absolutamente claras. Absolutamente claras!

Nós não prescindimos daquilo que a legislação nos reconhece. Não prescindimos da negociação coletiva e é triste ver um governo que se diz de esquerda desrespeitar estes princípios fundamentais.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para responder à Sra. Deputada Ana Espínola para não ficar sem resposta.

A Sra. Deputada disse porque é que agora e não mais cedo.

Oh, Sra. Deputada, esta matéria é competência da Assembleia Legislativa Regional.

Se a Sra. Deputada achava que devia ser mais cedo que se devia ter feito uma iniciativa legislativa nesta matéria, a Sra. Deputada tinha essa competência de iniciativa e essa competência legislativa. Portanto, se achava que devia ter sido mais cedo podia ter feito esta iniciativa.

Segundo aspeto, a questão final e conclusiva de tudo isto. Todos já nos entendemos e percebemos exatamente o mesmo.

Quem tem competência nesta matéria negocial é quem tem competência legislativa. Quem tem competência legislativa é a Assembleia.

A Assembleia através do seu Regimento definiu que o processo negocial com os sindicatos é através da audição pública. Sempre foi assim, é assim e é o princípio da legalidade que está definido na legislação e na competência desta Assembleia através do seu Regimento e respeitando integralmente, por um lado, a competência da Assembleia e o direito de

audição nos termos que estão definidos pela Assembleia dos sindicatos e foi isso que foi feito agora como sempre foi feito e sobre esta matéria não há qualquer dúvida.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Sr. Deputado Aníbal Pires não dispõe de mais tempo, por isso não lhe posso dar a palavra. Não tem mais tempo para intervir neste debate, por isso não lhe posso dar a palavra.

Não havendo inscrições vamos então passar à votação.

Vamos então passar à votação.

Votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de DLR apresentada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 16 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Vamos então passar ao debate e votação na especialidade.

Pergunto se há alguma inscrição.

Vamos então começar a votação. Naturalmente podem se ir escrevendo à medida que formos fazendo a votação.

Estamos dentro do artigo 1.º desta proposta de alteração apresentada pelo Governo e ...

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

No sentido de facilitar o trabalho da Mesa da Assembleia, solicito que se faça a votação em bloco, se não existir oposição.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

No entanto, como há duas propostas de alteração farei ...

Pergunto é aos restantes partidos se há alguma oposição em que esta votação seja feita em bloco?

Não havendo, então por uma questão de organização da votação, eu vou colocar à votação os dois artigos que sofrem alterações e depois serão votados os restantes.

Vamos então, como estava a dizer, no artigo 1.º, onde se inserem o conjunto de artigos que estão a ser alterados, há uma proposta do Partido Socialista ao artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação este mesmo artigo com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de eliminação apresentada pelo CDS ao n.º 6, do artigo 45.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 45.º da Proposta com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS-PP, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Estão agora à votação os restantes artigos incluídos neste artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 26 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 1.º da Proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar os restantes artigos do diploma à votação conjunta.

Não havendo oposição, estão então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 26 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, a Proposta de DLR apresentada foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou contra o diploma em apreciação, a alteração do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação de Desempenho na Administração Pública Regional dos Açores, porque em nosso entender o mesmo está ferido de ilegalidade.

O Governo Regional (repito: o Governo Regional, não me estou a referir à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores) não cumpriu o que determina a negociação coletiva.

Votámos contra, porque não se trata de uma mera formalidade.

A negociação coletiva é um direito do trabalho, conquistada após o 25 de Abril de 1974.

O Partido Socialista que defende a valorização e, portanto, o regresso da contratação coletiva, da negociação coletiva e do diálogo com os trabalhadores no que respeita às questões laborais, no processo deste diploma, assumiu a prática do defunto governo PSD/CDS que sempre negou a contratação coletiva e sempre legislou por cima de tudo e de todos no que respeita aos direitos do trabalho.

É evidente que não me estou a pronunciar sobre a bondade, ou nem tanto, dos conteúdos do citado diploma. Estou a criticar o desprezo pela lei e a falta de espírito negocial do Governo Regional.

Mesmo que se tratem de benesses aos trabalhadores o espírito do senhor absoluto que os derrama não é compatível com a dignidade do trabalho que urge resgatar.

Simultaneamente é incompreensível a dualidade de critérios do próprio Governo Regional. Se no processo de discussão da carreira docente nada temos a apontar à metodologia seguida, porque não só houve auscultação como negociação, neste particular o mesmo critério não foi aplicado.

A aplicação da lei para o Governo Regional depende dos humores de cada Secretário Regional, ou pior ainda, para o Governo Regional haverá trabalhadores de primeira e outros de segunda, porque os direitos dos trabalhadores têm de ser respeitados, porque a lei tem de ser cumprida seja por quem for e pelo facto deste diploma estar ferido de ilegalidade o Bloco de Esquerda votou contra.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS vota contra esta iniciativa aqui trazida hoje por uma questão de princípio, ou seja, não pode compactuar com esta falta de comportamento democrático. Não se cumpriu a negociação coletiva que estava prevista na lei, mas também vota contra por uma questão de forma, porque esta aparente bondade trazida aqui, por exemplo, na possibilidade dos açorianos terem mais 5 dias de férias se tiverem durante dois anos seguidos excelente é só uma aparente bondade, porque com essa alteração vieram outras em que os critérios para se obter excelente foram de tal forma adensados que na Região, por essa razão, vai-se deixar de ter dias férias e vai-se deixar de ter excelente ...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Isso não é verdade!

A Oradora: ... e como dizia o Deputado Aníbal Pires há pouco na sua intervenção (e muito bem!) uma avaliação das carreiras sem a possibilidade de progressão só tem os efeitos perversos, porque todos os anos são avaliados e querem ser avaliados para a melhor nota possível,

não para progredir, mas para garantir que não vão ser despedidos, sendo este o estado miserável que se encontra a situação do emprego na Região. E se é verdade que não impõe um aumento orçamental, a verdade é que 5 dias em que os nossos funcionários não trabalham, porque o Sr. Vice-Presidente diz que não têm a possibilidade de fazer a progressão da carreira, mas pode compensar isso dando dias de férias.

Eu pergunto quem é que paga à economia regional os 5 dias em que essas pessoas não estão a trabalhar?

Deputada Renata Correia Botelho (PS): São direitos!

A Oradora: Obviamente que esta é uma pergunta retórica, porque o Sr. Vice-Presidente não me vai poder responder, mas os açorianos hão de se lembrar de lhe fazer essa pergunta.

Muito obrigada.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Também se vão lembrar do que a senhora está a dizer!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PSD votou contra esta Proposta de Decreto Legislativo Regional por ela não respeitar a lei, porque na sua elaboração formal está viciada de uma ilegalidade. Uma ilegalidade que demonstra a dualidade de critérios deste Governo Regional. Uns secretários fazem negociação coletiva conforme dispõe a lei, outro recusa-se a fazê-la, mas o que se recusa a fazê-la é exatamente o mesmo político que há 7 anos atrás fez negociação coletiva precisamente para esta matéria e do nosso ponto de vista os fins

por melhores e mais bondosos que sejam nunca podem justificar os meios.

O Governo Regional não está acima da lei e, portanto, não pode prevalecer uma forma prepotente e autoritária de fazer política. Estamos perante uma regressão muito, muito perigosa nos direitos de liberdades e garantias dos trabalhadores e dos sindicatos nos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silva, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se com o diploma aqui apresentado e com o facto de ter sido aprovado por esta Casa e fá-lo porque é um diploma que visa suavizar as penalizações que os trabalhadores da administração pública foram sujeitos pelo Governo da República e fê-lo porque veio também agilizar o sistema de avaliação da administração pública na Região, nomeadamente através da extensão de avaliação por competências também aos trabalhadores da administração pública, assistentes técnicos, quando na República só é permitido que seja feito aos trabalhadores assistentes operacionais.

Deste modo, os trabalhadores na Região vêm o seu esforço de melhorar o seu desempenho através de compensações em dias de férias, uma vez que o seu direito às compensações monetárias foi coartado pelo Governo da República de Passos Coelho e Paulo Portas.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP não deu o voto favorável a esta iniciativa do Governo, porque não lhe reconheceu, digamos, a bondade política de introduzir alterações ao regime de avaliação dos trabalhadores da administração pública na Região Autónoma dos Açores que o Partido Socialista e o Governo Regional tentaram demonstrar aqui.

Aliás, essa demonstração, face às características que assumiu o próprio debate, ficou por ser efetivamente demonstrada e de facto aquilo que nós aprovamos aqui hoje traz algumas alterações, mas isso não quer dizer que o Governo não pudesse ter ido mais além no sentido de compensar efetivamente todos os prejuízos, ou pelo menos grande parte deles, aqueles que estão ao alcance da Região, que têm sofrido os trabalhadores da administração pública no nosso país, portanto, salvaguardando os trabalhadores da administração pública na Região Autónoma dos Açores. Portanto, o PCP, para além de outras questões, nunca poderia dar o voto favorável a esta iniciativa do Governo e a Representação Parlamentar do PCP fá-lo com consciência daquilo que está a dizer.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A Sra. Deputada Graça Silva agora já está de outro lado!

Deputada Graça Silva (PS): E a senhora de que lado é que está?

O Orador: Eu depois já lhe dou atenção!

Mas como estava a dizer foi feito com toda a consciência e com toda a frontalidade e a posição do PCP tem a ver com questões da legitimidade ou legalidade ou não, mas tem a ver sobretudo com o conteúdo desta iniciativa que nós, que a câmara aprovou, com o voto desfavorável, o voto contra da Representação Parlamentar do PCP.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

E por fim o Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM votou contra, porque considera que este Governo que está há 20 anos no poder desrespeitou profundamente um dos pilares do exercício da democracia que são os direitos sindicais.

Nós consideramos que é absolutamente fundamental para o funcionamento de um estado de direito que aquilo que está contemplado na lei seja observado pelas instituições, nomeadamente pelo Governo Regional.

Algo corre muito mal, mas mesmo muito mal, num sistema político quando o Governo Regional, mesmo alertado por todas as entidades sindicais que remeteram a respetiva audição, mesmo alertado para isso ignora em absoluto o exercício de direitos constitucionalmente garantidos e, por isso, evidentemente o PPM nunca, mas em nenhuma circunstância, pode apoiar, pode de alguma forma contemplar a viabilização de qualquer iniciativa que desrespeite o funcionamento democrático das instituições e, por isso, tendo em conta o flagrante desrespeito dos direitos sindicais, o PPM votou contra.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Concluído que está este ponto seis vamos continuar com os nossos trabalhos.

O ponto sete é o **Relatório e parecer sobre o pedido de autorização para a prestação de depoimento escrito do Deputado Miguel António Moniz da Costa, no âmbito da Auditoria às despesas do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, em 2011, Relato de Auditoria proveniente do Tribunal de Contas.**

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos agora para o ponto oito: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 58/X – “Estabelece a gratuidade dos manuais escolares”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

A urgência desta iniciativa do PCP, que tem a ver com a instituição da gratuidade dos manuais escolares na Região Autónoma dos Açores, prende-se com o facto dele poder vir a introduzir a eficácia no ano de 2016/2017 e como tal ter de ser tomado em consideração em sede de discussão e aprovação do Plano e Orçamento para 2016, daí a urgência que apresentámos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições para esta fase da urgência.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP considera despropositado o pedido de deliberação de urgência e dispensa de exame em Comissão uma vez que está em vigor há dois anos letivos um regime de empréstimo gratuito de manuais escolares para todos os alunos, autoria do CDS-PP, deste regime que foi aprovado por unanimidade nesta Assembleia e, portanto, com os votos (oiça, Sr. Deputado!) a favor de todos, inclusivamente do Sr. Deputado do PCP.

Neste momento, ainda nem foi avaliada a implementação desse regime e, portanto, achamos completamente extemporâneo estarmos a mudar e a aprovar um novo regime sem sequer perceber se o regime atual funciona. Portanto, obviamente, que o CDS-PP vota contra este pedido de urgência.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto de há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação do pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. Deputadas que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor o PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do CDS-PP.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, então agora para a apresentação do diploma tem novamente a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta do PCP que hoje discutimos tem obviamente grande alcance na área educativa e também na área social, mas trata-se também de uma questão de igualdade de oportunidades: pretendemos que o ensino obrigatório passe efetivamente a ser gratuito, porque hoje na prática não o é. Há vários custos associados à frequência escolar e os manuais, material essencial sem os quais não é possível concluir com sucesso as aprendizagens, são provavelmente o mais pesado desses custos.

O artigo 74.º da nossa Constituição diz explicitamente: “Na realização da política de ensino incumbe ao Estado assegurar o ensino básico, universal, obrigatório e gratuito.”

Falta cumprir esta determinação e aqui nos Açores é a esta Assembleia que cabe cumprir este desígnio de garantir a gratuitidade e a igualdade de oportunidades entre todos os alunos, independentemente das suas condições sociais e económicas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os manuais escolares representam uma despesa pesadíssima para as famílias. De facto, calcula-se que a nível nacional cada família tenha de gastar na aquisição de manuais escolares 175 € por aluno no 5.º ano de escolaridade, 252 € no 7.º ano de escolaridade, 251 € no 10.º ano e 241 € no 11.º, apenas para dar alguns exemplos.

Agora pense numa família com dois ou três filhos e vemos o que isto representa. São custos in comportáveis, esmagadores. Um verdadeiro

dízimo editorial pago anualmente pelas famílias, mas apesar do enorme sacrifício, apesar de já terem salários cada vez mais baixos e impostos cada vez mais altos, apesar do enorme aumento do custo de vida, as famílias acabam por pagá-lo e por isso o negócio dos livros escolares representa já mais de 200 milhões de euros, 200 milhões de euros que são roubados aos orçamentos familiares e em última instância às próprias crianças para serem entregues à ganância das editoras e ainda por cima para pagar algo que devia ser gratuito. Isto é, no mínimo, vergonhoso.

A verdade é que o sistema de Ação Social Escolar deixa de fora muitas famílias que tendo rendimentos baixos, especialmente para fazer face a esta despesa, já não é abrangida pelos escalões mais protegidos.

Estes, os que são considerados digamos ricos, para terem apoio social, mas que têm efetivamente rendimentos demasiado baixos são os que dependem apenas dos rendimentos do trabalho, são das camadas mais sacrificadas do país e têm sido cada vez mais honorados com impostos, prestações aos bancos, taxas, aumento do custo de vida e cortes de salários e outros abonos.

São estas famílias que têm suportado o grosso dos sacrifícios que são exigidos aos portugueses e que têm de suportar integralmente o peso desta despesa anual que cresce todos os anos ao sabor da gula dos acionistas das grandes editoras.

Recusar a gratuitidade dos manuais escolares significa pactuar com este mecanismo de extorsão escolar, significa recusar às famílias um alívio para os seus sacrifícios, significa recusar às crianças açorianas o direito à educação gratuita.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa proposta vai também contribuir para a definição de critérios de qualidade e para a estabilidade na adoção dos manuais escolares, bem como para reduzir o seu custo para o erário público.

É importante que se assuma que vai efetivamente existir um custo para o orçamento regional. O que propomos é efetivamente o investimento, um investimento no futuro, mas um investimento razoável e sustentado.

Tratando-se de valores difíceis de quantificar se assumirmos um custo médio por aluno de 150 € estaremos a falar de cerca de 6,3 milhões de euros. Isto representa menos de 1% do investimento da Região previsto para o ano que vem e é um valor que como dissemos terá de tender a descer com o tempo.

Comparemos a dimensão deste esforço financeiro com a importância que isto pode ter para as famílias e para as gerações futuras.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A distribuição gratuita dos manuais escolares não foi, nem é uma invenção do PCP nos Açores, nem é uma estranha experiência socioeconómica inaceitável numa economia de mercado livre.

Na Europa ela é uma realidade na Dinamarca, na Espanha, na Finlândia, em França, em Itália, na Noruega, na Polónia, na Escócia, País de Gales, Inglaterra, Irlanda do Norte e Suécia.

Todos estes países com regimes diferenciados ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E Reino Unido!

O Orador: ... criaram mecanismos para garantir a gratuitidade dos manuais escolares.

Todos estes países acharam importante investir no sucesso escolar das futuras gerações e impedir que isso se tornasse num garrote financeiro

para as famílias. Mais cedo ou mais tarde estamos convictos que também os Açores se juntarão a esta lista.

A questão que se coloca a este Parlamento é se continuamos a desperdiçar tempo ou se, pelo contrário, temos um rasgo e a ousadia de dar este passo.

Não percamos mais tempo e avancemos rumo ao futuro.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Judite Parreira, alguém tem de ser a primeira, tem a palavra.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A iniciativa que o PCP nos traz aqui hoje seria, se não fossem umas ligeiras alterações ao nível do preâmbulo, uma cópia fiel do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/2012 que apresentou a esta casa no plenário de setembro de 2012 ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exatamente! Somos persistentes!

A Oradora: ... já que o articulado é o mesmo, *ipsis verbis*.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exatamente! Somos persistentes!

A Oradora: Na altura o Sr. Deputado Aníbal Pires apresentou uma iniciativa idêntica àquela que o seu partido tinha apresentado na Assembleia da República, à qual acresceu apenas a criação da Comissão Regional de Avaliação e Certificação dos Manuais com a qual não concordamos uma vez que mais não é do que uma replicação daquilo que já existe a nível nacional.

Hoje numa lógica de coerência traz-nos a mesma iniciativa alegando razões que se prendem com as limitações do sistema de empréstimo dos manuais em vigor.

Então a intervenção da bancada do PSD foi feita pelo nosso companheiro, o Deputado Jorge Costa Pereira, e hoje apesar de ser eu a intervir o PSD manterá a mesma lógica de coerência que moveu o Sr. Deputado Aníbal Pires a trazer aqui esta iniciativa e, por isso, eu vou citar o que disse na altura o Deputado Jorge Costa Pereira.

“Nós discordamos da orientação que está subjacente a esta proposta e que é a de dar tudo a todos, independentemente da capacidade financeira das famílias em adquirir os manuais escolares para os seus filhos.

Entendemos que uma família que tem possibilidade e capacidade financeira para adquirir os seus manuais não pode ser tratada pelo Estado da mesma maneira que uma que não tem.

Este diploma coloca-as no mesmo nível.”

Mas eu acrescento que consideramos ser necessário implementar esta medida dado que existe legislação em vigor (e eu refiro-me concretamente ao Decreto Legislativo Regional n.º 26/2012/A de 19 de junho, relativo aos empréstimo dos manuais escolares) que abrange não apenas os beneficiários da Ação Social Escolar, mas todos os alunos que mediante uma caução o solicitem.

Consideramos que o sistema de empréstimo para além de permitir e incentivar a reutilização, fomenta também nos alunos princípios de responsabilidade, respeito e consideração, quer por quem possa vir a reutilizar esses manuais, quer pelos dinheiros públicos, dinheiro dos contribuintes, utilizados na sua aquisição.

Portanto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o PSD vai voltar a votar contra o diploma em apreço, por discordar desde logo do seu âmbito, embora possa concordar com um ou outro aspeto, mas uma vez que discorda do âmbito vai votar contra.

Não podemos, no entanto, deixar de aproveitar o facto de estarmos a debater esta matéria e de estarmos em presença do Sr. Secretário Regional da Educação para fazer uma recomendação ao Governo Regional, dizendo que não se esqueça e tenha em conta a situação económica difícil em que vivem muitas famílias açorianas, apesar de vivermos numa região de *superavits* (dizem!), que garanta (e eu gostava de ouvir isso do Sr. Secretário, se fosse possível, dar-nos essa garantia) de que se aumentar (e isso pode acontecer, porque é frequente ouvirmos dizer que há mais famílias a solicitar apoio da Ação Social Escolar e que ele não é concedido, portanto, é possível que haja mais alunos a solicitarem mediante caução ou o empréstimo de manuais) e eu queria que o Sr. Secretário Regional nos garantisse que se essa solicitação for feita as escolas açorianas têm capacidade para dar resposta, ou seja, têm manuais suficientes, porque nós sabemos perfeitamente que as escolas não possuem um número ilimitado de manuais. Portanto, se essa solicitação for feita gostaríamos que nos garantisse que as escolas têm capacidade para fornecer manuais a todos os alunos que o solicitem por forma a apoiar a situação socioeconómica das famílias açorianas.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No dia 9 de maio de 2012 esta Assembleia aprovou por unanimidade, ou seja, também com o voto do Deputado do PCP, um Projeto de Decreto Legislativo Regional da autoria do CDS-PP que estabeleceu no quadro jurídico o regime de empréstimo de manuais escolares nos ensinos básico e secundário da Região Autónoma dos Açores.

Estranhamente no mesmo dia, quiçá por algum ciúme político, o Deputado do PCP anunciou a entrada nos serviços da Assembleia de uma iniciativa legislativa de semelhante teor, sob o ponto de vista teórico, claro, mas que na prática enfermava de um dos maiores vícios políticos comunista que era dar definitivamente e sem quaisquer contrapartidas os livros aos alunos açorianos.

Entretanto, entrou em vigor o Decreto Legislativo Regional n.º 26/12, de 19 de junho, que responsabilmente definia as regras para a criação nos Açores de um regime de apoio às famílias inédito em Portugal e que permitiria abranger todos os alunos do ensino básico e secundário independentemente da sua situação económico-financeira, bem como os beneficiários do regime da Ação Social.

Importa desde já referir que até então e em vigência disto a Secretária Regional da Educação, Dra. Cláudia Cardoso, desenvolveu todas as diligências que lhe competiam para a entrada em vigor, tal como o que estava definido, deste regime proposto pelo CDS.

Porém, todos os titulares da pasta que lhe sucederam fizeram sempre o favor de deturpar a aplicação séria deste diploma, ora porque chegaram a emprestar aos alunos livros sem condições de reutilização, ora porque cismaram (falares açorianos!) que afinal só os alunos beneficiários da Ação Social Escolar é que deviam ser abrangidos pelo regime, subvertendo por completo o espírito legislador e a própria letra da lei.

O que é certo é que estando em vigor há dois anos letivos importa proceder a uma avaliação séria da implementação do regime de empréstimo dos manuais escolares no sistema educativo regional antes de se considerar evoluir para um regime diferente, até porque a sua aplicação tinha um carácter faseado tendo em conta a adequação gradual ao acordo ortográfico dos manuais dos diversos níveis de ensino.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Temos que reconhecer a coerência do Partido Comunista que volvidos três anos volta a submeter à consideração deste Parlamento a mesma ideia, o mesmo texto e até as mesmas grelhas.

Sr. Deputado Aníbal Pires, nesta matéria há uma linha que separa um partido que tem a noção do que é possível, o CDS, de um outro partido, que é o seu, que aproveita tudo para fazer campanha eleitoral.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estamos em campanha eleitoral?

A Oradora: Aliás, começa a ser muito interessante analisar a aproximação ideológica da extrema-esquerda ao CDS.

Propomos a instalação de uma rede de radares meteorológicos nos Açores e vem logo atrás um dos partidos dessa ala mais dogmática dizer que ninguém faz nada por isso.

Propomos há muitos anos, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Foste tu?

A Oradora: ... e que é aliás um património político que ninguém pode retirar ao CDS, a melhoria das diárias dos doentes deslocados e seus acompanhantes e agora há uma certa esquerda que desenvolveu uma atenção peculiar a este dossier.

Propomos um regime de empréstimo de manuais escolares e vemos logo a esquerda fossilizada e estratosférica a copiar desalmadamente as nossas propostas.

Deputada Zuraida Soares (BE): Olha a direita fascista!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Esta proposta do PCP para o CDS não faz sentido, desde logo porque não acrescenta nada ao que já existe sobre o ponto de vista legislativo, nem sequer ajuda a que o quadro legal vigente seja implementado tal qual esta Assembleia o aprovou, mas mais estranho ainda é que a grande inovação desta proposta é a criação de uma nova entidade, a Comissão Regional de Avaliação e Certificação de Manuais. Isto é, o PCP pretende criar mais uma comissão, com mais custos, mais centralismo e menos agilidade, passando simultaneamente um atestado de incompetência às unidades orgânicas do sistema educativo regional, dos seus departamentos curriculares e dos professores que procederam à adoção dos manuais com toda a competência.

Afinal quem sofre de bipolaridade é o PCP: um dia o Sr. Deputado Aníbal Pires clama pela autonomia das escolas, no outro dia o Sr. Deputado Aníbal Pires propõe criar mais comissões que vêm coartar a autonomia das unidades orgânicas.

Presidente: Obrigada, ...

Para uma interpelação, Sra. Deputada, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, eu gostaria de perguntar se há alguma norma regimental que proíba qualquer partido de apresentar nesta Casa uma iniciativa, duas,

três, quatro, quantas bem entender e a Mesa da Assembleia aceitar, sobre qualquer tipo de matéria?

Esta é a primeira pergunta, interpelação.

A segunda é a seguinte: desde quando é que há feudos na Assembleia Legislativa dos Açores?

Porque se há algum, como eu não conheço, também gostaria de entrar.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Agora vai ser o novo feudo!

A Oradora: Portanto, qual é o feudo da Sra. Deputada da direita fascista que lhe pertence por direito, mas que não conheço. Dito de outra maneira: a esquerda estratosférica chama à direita fascista à explicação.

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Deputada, relativamente à primeira pergunta, porque a segunda também penso que não necessitará de grande explicação, não há limite de iniciativas desde que estejam integradas no requisito 116 e 119 do Regimento naturalmente poderão ser todas admitidas.

Vamos continuar com o debate sobre esta matéria.

Sr. Deputado Nuno Menezes tem a palavra.

Deputada Zuraída Soares (BE): Ouvia, Sra. Deputada!

(*) **Deputado Nuno Menezes (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A proposta aqui trazida pelo PCP visa essencialmente dois objetivos: disponibilização gratuita de manuais escolares a todos os alunos do sistema educativo regional e a constituição de uma Comissão Regional de Avaliação e Certificação de Manuais Escolares.

É dito no texto do Projeto de DLR em discussão que os manuais escolares são instrumentos fundamentais no funcionamento das aulas, das diversas

disciplinas e que por isso deve ser garantido o seu acesso a todos os alunos em igualdade de condições.

Naturalmente reconhecemos a importância dos manuais escolares, assim como a garantia de acesso aos mesmos, mas relativamente ao primeiro objetivo dizer o seguinte. O diploma aqui em análise acaba por ser redundante no que diz respeito ao empréstimo de manuais escolares existentes na Região e que já é complementar ao sistema de Ação Social em vigor também na Região.

Vejamos o que já acontece e o que acontecia na Região Autónoma dos Açores. Até 2012 a aquisição de manuais escolares era feita com as comparticipações definidas no diploma que definia os moldes da Ação Social apenas.

No 1.º ciclo a comparticipação máxima prevista no ASE para a aquisição de material escolar, nomeadamente os manuais, era de 15% no 1.º escalão e nos restantes ciclos e secundário a comparticipação máxima era de 40% no 1.º escalão.

Convenhamos que as comparticipações previstas no ASE ficavam aquém do desejado atendendo aos custos elevados dos manuais escolares que podem chegar, ou até mesmo ultrapassar em alguns casos, os 200 € por aluno. Nessa medida foi proposto aqui nesta Assembleia a gratuitidade dos manuais que já está assegurada para os alunos do sistema educativo regional de acordo com a calendarização definida em despacho de 2012 e que abrange também os alunos não beneficiários da Ação Social Escolar.

No entanto, para os alunos do 1.º e do 2.º ano que ainda não estão abrangidos pelo sistema de empréstimo de manuais escolares devido às suas especificidades está garantida a atribuição de todos os manuais escolares obrigatórios aos beneficiários da Ação Social Escolar

independentemente do limite de comparticipação definido para cada escalão considerando que são os alunos mais carenciados.

Aos alunos não beneficiários de Ação Social Escolar, isto é, os alunos de 5.º escalão, do chamado 5.º escalão, é pedida uma mera garantia de restituição dos manuais e em boas condições, mas assim a caução em vigor fica muito aquém do que o aluno despenderia ao adquirir os mesmos manuais sendo restituído o término do período de empréstimo.

Na verdade, o que o PCP pretende é que se faça o mesmo mas com um custo que é cerca de cinco vezes e meia superior.

Relativamente ao segundo objetivo da criação de uma Comissão Regional de Avaliação e Certificação de Manuais Escolares, considerando que a Região Autónoma optou por não estabelecer um processo autónomo de elaboração, edição e adoção de manuais escolares e por isso à semelhança do todo nacional partir do sistema de informação de manuais escolares instituído na legislação vigente referente ao processo de acreditação e certificação dos manuais escolares por quanto qualquer manual escolar em uso ou selecionado nas unidades orgânicas do sistema educativo regional encontra-se devidamente acreditado pela comissão de avaliação respetiva. Neste caso, o que o PCP pretende é que se duplique algo que já é feito que é a certificação dos manuais adotados.

Dizer ainda o seguinte: o empréstimo de manuais escolares não acarreta custos para alunos e não é deduzido o seu valor da comparticipação de Ação Social Escolar, aliás, ao contrário do que é referido na proposta. Portanto, os alunos continuam a ter acesso aos mesmos montantes que lhes são atribuídos consoante o escalão que lhes foi atribuído também.

Os diplomas atualmente em vigor prosseguem igualmente objetivos de responsabilização individual e social dos alunos, nomeadamente a

poupança de recursos. Para além disso é referido na proposta de DLR que se reduza o período de vigência de adoção dos manuais escolares para quatro anos. A adoção de manuais escolares dos ensinos básico e secundário de acordo com o que está previsto na lei nacional vigora em regra por um período de seis anos facto que, como já foi referido, incentiva à reutilização do manual escolar e não ao seu desperdício.

Acresce ainda que este diploma a ser aprovado colocaria em execução três regulamentos de atribuição de manuais escolares contribuindo para uma maior dificuldade na gestão e aplicação deste apoio considerando que se mantém em vigor o diploma da Ação Social Escolar e o que regula também o de empréstimos de manuais escolares.

Com base em tudo isto o Partido Socialista não poderá aprovar esta proposta trazida hoje pela Representação Parlamentar do PCP, porque uma proposta que prevê que se faça o que já se faz, mas com um custo superior de cerca de 3 milhões de euros, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não se faz!

O Orador: ... que duplica estruturas que não é mais do que uma lei que não fará mais do ponto de vista legislativo mais do que colocar areia na engrenagem que está em bom funcionamento.

Na gestão dos dinheiros públicos devemos ser responsáveis e a provação desta proposta de DLR seria, no nosso entender, uma irresponsabilidade.

Obrigado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar por dizer à Sra. Deputada Judite Parreira que não estaria à espera de outra posição do PSD relativamente a esta iniciativa do PCP, mas gostaria de lhe lembrar o seguinte, Sra. Deputada: o problema não é dar tudo a todos independentemente da questão dos rendimentos.

V. Exa. esquece-se do seguinte: as famílias que têm rendimentos mais elevados são tributadas por esses rendimentos e é dessa tributação que se garante os preceitos constitucionais, designadamente o artigo 74.º que garante a gratuitidade do ensino.

O problema, Sra. Deputada, é que a tributação e a alta tributação a que estão sujeitas as famílias com rendimentos mais elevados é alocada, em termos depois orçamentais, a setores aos quais não deviam ser alocados. A prioridade é garantir a educação e podemos estender isto à saúde e à segurança social para ficarmos só por aqui.

Portanto, Sra. Deputada, essa argumentação não colhe. É a argumentação das taxas moderadoras, é a argumentação ... Não colhe!

As famílias quando são ...

Essa diferenciação faz-se em sede da tributação do IRS. É aí que ela se faz e depois há o desígnio, o preceito constitucional do artigo 74.º da Constituição que fala então da obrigatoriedade e da gratuitidade do ensino no nosso país.

Mas, Sra. Deputada, eu percebo isso perfeitamente, até porque hoje foi empossado a prazo ...

Eu por acaso esta coisa dos trabalhadores precários não sei como é que vou resolver com o novo Governo da República. Não sei de que lado é que me hei de pôr, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): O camarada Jerónimo vai resolver!

O Orador: ... porque aquele é um Governo precário e não sei se tenho de defender em termos de princípios a precariedade deste Governo da República, mas esse é outro assunto.

Oh, Sra. Deputada, apenas para lhe dizer quando ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Falamos sobre isso no próximo plenário!

O Orador: Brincar, brinca o senhor!

... o Dr. Fernando Negrão que hoje foi empossado como Ministro da Justiça (veja-se lá!) diz que as novas gerações não devem ter nenhum contacto com o texto constitucional digamos que estamos conversados acerca do posicionamento ideológico do PSD.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso não é verdade!

O Orador: Mas passemos à frente.

Oh, Sra. Deputada Graça Silveira, a senhora não me parece que seja uma boa discípula. As coisas que a senhora disse têm muita mais piada e são muito mais acintosas quando ditas pelo Deputado Artur Lima que lhe deixou aí a cábula que V. Exa. papagueou, mas mal.

(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)

O Orador: Pois, há aqui duas ou três coisas que eu gostaria de lhe lembrar e vamos começar com os doentes deslocados.

Foi aprovado na legislatura anterior, foi aprovado no mesmo dia um Projeto de Resolução do PCP e um Projeto de Resolução do CDS sobre o aumento das diárias aos doentes deslocados. A diferença era apenas uma: Vs. Exas. indicavam um montante e o PCP não indicava nenhum montante. Até lhe posso dizer que eventualmente, e pelo menos nestas

duas legislaturas, o diploma do PCP foi aprovado com os votos favoráveis do PSD, do Bloco de Esquerda, do PCP e com a abstenção do PS. Veja lá! É para fazer o exercício para daqui a bocadinho.

Portanto, V. Exa. para além de não ter, como a Sra. Deputada Zuraida Soares há pouco nas interpelações que fez, reserva sobre nenhum assunto, seja sobre educação, seja sobre saúde, trabalho, o que quer que seja, não há aqui ninguém com reserva sobre determinada matéria e com exclusividade sobre determinada matéria.

Portanto, Sra. Deputada, isto para ficarmos esclarecidos.

Quanto ao regime de empréstimo que foi aqui aprovado e que mereceu o apoio do PCP, pois certamente mereceu o apoio do PCP enquanto não vigore esta iniciativa do PCP, da gratuitidade dos manuais escolares, enquanto ela não vigore, mas já agora quero dizer-lhe o seguinte: V. Exa. também o referiu, mas a verdade é esta e ao contrário do que é dito e afirmado pelo Partido Socialista o sistema de empréstimo, ou melhor, a proposta do PCP que o PCP aqui apresenta é para propor fazer o que já se faz quintuplicando a despesa pública. Nada disso! É muito diferente daquilo que o PCP aqui apresenta.

Aquilo que o PCP aqui apresenta é efetivamente a entrega à gratuitidade dos manuais escolares. Não é nenhum sistema de empréstimo e, aliás, quem está no ensino sabe perfeitamente que os manuais escolares são desenhados para serem manuseados, para serem utilizados de forma a que tenham que ser, tenha que se escrever sobre eles, etc., etc., e, portanto, a devolução daquele manual escolar no final do ano não é bem a mesma coisa do que ter o seu próprio manual, porque os alunos que usufruem do empréstimo têm de preservar o manual para que ele possa ficar utilizável no ano seguinte e, portanto, a situação é diferente.

Por outro lado, há aqui uma questão que também não é de somenos importância e que tem a ver com o seguinte, tem a ver com o facto de no caso de algumas famílias os manuais escolares serem os únicos livros existentes em casa, o que também me parece importante.

Mas ainda voltando à questão dos empréstimos, o Sr. Deputado do Partido Socialista que veio defender a proposta, digamos, a posição do Partido Socialista, diz que o sistema de empréstimo está a funcionar bem, mas não está.

Eu detetei no princípio deste ano um conjunto de situações de famílias cujos filhos não tinham acedido aos manuais escolares por empréstimo, porque entretanto e efetivamente lhes tinha sido deduzido o custo dos livros, o valor dos livros, do apoio da Ação Social Escolar.

Pode eventualmente já ter sido corrigido até porque com esta questão eu já confrontei o Sr. Secretário Regional numa das últimas Comissões dos Assuntos Sociais, mas a verdade é que ela não tem servido. Efetivamente os pais queixam-se muito sobre este assunto e há famílias de grande fragilidade social e económica que acabam por não aceder, cujos filhos não acedem nem sequer aos manuais emprestados.

Há aqui depois outras questões acerca dos manuais que importa também introduzir aqui.

Não sei se a Sra. Deputada Judite Parreira deu conta de que houve alguém que disse agora no princípio do ano (21/09/2015), disse o seguinte: “Habilidades usadas pelas editoras para obrigar os pais a comprarem livros novos e caros todos os anos. Fala-se num negócio milionário.”

Quer saber quem é que disse isto? António Araújo, consultor para os assuntos políticos do Presidente da República.

Portanto, Sra. Deputada Judite Parreira, esta iniciativa do PCP também tem um outro alcance que não foi falado ali, que não consta nos considerandos, mas tem um outro alcance, é que quando for o erário público a suportar os custos dos livros este negócio acaba, porque depois é o erário público a pagar, não são as famílias e este negócio acaba e nós sabemos que mesmo relativamente à questão dos manuais e à forma como as editoras os constroem, obrigam, ou melhor, impedem a sua reutilização. Impedem a sua reutilização!

Portanto, Sra. Deputada e Sras. e Srs. Deputados de todas as outras bancadas, também tem este alcance ou tem este alcance a prazo, ou melhor, tem este objetivo subjacente.

Para terminar esta intervenção dizer o seguinte à Deputada Graça Silveira.

Sra. Deputada, o seu líder já percebeu o seguinte: quando o CDS quer discutir com argumentos políticos as propostas que aqui são apresentadas tem sempre resposta por parte do PCP; quando se escuda atrás do preconceito, atrás do dogma e atrás de uma doutrina que herdou ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Se quer fazer uma crítica ao líder do CDS-PP que não está aqui, esteja à vontade!

O Orador: Não, não! Ao CDS-PP!

... do antigo regime, porque vocês são efetivamente os herdeiros do antigo regime, não vale a pena ir por aí, porque nunca terá resposta deste lado, Sra. Deputada.

Discuta as ideias, desconstrua os projetos que o PCP trás, não venha com essa argumentação da esquerda fossilizada, porque Vs. Exas. são pré-históricos.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O senhor é fóssil!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 16 horas e 55 minutos.

Eram 16 horas e 38 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar o debate deste Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo PCP.

Eram 17 horas.

Está inscrita a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Participar também neste debate sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional do PCP que pretende estabelecer a gratuitidade dos manuais escolares nas escolas da nossa Região e eu queria começar por dizer que é verdade, sim senhor, que aprovámos por unanimidade nesta Casa uma iniciativa que se referia ao empréstimo de manuais escolares e aprovámo-la por unanimidade e o Bloco de Esquerda concordou muito com essa unanimidade. É verdade!

Também é verdade que sobre a aplicação, a implementação desta resolução tomada nesta Assembleia ao fim de dois anos ainda não foi

feita nenhuma avaliação sobre a forma, o sucesso, o insucesso, a completude ou a incompletude com que esta medida está a ser implementada nas escolas. Também é verdade.

Mas se calhar este Projeto de Decreto Legislativo Regional trazido pelo PCP é uma boa oportunidade não para começarmos, Sras. e Srs. Deputados, mas para darmos continuidade a uma avaliação que sucessivamente tem sido trazido a esta Casa, entre outros, pelo Bloco de Esquerda, até interpelando diretamente o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, porque é muito verdade que a implementação da medida aprovada do empréstimo dos manuais escolares nas nossas escolas tem tido variadíssimos sobressaltos, variadíssimas incongruências e variadíssimas ilegalidades, algumas delas também já trazidas a esta Casa mais do que uma vez e também pelo Bloco de Esquerda e eu vou só referir algumas, Sras. e Srs. Deputados.

Por exemplo, escolas em que há alunos que chegam ao final do 1.º período e nunca tiveram um livro na mão. Acaba o 1.º período e há alunos na nossa Região que nunca tiveram um livro na mão. Porquê?

Porque eles não chegaram a tempo, a escola não os tem.

Livros diferentes. Uns mais novos, outros mais velhos para alunos da mesma turma. Livros diferentes.

Outras situações: cauções pagas pelos pais, pelos encarregados de educação no início do ano escolar de acordo com a norma definida no Decreto Legislativo Regional aqui aprovado chega ao final do ano e os pais não são ressarcidos dessa caução. Devolvem o livro e o dinheiro da caução fica nas escolas.

Isto já foi trazido a esta Casa pela mão do Bloco de Esquerda.

Mais! Já foi trazido a esta Casa pela mão do Bloco e Esquerda e mostrado o documento ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura a circunstância do custo de preço dos livros, dos manuais escolares, ser totalmente descontado nos escalões e feitas as contas aquele aluno ou aquela aluna fica com uma importância muito menor do que aquela a que tinha direito e eu mostrei ao Sr. Secretário Regional esse documento e até lá estava a escola, só não estava o nome do aluno. Estava lá identificado a escola.

Mais! Há escolas e há turmas onde os manuais são fornecidos através de fotocópias pagas do bolso dos docentes para que os seus alunos tenham na mão alguma coisa ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso não é verdade!

A Oradora: ... enquanto não têm nada.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Isto é uma avaliação. Não vamos “tapar o sol com a peneira”. Não é preciso vir nenhuma comissão externa de fora para observar estas situações e sobretudo para lhes pôr cobro.

Portanto, o que antes de mais nada o Bloco de Esquerda pretende perguntar diretamente ao Sr. Secretário Regional é: primeiro, onde é que anda a Inspeção Regional da Educação?

Segundo: após variadíssimas denúncias destas situações o que é que o Sr. Secretário Regional fez de concreto para lhes pôr cobro?

Tanto quanto sabemos elas permanecem. O ano escolar não começou assim há tanto tempo e já há denúncias nesse sentido, quer públicas, quer feitas a determinados deputados e deputadas nesta Casa e, portanto, não nos vamos esconder por detrás de uma avaliação que não foi feita, porque

ela é feita todos os dias nas escolas e pelos encarregados de educação e tem de terminar esta situação.

Agora, no que diz respeito concretamente ao objetivo fundamental do Projeto de Decreto Legislativo Regional do PCP que é estabelecer a gratuitidade dos manuais escolares.

Esta Região, na avaliação do Bloco de Esquerda, sofre de um atraso estrutural de décadas, no que à educação, à formação, à escolaridade da sua população e à literacia diz respeito. Um atraso de décadas e a pergunta que se impõe é esta: queremos ou não queremos ultrapassar esta situação e queremos fazê-lo o mais rápido e eficazmente possível ou não? Dir-me-ão as Sras. e os Srs. Deputados e os Srs. Membros do Governo: “Ah, mas isso tem custos”, como já aqui foi dito pelo Sr. Deputado do Partido Socialista.

Claro que tem, Sras. e Srs. Deputados, mas tem muitos custos. Provavelmente não tantos quanto as derrapagens das obras públicas nesta Região, mas terá os custos tiver que ter em nome do desenvolvimento social e económico da nossa Região e, portanto, eu diria que não é um custo, é um investimento, ao contrário daquilo que já aqui foi dito.

Depois, queremos ou não queremos fazer da educação na Região Autónoma dos Açores a prioridade das prioridades?

Eu já não lhe falo na paixão. Já houve alguém no nosso país que tinha a paixão pela educação. Eu penso que não é preciso ir a tanto, não vale a pena a paixão. Basta que lhe demos a importância estruturante essencial que ela tem para o desenvolvimento de qualquer comunidade, inclusive a nossa.

Feitas todas estas questões, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a resposta que o Bloco de Esquerda dá, é: queremos. Queremos tudo isto?

Queremos, sim senhor!

Queremos isto para a sociedade açoriana, queremos isto para os alunos e para as alunas das nossas escolas, queremos isto para as famílias dos Açores.

Portanto, para já dizer que votaremos obviamente a favor do Projeto apresentado pelo PCP.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que em relação a esta matéria o PPM apresentou uma iniciativa parlamentar no âmbito da discussão do Orçamento e do Plano em 2012 e que votámos favoravelmente assim como o PCP e esta medida já consta do nosso programa eleitoral desde 2008.

Portanto, antes de ir aos conteúdos eu gostava aqui de fazer duas perguntas, ou seja, uma pergunta dirigida a dois destinatários. Ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista perguntando-lhe se considera que a certificação dos manuais escolares é boa e que demonstra um grande conhecimento, um conhecimento específico da realidade açoriana? Se me pode comprovar isso.

Faço a mesma pergunta ao Sr. Secretário da Educação se considera que a certificação em relação aos manuais escolares, no que diz respeito aos conteúdos açorianos é boa e recomendável?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, em primeiro lugar, não quero deixar de registar a sua preferência pelo estilo do Deputado Artur Lima.

Quanto ao papaguear papelinhos devo lembrar que nessa matéria o Sr. Deputado provavelmente já tem doutoramentos.

Quanto à iniciativa em discussão que o senhor diz que o CDS não quer vir a jogo para falar e que só quer fazer debate político, eu disse-lhe claramente. Nós temos uma proposta que foi aprovada, todos nós sabemos que já foram trazidas aqui várias iniciativas que inclusivamente dão a conhecer que a implementação desse regime não está a ser feito, está a ser desvirtuado, está a ser mal feito e consideramos que primeiro deve ser feita uma avaliação a esse regime de manuais escolares que existe nesse momento, ver o que é que está a funcionar mal, porque é que este Governo não implementa como deve ser e se chegarmos à conclusão que este não é o regime mais correto então considerar a possibilidade de um novo regime.

Quanto à sua proposta disse-lhe que a única inovação, que a criação da tal comissão, que no nosso entender não é positiva, porque tira autonomias às unidades orgânicas, isto é claro e é a nossa posição.

Quanto à Sra. Deputada Zuraida Soares nunca em nenhum momento eu reclamei para o CDS o monopólio, ou o feudo nas suas palavras quanto às iniciativas parlamentares. Única e exclusivamente e aquilo que disse foi que achava interessante a aproximação da esquerda às iniciativas, ou à ideologia do CDS, uma aproximação que desde logo tem sido feita a

reboque, ou seja, nós apresentamos primeiro as iniciativas e depois os Srs. Deputados vêm tentar capitalizar, ou tirar dividendos políticos.

Mas a Sra. Deputada Zuraida Soares tem toda a razão.

Cada um faz política como entende e o Regimento quanto a isso nada pode fazer, mas em relação ao Regimento já agora gostava que me esclarecessem, e aproveitava para perguntar, se utilizando a figura de uma interpelação à Mesa se pode aproveitar para chamar nomes às outras bancadas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já se sabe que sim! Claro! É para isso que serve!

A Oradora: Lembro-lhe que vivemos num regime democrático e como tal o CDS é um partido democrático e, portanto, as adjectivações como fascista, ou outra qualquer fica com quem as toma.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente:

Apenas para uma breve consideração sobre esta brilhante intervenção da Deputada Graça Silveira.

Há uma linha que efetivamente nos separa, senhora, é que Vs. Exas., a vossa propositura é no exercício da caridade, é caritativa e a nossa iniciativa, a iniciativa da esquerda, enfim, com o adjectivo que lhe queira pôr à frente, é para exigir o cumprimento de direitos consagrados, constitucionalmente. Essa é a linha que nos separa.

V. Exa. fica bem com a sua consciência exercendo a caridadezinha, esmolando, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já parece o Marcelo Caetano a falar!

O Orador: ... e nós fazemos uma outra coisa: é exigir que se cumpram os direitos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Francisco César (PS): Isso na televisão vai ficar bonito!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Brevissimamente também há aqui alguma confusão, mas eu tenho todo o gosto em esclarecer a Sra. Deputada Graça Silveira.

Primeiro, quem aproveitou a oportunidade não de uma interpelação, mas de uma intervenção para em vez de fazer uma análise e uma apresentação rigorosa, isenta e já agora, enfim, elegante, de uma iniciativa legislativa que está a ser debatida nesta Casa não foi o Bloco de Esquerda, no caso concreto foi o CDS, porque as bombas, Sra. Deputada, vieram daí para aqui, antes de irem daqui para aí, como é evidente, porque o povo diz e tem toda a razão que “quem vai à guerra dá e leva”.

A seguir fiquei esclarecida quando a uma coisa: o CDS-PP não quer que os partidos de esquerda desta Casa votem favoravelmente as suas iniciativas e também não quer que tenham sobre elas uma apreciação positiva, porque isso é uma aproximação ideológica ilegítima de acordo com a intervenção da Sr. Deputada.

Oh, Sra. Deputada Graça Silveira, de facto o Bloco de Esquerda vai rever as aprovações que tem feito e, enfim, o voto favorável que tem dado com honestidade intelectual e com absoluta convicção de que o está a fazer em prol dos açorianos e açorianas, da mesma maneira que o CDS tem feito exatamente a mesma coisa para com as iniciativas do Bloco de Esquerda

e, portanto, eu acho que é absolutamente surreal meter agora um muro de Berlim que felizmente para todos já foi deitado abaixo, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estão a ser construídos novos!

A Oradora: ... dizendo que entre o CDS e o Bloco de Esquerda, em nome dos açorianos e açorianas, não há aproximações nenhuma espécie, Sra. Deputada.

As opções ideológicas de cada um são as opções de cada um: democráticas e legítimas. Quando estamos de acordo, estamos de acordo; quando estamos em desacordo, estamos em desacordo. A senhora não deixa de estar na direita, eu não deixo de estar na esquerda e não há confusão, garanto-lhe.

Não há confusão possível!

Muito obrigada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha é ainda mais curta.

Uma coisa é aprovar uma ideia dos outros com a qual nós nos identificamos e consideramos que é o melhor para os açorianos; outra coisa bem diferente é-nos apropriarmos das ideias dos outros.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Penso que podemos continuar com o nosso debate.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lancei ao Partido Socialista um repto.

Então a certificação é desnecessária para os conteúdos regionais que estão acautelados a nível nacional?

Lancei um repto. Estou a ver que não respondem, por isso, vou aqui dar alguns exemplos da qualidade e do conhecimento específico que se tem em Lisboa da realidade açoriana.

Por exemplo, detetei 40 erros científicos no manual da Porto Editora só sobre os Açores, do manual da Porto Editora, e quero só mostrar-vos aqui, para não ocupar muito tempo, duas páginas.

(Neste momento, o Sr. Deputado mostra duas imagens)

Sabem que igreja é esta?

Deputado Aníbal Pires (PCP): É a igreja da Madalena!

O Orador: Igreja de Santa Maria Madalena, ilha do Pico.

Sabem que igreja é esta?

A Igreja da Misericórdia de Angra do Heroísmo na ilha Terceira.

Sabem o que é que há na ilha do Pico, na cidade das Lajes?

Basta ficar pela primeira linha logo, “na cidade das Lajes, na ilha do Pico”. Conhecem?

Deputado Miguel Costa (PS): Não é, mas podia ser!

O Orador: Na ilha do Corvo, vila do Corvo!

Ou seja, meus senhores, eu não quero continuar. Tenho aqui 40 erros assinalados. Isto é a qualidade da certificação que os senhores consideram que existe. É claro que já existe muita coisa. Já se ensina a história dos

Açores aqui na Região e os dialetos, tudo isso se faz, mas quando confrontamos com factos, ou seja, verificar a qualidade da certificação dos conteúdos que dizem respeito aos Açores, na minha área que é a história, eu olho para isto e deteto 40 incorreções. 40 incorreções!

Portanto, meus senhores, não digam coisas que não podem sustentar.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ninguém disse nada!

O Orador: Fico-me por aqui nesta primeira intervenção e depois vamos à terceira intervenção em que também tenho algumas novidades para Vs. Exas..

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, apenas para registar o contributo que o Deputado Paulo Estêvão, do PPM, deu a este debate do diploma que estamos aqui a discutir que se já se tinha percebido agora ficou claro que a iniciativa do PCP não se limita apenas à questão da gratuitidade dos manuais escolares e vai mais além do que isso.

É evidente que para o CDS, para o PSD e para o PS se centraram as intervenções exatamente na questão da gratuitidade, mas ele é mais abrangente do que isso.

De qualquer forma e já que estou no uso da palavra, aliás, todos nós demos conta certamente de algum ruído, ruído, enfim, informativo, que houve no início do ano letivo à volta das questões dos manuais escolares e eu queria lembrar o seguinte.

Relativamente à questão da gratuitidade julgo que todos também saberão, designadamente o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, o Conselho Nacional da Educação recomenda a gratuitidade dos manuais escolares sabe desde quando?

Sabe. Desde 1989.

Mas o Conselho Nacional da Educação mais recentemente, e a propósito não da gratuidade, mas também do cumprimento do princípio da gratuidade diz num (peço desculpa) parecer, o 8/2011, diz nas conclusões o seguinte, no primeiro ponto: “Pelo exposto o Conselho Nacional da Educação recomenda: a consagração do princípio da gratuidade da escolaridade obrigatória (até aos 18 anos de idade) o que implica que a escola não deva exigir o que não pode disponibilizar gratuitamente aos alunos.

Portanto, isto não é nenhuma coisa propriamente da esquerda fossilizada, ou estratosférica, ou lá a adjetivação que lhe quiserem dar.

Isto é, para o PCP, desde logo e em primeiro lugar, o cumprimento de um preceito constitucional. É dar corpo a esse princípio constitucional, mas como vêm estamos bem acompanhados nestas questões, mas há outras matérias que eu gostaria, embora não sejam da responsabilidade da Região, mas que têm de facto a ver com esta questão dos manuais escolares e que há pouco eu já me referi a outras questões que estão implícitas, ou subjacentes a esta iniciativa, porque quando for o erário público a garantir os manuais escolares aos alunos não acontecem situações como a que os pais, os professores, o Conselho Nacional da Educação, enfim, a sociedade de uma forma geral acusa os livreiros, mas que o Governo da República tem sido (independentemente de quem é o Governo da República, não me estou a referir ao atual, àquele que tomou agora posse, ao anterior, estou a referir-me a todos) e que tem a ver com o seguinte, que é a alteração das metas escolares que se faz anualmente e que leva a encargos elevadíssimos na aquisição de manuais escolares.

É evidente que aí a Região não pode fazer nada, mas quando os manuais forem distribuídos gratuitamente e quando efetivamente isso representar um investimento num orçamento geral do Estado com certeza que não se mudarão as metas escolares anualmente, porque isso é que alimenta o negócio.

Para já fico-me por aqui, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A propósito da disponibilização de manuais escolares aos alunos entre o Secretário Regional da Educação e Cultura e o Deputado Aníbal Pires a oposição é total.

O Sr. Deputado acha que as dificuldades económicas e que as urgências sociais justificam anualmente o fornecimento gratuito, o mesmo é dizer a fundo perdido, de tudo a todos.

Eu acho que as dificuldades económicas e que as urgências sociais obrigam anualmente, mensalmente, diariamente à gestão rigorosa dos nossos parques haveres públicos em benefício daqueles que mais precisam. Esta é verdadeiramente a linha que nos separa.

Além disso a proposta de gratuitidade apresentada pelo Partido Comunista Português está já garantida pelo sistema de empréstimo de manuais escolares em vigor desde a publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2012/A, de 19 de junho, complementar do sistema da Ação Social Escolar na Região Autónoma dos Açores. Por isso, não é

verdade que por força da aquisição de manuais escolares se encontrem honorados os orçamentos das famílias dos Açores.

Nestas circunstâncias o sucesso escolar das nossas crianças, dos nossos adolescentes, dos nossos jovens se dependesse exclusivamente da disponibilização sem custos e pelo poder político de manuais escolares esse sucesso estaria já de todo garantido.

O nosso regime de empréstimo de manuais escolares, cujo valor nem sequer é subtraído da participação da Ação Social Escolar ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas foi! Mas foi!

O Orador: ... destinado à aquisição de material escolar é igualmente um meio poderoso de conferir igualdade de oportunidades a todos.

De facto, apenas os não beneficiários da Ação Social Escolar, o mesmo é dizer aqueles que menos precisam, são obrigados ao pagamento de uma caução de 20% que simplesmente constitui uma garantia da restituição dos manuais em condições de reutilização contra a devolução do valor da caução.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isto não é caridade, Sr. Deputado!

O Orador: Por acréscimo, em confronto com o princípio da gratuitidade a prática do empréstimo é muito, muito mais pedagógica, porque essa prática confere o sentido da responsabilidade individual e social dos estudantes ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ouça, Sr. Deputado!

O Orador: ... que aprendem as vantagens da poupança de recursos, que aprendem as vantagens da reutilização de recursos aqui em manifesto benefício do meio ambiente.

O que é de estranhar é que o PCP enquanto parte de uma coligação que também alberga um partido ecologista ainda não se tenha convertido à urgência da utilização racional dos recursos do planeta.

Deputadas Catarina Moniz Furtado (PS) e Graça Silveira (CDS-PP):

Muito bem!

O Orador: Hoje, o regime de empréstimo de manuais escolares abrange os alunos desde o 3.º ano do ensino básico até ao 10.º ano do ensino secundário.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Aprenda, Sr. Deputado!

O Orador: Dentro de dois anos alcançaremos o pleno com a extensão do empréstimo até ao 12.º ano e porque desde há muito que são atribuídos sem o dever da restituição, dada a sua peculiaridade, os manuais das crianças dos 1.º e 2.º anos do 1.º ciclo.

De resto, li na comunicação social que o Sr. Deputado Aníbal Pires estimava um gasto de 7/8 milhões de euros na decorrência da eventual aprovação da sua proposta.

Hoje falou aqui num número relativamente mais baixo. Fiz algumas contas. Creio que o valor até não será tão elevado, mas fiquei também com a suspeita de que se em vez dos esperados 7 a 8 milhões de euros de investimento, se fossem 15 ou 16 milhões de investimento o Sr. Deputado Aníbal Pires persistia igualmente no propósito do estabelecimento da gratuitidade dos manuais escolares.

Sr. Deputado, na política a meta dos agentes políticos é o exercício da governação. A governação exige maior responsabilidade.

Intrigado com esta proposta do PCP foram várias as cogitações que me assaltaram. Por exemplo esta: fundado ao que creio em 1921, após quase um século de luta pela igualdade, de luta contra a desigualdade, à custa

do sacrifício de muitos militantes é caso para se pensar que pelo menos aqui nos Açores o PCP se cansou.

Ao contrário do Robin dos Bosques que era ladrão, mas roubava aos ricos para dar aos pobres, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vai pelo caminho errado, Sr. Secretário!

O Orador: ... o Sr. Deputado Aníbal Pires que não é ladrão entretanto subtrai agora aos pobres para acrescentar aos ricos. É uma mudança de estratégia. É engordar os gordos, Sr. Deputado.

Por outras palavras, doar manuais escolares àqueles que muito bem os podem comprar.

Sr. Deputado, o Governo não tem nenhuma casa da moeda e garanto-lhe que o Secretário Regional da Educação e Cultura não é o Tio Patinhas.

Para 2016 os nossos recursos financeiros estão relativamente definidos. É certo que correspondem ao maior investimento da história da autonomia constitucional de quase 40 anos, mesmo assim não chegam para tudo, exigem a realização de escolhas que protegem aquilo que é essencial e secundarizam aquilo que é acessório.

Neste contexto, teria sido muito interessante que o Deputado do Partido Comunista tivesse feito um exercício de maior profundidade e tivesse dito com clareza onde pretende cortar os milhões de euros para vir a ter a possibilidade de oferecer, sem qualquer reserva, livros aos filhos dos ricos que também os há entre nós.

Por acaso acha que se pode construir menos uma escola?

Acha que se pode construir um lar da terceira da idade?

Por acaso acha que se pode reduzir nos apoios aos agricultores e aos pescadores?

Deputada Zuraída Soares (BE): Tão demagógico!

O Orador: Mesmo que sob a capa da boa intenção na política necessariamente nem tudo vale.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Agora sim! A isto é que vale a pena responder!

O Orador: Foram feitos aqui vários comentários. Tenho a obrigação, enfim, de responder aos essenciais.

A Deputada Judite Parreira perguntou se o Governo estava em condições de corresponder a uma maior solicitação de livros por parte dos alunos que frequentam o sistema educativo regional.

O Governo Regional sente-se em condições de responder às necessidades ...

Deputada Judite Parreira (PSD): Garantir!

O Orador: ... que lhe têm chegado e julgo que essa situação não se alterará no futuro, muito menos no futuro próximo.

A Deputada Graça Silveira disse que os livros eram fundamentalmente entregues, ou fundamentalmente utilizados pelos beneficiários da Ação Social Escolar.

Eu dir-lhe-ei o seguinte: efetivamente os principais detentores de livros emprestados são beneficiários da Ação Social Escolar.

Tenho aqui dados de 2015/2016 que podem não estar (2015/2016, deste ano letivo que está a decorrer) por completo fechados, os dados que tenho para o ensino regular registam o empréstimo de livros a 17.327 beneficiários da Ação Social Escolar, a 1.353 não beneficiários da Ação Social Escolar.

O Deputado Aníbal Pires em intervenção que não a inicial aludiu ao facto dos livros serem eventualmente deduzidos da componente do material escolar e creio que em tempo recente.

Sr. Deputado, eu não estou em condições de negar aquilo que o senhor disse, agora uma coisa é certa e disso pode ter a certeza: se isto aconteceu, aconteceu pontualmente e uma vez detetado foi imediatamente retificado.

A Dra. Zuraida Soares, a Sra. Deputada Zuraida Soares, aludiu aos variadíssimos casos que aconteceram e que não deveriam acontecer.

Eu seria mais moderado. Eu tiraria os “-íssimos”. Tenho a informação de que terá havido variados casos de não cumprimento da legislação, mas julgo que não são assim tantos, tantos, tantos.

Claro que nós temos um problema: há livros diferentes, há livros diferentes na mesma turma. Isso dificulta o trabalho dos professores, isso dificulta o trabalho dos alunos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Estigmatiza as crianças!

O Orador: As escolas têm feito um trabalho hercúleo e os próprios professores têm feito um trabalho hercúleo no sentido de ultrapassar esta situação, mas, Sra. Deputada, são livros legais, são livros que estão em vigor.

Se tivéssemos a possibilidade de os substituir de um momento para o outro já o teríamos feito e são livros legais e que estão paralelamente em utilização de acordo com normas que efetivamente ultrapassam a Região. Sra. Deputada, se efetivamente houve alguém que pagou caução e não a recebeu não devia ter acontecido ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso então são “-íssimos”!

O Orador: ... e se isso chegar alguma vez ao meu conhecimento a situação será efetivamente reposta.

Disse também a Sra. Deputada que o Governo Regional dos Açores tem um instrumento para colocar isto “na ordem”. Esse instrumento é fazer a Inspeção Regional da Educação ir às escolas e ver.

O ano passado, 2014, creio que em fevereiro a Inspeção Regional da Educação foi às escolas e averiguou a questão dos manuais. Não encontrou, portanto, nenhuma mácula?

Não! Encontrou algumas. Essas máculas foram necessariamente corrigidas.

Eu não vou dizer que a nossa prioridade é a educação, porque “era chover no molhado” e o futuro é que o vai dizer.

Deputado Aníbal Piros (PCP): E sobretudo não é verdade!

O Orador: E o futuro é que o vai dizer!

Finalmente, o Sr. Deputado Paulo Estêvão levantou a questão da certificação dos manuais ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não! Provei! 40!

O Orador: ... e se os conteúdos dos manuais na sua vertente regional estariam, portanto, enfim, suficientemente acautelados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estão aqui! Veja!

Deputado Aníbal Piros (PCP): E não é só em história!

O Orador: Obviamente que os exemplos que deu testemunham o contrário e esses exemplos não são únicos, nem são deste ano. Portanto, são exemplos que se têm prolongado, infelizmente, ao longo do tempo.

Agora, uma coisa é certa: nós temos obviamente confiança, nós temos cada vez mais confiança nos professores que nas diversas unidades orgânicas certificam, portanto, ...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: ... avaliam estes manuais – peço perdão! -, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah! Não certificam!

O Orador: ... escolhem aqueles que acham mais adequados e obviamente que escolhem aqueles que estarão necessariamente expurgados dos erros crassos e obviamente que também chamam a atenção para os erros crassos.

Neste caso eu aplicaria aqui um ditado popular segundo o qual “o caminho faz-se andando” também neste capítulo.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, não é o senhor ainda.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é a minha vez?

Presidente: Não, não é.

É a Sra. Deputada Judite Parreira e depois ainda tenho outras duas inscrições antes da sua.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, peço-lhe desculpa, mas o senhor não respondeu à minha pergunta, porque na verdade o que eu lhe pedi foi para o senhor garantir que na eventualidade de haver uma maior procura de manuais escolares nas escolas, das escolas terem resposta para dar e, portanto, poderem oferecer esses manuais a quem os solicitasse.

O senhor disse-me que esperava que isso não acontecesse, ou seja, que neste momento os manuais que existiam chagavam para as necessidades, mas não me garantiu que se houver um aumento da procura há também resposta para satisfazer essa procura e é isso que eu lhe peço, porque

muito embora o PSD seja contra a gratuitidade dos manuais escolares nós não admitimos sequer que haja algum aluno que fique sem manual pelo facto da família não poder fazer face a essa despesa e das escolas não terem manuais para lhe oferecer.

Portanto, governar, Sr. Secretário, é ter que fazer opções, é ter que estabelecer prioridades.

O senhor falou aí que não ia deixar de construir escolas, nem deixar de pagar aos pescadores e aos agricultores etc., mas na verdade há que estabelecer prioridades e há coisas que têm que estar primeiro.

No ano passado, por altura do Plano e Orçamento, o PSD apercebendo-se de que era necessário um reforço para a Ação Social Escolar propôs um aumento de cerca de 900 mil euros por corte de idêntico valor na Casa da Autonomia. Os senhores não acolheram essa proposta e o PS votou contra.

Portanto, isto foi uma opção vossa. Agora têm que definir as suas prioridades e, portanto, se a prioridade é não apoiar os alunos, nós também não somos a favor disso. Somos contra.

Gostava que o senhor nos garantisse isso.

Sra. Deputada Zuraída Soares, claro que o PSD sabe que qualquer partido pode apresentar aqui n vezes a iniciativa que entender, mas também qualquer outro partido pode votar n vezes contra essa iniciativa e era isso que eu queria dizer. O que eu queria era justificar que a iniciativa do PCP já não era a primeira vez que dava entrada aqui e que o PSD tinha votado contra e ia continuar a fazer por uma questão de lógica.

A senhora também falou das várias iniciativas do Bloco de Esquerda relativamente à verificação da aplicação da lei.

Quero lembrar-lhe que o PSD sempre esteve ao lado do Bloco de Esquerda ...

Deputada Zuraída Soares (BE): É verdade!

A Oradora: ... nessas iniciativas, porque nós defendemos que a lei não basta existir, tem que ser aplicada. Portanto, estivemos sempre ao lado e pautamo-nos para que isso aconteça.

Achamos que a legislação em vigor é bastante neste momento, mas que seja aplicada.

Sr. Deputado Aníbal Pires, eu creio que início tive logo o cuidado de dizer que o PSD iria votar contra esta iniciativa por estar contra o âmbito do diploma que é a gratuidade dos manuais escolares. Não me pareceu sério falar aqui de outros aspetos, embora tenha subentendido que nalguns outros aspetos poderíamos estar de acordo, mas não me pareceu sério falar deles, uma vez que iríamos votar contra, porque somos contra o âmbito do diploma.

Agora, o senhor efetivamente (e isso tenho que admitir) meteu varias coisas no mesmo saco o que impede que de uma forma séria nós estejamos aqui a debater isso, porque estando contra o âmbito não podemos adiantar. Vamos votar contra o diploma. Se há coisas aqui que poderíamos estar a favor, pois se o senhor trazer isto desmultiplicado em vários outros diplomas falaremos.

Agora, nós vamos votar contra e vamos fazê-lo de uma forma consciente e responsável, Sr. Deputado, porque é isso que distingue a demagogia da responsabilidade.

Nós sabemos que não vivemos num país, nem numa Região das maravilhas em que tudo pode ser gratuito. Gostaríamos imenso que isso acontecesse, mas isso não é o país real, essa não é a Região real. Portanto,

os manuais não podem ser gratuitos para todas as crianças. Terão de ser para todos os que necessitem e não possam pagar. As famílias que tenham capacidade financeira para o fazer terão de o fazer.

Agora, vamos estar atentos para que não falem manuais para ninguém que precise deles.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É cada vez mais claro que há aqui uma linha que separa quem defende a gratuitidade dos manuais escolares das nossas escolas e quem está contra a gratuitidade dos manuais escolares.

O PSD está contra, o CDS está contra, o Partido Socialista está contra e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura também está contra.

Cada um destes partidos, democraticamente, explanou os seus argumentos porque é que estavam contra.

Há um que eu não posso deixar passar em branco e aqui porque foi sobretudo enfatizado pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura a pergunta que lhe quero fazer é a seguinte: Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Itália, Noruega, Polónia, Escócia, País de Gales, Inglaterra, Irlanda do Norte, Suécia, entre outros, são países que estão a favor da gratuitidade dos manuais escolares e os distribuem gratuitamente nas suas escolas.

Pergunta para o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura: os alunos destas escolas, ou seja, as crianças e os jovens dinamarqueses, espanhóis,

finlandeses, franceses, italianos, noruegueses, poloneses, por aí fora, não têm consciência e sentido de responsabilidade, porque os seus manuais escolares são gratuitos?

O Sr. Secretário Regional disse que ...

Presidente: O seu tempo está a terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: ... uma das razões que eles porque eles deviam ser emprestados e não gratuitos era para estimular o sentido da responsabilidade.

Então, mas nestes países as crianças não têm sentido de responsabilidade?

Nem têm consciência cívica?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nenhuma!

A Oradora: Ou é exatamente ao contrário, Sr. Secretário Regional?

Agora diz também que os ricos eram um Robin dos Bosques ao contrário, mas o Robin dos Bosques neste país também anda confundido? Está esquizofrénico também? Anda a dar aos ricos e a tirar aos pobres?

Olhe que não, Sr. Secretário Regional!

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Olhe que não!

Estes países fazem da educação uma prioridade fundamental e é por isso que em tantos pontos de vista e em tantas áreas do desenvolvimento estão à frente de Portugal e à frente desta Região. Em duas coisas então é indiscutível: no abandono e no insucesso escolar.

Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores pondere se a gratuitidade dos manuais numa sociedade como a nossa não era um passo, um sinal de que a educação é de facto uma prioridade máxima.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: Passo então agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

A Sra. Deputada Zuraída Soares acabou de lhe dar os exemplos que eu lhe ia dar.

Há uma aposta destas sociedades (na Suécia, na Noruega, na Dinamarca, no Reino Unido) em construir sociedades coesas, em que as crianças tenham iguais oportunidades e as crianças nessas escolas não estejam à partida divididas entre os ricos e os pobres, que não se estigmatize as crianças e que tenham igualdade de oportunidades e que não se acentue nas turmas e na utilização dos materiais escolares uma diferenciação de carácter social. É uma aposta, por isso é que são sociedades mais coesas, por isso é que são sociedades mais igualitárias e o que o Sr. Secretário acabou, para criticar o Partido Comunista, foi de fazer uma preferência.

Qual é a sua sociedade?

A que prefere é a da manutenção de diferenças sociais profundas entre as famílias e os alunos que são visíveis logo no 1.º ano e no 2.º ano das turmas e do funcionamento das escolas e o Sr. Secretário quer manter e eternizar esse tipo de situação.

Essa não é a opção do PPM. Nós queremos nas nossas escolas ... Não queremos qualquer tipo de estigma. Nós queremos nas nossas escolas que os alunos tenham igualdade de oportunidades. Que uns não utilizem os manuais que já estão preenchidos, que as respostas já lá estão, já estão

estragados e que os ricos utilizem outro tipo de manuais. Não queremos estigmatizar os alunos, não queremos diferenciação, queremos construir uma sociedade homogénea e nesse tipo de sociedade homogénea é necessário que não existam estigmas desde o início e que existe evidentemente da parte do sistema educativo uma aposta na construção desta sociedade homogénea. É uma questão de prioridades.

Dizia o Sr. Secretário: “Aqueles países, aquelas sociedades também tiveram que fazer opções e algumas não são muito mais ricas do que nós. Não são!”

Por exemplo, em Espanha, em várias regiões de Espanha, não são muito mais ricas do que nós. Tiveram que fazer opções, mas fizeram opções de justiça, apostaram verdadeiramente numa educação em que todos têm igualdade de oportunidades e que não existe estigmatização no processo de ensino.

Portanto, é evidente que estas são as apostas que nós faríamos se tivéssemos responsabilidades no Governo e não tenha a menor dúvida se um dia tivermos e se tivermos essa influência nós vamos apostar por uma sociedade em que todos têm igualdade de oportunidades e em que não se acentua e não se eternizam situações de diferenciação e de estratificação social.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários e Membros do Governo:

Eu estive aqui a ouvir o debate dos intervenientes antes de mim e eu pensei que aqui o que era verdadeiramente importante era que os nossos alunos tivessem efetivamente o recurso pedagógico que constitui o

manual escolar e não se é gratuito, se é emprestado. Aqui o que interessa, creio eu, é que pugnemos para que todos tenham os manuais escolares e queria lembrar à câmara, porque já se falou aqui muito, mas ninguém disse e já foi nessa legislatura até a propósito, creio que numa iniciativa do próprio CDS-PP em sequência de um debate que aqui tivemos talvez com o Bloco também, que se fez ou que o Governo envidou esforços para que a Inspeção Regional da Educação fizesse um relatório no âmbito da aplicabilidade do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2012/A de 19 de junho, que é exatamente o Decreto Legislativo Regional que tem o articulado ou que dispõe como é que feito o empréstimo desses manuais. Eu creio que os Srs. Deputados, por descuido, talvez por desmemorização (o Sr. Deputado Nuno não estava cá, mas os outros deputados todos que tiveram ao debate estiveram cá) e, portanto, deviam lembrar-se que esse relatório existe e que esse relatório tem conclusões e que esse relatório viu e que esse relatório de facto provou aquilo que nós aqui queremos ver, que de uma forma gradual, e como estava previsto no diploma, este empréstimo está a ser garantido, tanto é que o Sr. Secretário já disse que ele o é até ao 10.º ano de escolaridade inclusive.

Quanto à questão do escrever, não escrever nos manuais foi exatamente por isso que se retirou o 1.º e o 2.º ano, porque são aqueles que funcionam de modo diferente. Todos os outros funcionam com cadernos de atividades. Sabemos cada vez mais que estas coisas são assim.

Portanto, era importante perceber que aquilo que julgo que aqui o que é essencial ...

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Os cadernos de atividades não estão incluídos!

A Oradora: ... é que as crianças e os jovens do nosso sistema educativo regional tenham em igualdade de circunstâncias o recurso pedagógico dos manuais, ou porque os pais podem comprar, ou porque há pais que tendo famílias grandes recorrem ao empréstimo mesmo que não tenham direito à Ação Social Escolar porque o podem fazer e pagam a caução, ou os que têm direito à Ação Social Escolar que os têm de uma forma gratuita.

Dispõe também o Decreto Legislativo Regional que no caso dos alunos que vão ser submetidos a exame os possam ter por mais tempo exatamente para os terem disponíveis para se prepararem para os exames das disciplinas em causa.

Eu acho, eu creio, eu pensava que isso era efetivamente o essencial, o importante desse debate.

Depois há uma coisa que eu percebo. Eu percebo a postura do Sr. Deputado Aníbal Pires. Ele de facto propõe de acordo com a sua ideologia, mas ele fá-lo sem ter a preocupação e a responsabilidade de quem tem de gerir a causa pública.

Ora vejamos: é o segundo plenário que nós discutimos iniciativas do PCP, que o Deputado Aníbal Pires na sua intervenção inicial disse que era um investimento razoável e sustentável e já vimos que varia entre os 6 e os 8 milhões de euros e o mês passado discutimos aqui o apoio para o peixe, para o consumo ao peixe dos Açores que também grosso modo variaria entre 1 a 2 milhões/ano. Ou seja, em dois meses o Sr. Deputado traz investimentos razoáveis e sustentáveis que onerariam a Região em cerca de mais 10 milhões de euros/ano, coisa pouca. Coisa pouca na altura em que estamos, na altura que vai o país é muito bom.

De facto, é fácil para quem está ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quanto é que custa o Castanheiro?

A Oradora: É fácil para quem está na oposição, mas para quem tem a responsabilidade de governar torna-se um pouco insustentável, mas o que é que é importante?

Volto a reiterar que o que é importante aqui é garantir que os nossos alunos tenhamos os manuais.

Só mais uma coisa que de facto não consigo deixar passar em claro. É a questão da certificação.

Antes ainda de haver comissões de certificação de avaliação dos manuais que há a nível da República eu ainda sou do tempo que os grupos disciplinares nas escolas tinham acesso a inúmeros manuais e se faziam, tal como hoje se faz, só que hoje deve ser de uma lista dos tais certificados por essa comissão, nós fazíamos a escolha daqueles que não tinham atentados aos ilhéus que vivem aqui, que é atentados dos erros, das gralhas, que provavelmente também terão em outras localidades do país só que nós não conhecemos com a profundidade que conhecemos as nossas ilhas e, portanto, detetamos os nossos erros e Sr. Deputado não atente contra a responsabilidade dos professores da nossa Região que fazem essa escolha, porque o fazem muito bem e decerto deixam de fora os tais manuais que têm as 40 gralhas que o senhor detetou, porque garanto-lhe que estes não chegam aos bancos das escolas da nossa Região.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ui! O que a senhora me foi dizer!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Então agora a culpa é dos professores?

Então constrói-se uma comissão de certificação. O Sr. Deputado do Partido Socialista diz: “Não é preciso. Isto funciona bem. Não há nenhuma necessidade detetada.”

Eu venho aqui ... Não digo, demonstro, mostro. Digo assim: “Isto não funciona. Atenção!

Então a culpa não é dos professores.”

Depois diz assim: “De certeza absoluta que os professores não escolheram estes manuais.”

Escolheram!

Não lhe vou dizer aonde. Não quero ofender as pessoas e não vou colocar em causa obviamente os docentes que escolheram estes manuais e outros. Agora o que lhe vou dizer é que é evidente, como a Sra. Deputada disse, a certificação a nível regional, porque nós dominamos, porque nós conhecemos, é necessária. Seria eficaz. Na minha perspetiva é uma boa medida. É uma boa medida! Reconheço!

No conteúdo do PCP a existência de uma comissão com estas características seria positiva, até porque a Sra. Deputada tem de reconhecer que esta é a minha área científica, a Sra. Deputada se fizer a análise na sua área científica tenho a certeza absoluta que encontrará o mesmo nível e o mesmo tipo de problemas.

Eu não disse, eu provei.

Em segundo lugar, esta questão das opções que se fazem. Há uma questão que é esta. Há opções de sociedades do ponto de vista daquelas que são as nossas prioridades e a prioridade do PPM e também de outros partidos é de uma sociedade em que todos temos iguais oportunidades e não diabolizamos a classe média, porque os açorianos começam a estar fartos

daqueles que só têm direitos e não têm deveres e temos uma classe média que tem o dever de pagar tudo e não tem qualquer tipo de apoio.

Se nós somarmos um grande conjunto de obrigações a que está submetida a classe média (se os somarmos todos) vamos verificar que o nível de esforço a que está submetida esta classe média é absolutamente insustentável e, portanto, é esta sociedade profundamente desigual que o Sr. Secretário quer congelar na sociedade açoriana.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dois ou três comentários muito rápidos. Duas ou três respostas muito rápidas às questões que me foram colocadas.

Relativamente à Sra. Deputada Judite Parreira eu pensei que a resposta estava dada, mas se não está dada com clareza eu repito.

Eu não admito não lhe poder dar a garantia que a senhora efetivamente quer, por isso eu dou-lhe a garantia de que os alunos terão os livros de que carecerem ao abrigo da legislação que nós temos em vigor.

Sra. Deputada Zuraida Soares, com os recursos que nós temos (e eu não vou falar agora no finito e no infinito, porque começa a ser, portanto, um refrão e a senhora já me apanhou alguns) nós procuramos naturalmente as melhores soluções e com os recursos que nós temos, neste caso concreto dos manuais, a melhor solução é aquela, portanto, que nós estamos a utilizar nesta altura.

Se eu tivesse uma saca de notas a transbordar se calhar poderia ponderar um sistema semelhante à Dinamarca e a todos os outros países que a Sra. Deputada referiu.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Espanha, Itália, Polónia!

O Orador: Claro que a possibilidade de um aluno dispor de um manual com liberdade absoluta é diferente da possibilidade de não poder dele com liberdade absoluta.

Agora temos de potencializar, enfim, aquilo que temos e realmente o sistema de empréstimo é um sistema suscetível de conferir para além de tudo sentido de responsabilidade aos nossos estudantes. Não estou a dizer com isso que os da Dinamarca o não tenham, nem estou a dizer com isto que o nosso seja superior ou inferior ao da Dinamarca e dos outros países que foram aqui referidos.

Quanto ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Oh, Sr. Deputado, a nossa missão, o nosso propósito ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É estabelecer prioridades!

O Orador: ... é criar uma sociedade em que haja, na medida do possível, uma igualdade de oportunidades.

Claro que é uma sociedade onde nós temos utopias sempre e enquanto temos utopias é sinal de que não chegamos, portanto, ao ponto certo e ao ponto que efetivamente desejamos, mas lutamos em cada dia para que isso efetivamente aconteça, por isso, ouço todos os comentários que querem efetivamente fazer acerca da atuação do Governo, em particular acerca do comportamento da Secretaria Regional da Educação e Cultura, mas tenho, portanto, enfim algumas dificuldades em receber lições de igualdade no tratamento com aqueles que são, enfim, os utentes do sistema educativo regional e que são os alunos e não só.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Oh, Sr. Secretário Regional, eu gostaria de começar por lhe dizer o seguinte: as considerações que teceu sobre o PCP resultam certamente de uma visão unilateral da história que certamente enviesam as análises que faz sobre aquilo que é o PCP e aquilo que o PCP defende para a sociedade portuguesa e para a sociedade açoriana.

Portanto, a única coisa que lhe posso aconselhar é a leitura do programa eleitoral do partido que se chama, tem como designação genérica, uma democracia avançada no limiar do século XXI e certamente ficará com uma ideia diferente daquela que, digamos eu diria, é muito semelhante à que o CDS-PP tem do PCP e que se no CDS-PP eu desculpo, relativamente ao Sr. Secretário não há desculpa.

O problema aqui não se trata de, como disse a Deputada Catarina Furtado, isto ser de acordo ou não com a ideologia do PCP.

Esta proposta do PCP tem a ver com todos nós.

Quando tomámos posse além nós jurámos cumprir a Constituição. A Constituição diz que o ensino é obrigatório e gratuito. Não é por acaso que o Conselho Nacional de Educação tem a mesma opinião que tem o PCP relativamente à gratuitidade dos manuais escolares.

Portanto, Sr. Secretário, não sei que mais lhe possa dizer.

Relativamente aos deputados do PS, do PSD e do CDS já percebemos que aquele juramento que fazem além vale tanto como nada. Cumprir a

Constituição, enfim, é quando calha. Para o PCP é um juramento para levar até ao fim e de facto pois tem aqui a carga ideológica. Pois com certeza que tem e eu tenho um compromisso eleitoral com os eleitores açorianos de trazer esta iniciativa, assim como na República também o temos, à aprovação ou não na Assembleia Regional ou na Assembleia da República.

Agora, Sr. Secretário, dir-me-á: eu disse 7 ou 8 milhões ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

... quando fiz a apresentação desta iniciativa. Hoje reduzi o número e vou explicar-lhe qual é que é a dificuldade do PCP, mas que não é só do PCP, é destes partidos da oposição, porque o PS não tem essa dificuldade, é o facto do PS ter inviabilizado a criação de uma unidade técnica de apoio orçamental, que salvo erro foi proposto pelo PSD e que o PS recusou e que nos cria imensas dificuldades para podermos fazer propostas que têm a ver com o plano de investimentos e com o orçamento.

Portanto, o Partido Socialista inviabilizou isso.

Posso dizer-lhe que eu sei que o valor que hoje eu indiquei é um valor mais elevado. Sabe porquê, Sr. Secretário?

Porque eu escolhi o custo mais elevado por ano de escolaridade, por isso eu sei que o valor nem sequer é esse, mas vou dizer-lhe Sr. Secretário ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente.

Eu vou dizer-lhe Sr. Secretário e vou dizer-lhe o seguinte: mesmo que fossem os tais 15 milhões que há pouco falou certamente que o PCP traria aqui esta iniciativa.

Onde é que se vai buscar o dinheiro?

É onde Vs. Exas. os afetam e não deviam afetar. É tudo uma questão de prioridades como já aqui foi dito, porque o dinheiro dos contribuintes, o dinheiro que é recolhido através da tributação que se faz direta ou indiretamente aos contribuintes tem de ser bem gerido tem, mas não é para entregar da forma como o Governo Regional o faz aí no apoio à sobrevivência ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Não é à sobrevivência, é ao artificialismo do funcionamento de algumas empresas na Região Autónoma dos Açores e não estou a falar só de empresas ligadas ao ensino, porque também as há. Estou a falar de outras.

Portanto, é tudo uma questão de prioridades, Sr. Secretário, porque há lá dinheiro para isso. O problema são as prioridades do Governo Regional suportado pelo Partido Socialista que não são as mesmas do PCP. A questão é só essa.

Muito obrigado pela sua tolerância, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PCP também esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vale a pena alongar mais esta discussão, nem vale a pena o Sr. Deputado Aníbal Pires vir aqui tentar fazer política, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tentar fazer política?! O que é que nós fazemos aqui? Cozinhamos?!

A Oradora: ... dizendo que o CDS se esqueceu da Constituição.

A Constituição diz que o ensino deve ser gratuito e é gratuito, porque os meninos não pagam para ter aulas e é gratuito porque podem ter manuais gratuitos.

Nós temos uma iniciativa cujos manuais são gratuitos.

Aquilo que nos diferencia é que nós achamos que esses manuais devem ser devolvidos e que isso estimula a responsabilidade dos meninos e o senhor acha que os meninos devem levar os manuais para casa, mas em nada ...

Deputada Zuraída Soares (BE): E as meninas!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não diga asneiras, Sra. Deputada!

A Oradora: E as meninas. É verdade, Sra. Deputada. É verdade, Sra. Deputada!

... isto retira a gratuitidade.

Portanto, não nos venha acusar de coisas só para fazer os seus números políticos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):**

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou ser muito rápido ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Secretário não tem nenhuma mordança na boca. Pode falar!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Também não tem uma saca do Tio Patinhas!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: A minha intervenção, Sra. Presidente, vai ser muito curta.

Não é pelos manuais, não é pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, mas é pelo Partido Comunista Português.

Gostaria, portanto, de lhe dizer que tenho um respeito extraordinário pelo Partido Comunista Português que o Sr. Deputado obviamente não imagina, porque não tem dados para imaginar, e que me lembre na minha intervenção sobre o Partido Comunista Português o que eu disse é que era um partido com cerca de 100 anos e que tinha uma história de luta pela igualdade contra a desigualdade. Que meti, portanto, política no assunto, política partidária, é verdade que o fiz, mas o que eu disse sobre o Partido Comunista Português foi isto e tão só isto.

De resto, para terminar já, o Sr. Deputado sabe muito bem independentemente de todos os argumentos que possa utilizar que nós não temos condições para cumprir aquilo que o senhor propõe e como recordou, portanto, a Deputada Catarina Furtado, não foi aquilo que o senhor propôs hoje, foi o que propôs hoje, somado ao que propôs há um mês atrás e assim sucessivamente.

Portanto, a minha intervenção foi uma intervenção no sentido de pedir apenas um pouco mais de razoabilidade e acho que aí ganharíamos todos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vou demonstrar-lhe isso no próximo mês!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, muito rapidamente para não arrastar o debate, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Só uma única referência à resposta que o Sr. Secretário Regional me deu, dizendo que eu lhe estava a querer dar lições.

Eu quero dizer-lhe que quando aqui exprimo a minha opinião é a opinião do meu partido em relação a esta matéria.

Não quero dar-lhe lição nenhuma. Não quero dar-lhe nem a si, nem a ninguém nesta câmara.

Portanto, é só dizer-lhe, pura e simplesmente, que aquilo que eu digo é obviamente a opinião do partido que eu represento e dos eleitores que eu represento. Portanto, não mais do que isso e não tenho outra pretensão além dessa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional na generalidade, naturalmente.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de DLR apresentado foi rejeitado com 22 votos contra do PS, 15 votos contra do PSD, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos avançar com a nossa Agenda. O ponto dez é o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 138/X – “Prorrogação do prazo para apresentação em Plenário do Relatório do Grupo de Trabalho criado no âmbito da**

Comissão de Assuntos Sociais para Analisar as Políticas Públicas Regionais Açorianas de Proteção das Crianças”.

Este pedido de urgência é apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM.

Julgo que não há inscrições para a justificação da urgência.

Não havendo, vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Eu penso que também não há inscrições para o Projeto de Resolução em si, pelo que irei passar de imediato também à votação para que se possa prorrogar o prazo então deste grupo de trabalho.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Entramos, então, agora no ponto 12 da nossa Agenda:

Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 139/X – “Mudança das instalações fixas dedicadas ao serviço prestado pelo programa «Percursos»”. Este pedido de urgência é apresentado pela Representação Parlamentar do BE/Açores, e para justificar a urgência tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Clarificar só que este pedido de urgência é com baixa à Comissão e é no sentido de que o diploma possa vir, portanto, analisado em sede de Comissão, ao nosso Plenário de dezembro.

Quanto à justificação da urgência, o Bloco de Esquerda considera que um ou uma toxicodependente em recuperação não é um cidadão ou uma cidadã de segunda, nem é um ser infra-humano. Tem direito a ser tratado bem, como a usufruir de instalações e meios condignos.

Se, por um lado, os utentes do projeto “Percurso”, que gere o tratamento e intervenção da toxicodependência, com recurso a terapia de substituição de opiáceas com metadona, são tratados com todo o profissionalismo pela equipa técnica e médica, por outro lado, as instalações deste serviço não oferecem condições mínimas de salubridade, com graves consequências para a saúde dos utentes e do pessoal técnico e auxiliar.

Apesar destas condições não serem recentes, a mudança recente da tutela do projeto “Percurso” da Casa do Povo da Terra Chã para a Unidade de Saúde da Ilha Terceira, deveria ter sido aproveitada para mudar instalações para que estas pudessem oferecer as condições necessárias para salvaguardar a dignidade dos utentes e para reconhecimento e valorização profissional da equipa técnica e médica afeta ao projeto.

É em consideração a uma situação atentatória da dignidade do doente, que se arrasta há demasiado tempo, que a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda Açores requer a urgência de apreciação do presente Projeto de Resolução em sede de Comissão de forma a ser debatido e votado no próximo Plenário de dezembro deste ano.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos, então, votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Baixa, então, agora à Comissão especializada na matéria para se proceder à sua apreciação dentro dos prazos aqui invocados.

Vamos, então, avançar com os nossos trabalhos.

Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para?

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Para uma interpelação, Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Obrigada.

Presidente: É regimental. Regressamos às 18h30.

Eram 18 horas e 17 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 35 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos, então, continuar os nossos trabalhos, ponto 13 da Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em**

Comissão do Projeto de Resolução n.º 140/X – “Regularização das transferências financeiras protocolizadas com as IPSS e Misericórdias com jardins-de-infância”, apresentado pela Representação Parlamentar do BE/Açores.

Para justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

O Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda é de uma simplicidade cristalina e solicita a esta Câmara que recomende ao Governo Regional que regularize as transferências para as IPSS e Misericórdias com jardins-de-infância, protocolizadas com a Secretaria Regional da Educação, no prazo de cinco dias após a aprovação do presente projeto de resolução. Porquê? Porquê este Projeto de Resolução com urgência? Porque há, neste momento, atrasos nas transferências financeiras da Secretaria Regional da Educação para as IPSS e Misericórdias com jardins-de-infância ao ponto de não ter sido ainda, este mês, este, outubro, efetuado o pagamento respeitante ao último trimestre do ano letivo. Ou seja, desde abril deste ano, que as IPSS e Misericórdias com jardins-de-infância não recebem a esmola, digamos assim, que lhes é garantida pela Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Diria, por isso, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Secretários Regionais, que a urgência não é do Bloco de Esquerda, a urgência é das IPSS e das Misericórdias que se confrontam com esta situação e é também e muito dos trabalhadores e das trabalhadoras que com elas colaboram.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta situação que o Bloco de Esquerda nos traz a esta Câmara é, de facto, enormemente preocupante e a sua resolução...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Isto é a urgência, Sr. Deputado!

O Orador: ... é urgente.

Presidente: Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Ainda não acabei, mas pronto!

Sra. Presidente, por isso, na medida em que é urgente, nós vamos votar favoravelmente a urgência.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP considera urgente esta urgência do Bloco de Esquerda e, como tal, vai votar favoravelmente a urgência.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos, então, passar à votação do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, então, agora, para a apresentar o Projeto de Resolução, tem novamente a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Não vou reler a epígrafe e a recomendação que nós solicitamos a esta Assembleia, mas vou tecer curtas considerações sobre o problema que aqui nos traz.

A universalização da educação pré-escolar foi acompanhada paradoxalmente pela desresponsabilização da região dessa sua competência ao delegá-la às IPSS e Misericórdias numa manobra economicista e de curto alcance.

O desinvestimento na rede pública do pré-escolar foi contrabalançado por uma rede concessionada às IPSS e Misericórdias, o que possibilitou a constituição de um quadro de pessoal de baixo custo, na medida em que fazem exatamente aquilo que faria...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É a moda...

A Oradora: ... um ou uma funcionária pública auferindo um vencimento mensal inferior.

Nos últimos anos, as IPSS e Misericórdias com jardins-de-infância sobreviveram com autênticas esmolas da Secretaria Regional da

Solidariedade Social e do Secretário Regional da Educação e Cultura, que prefere ser uma espécie de provedor da austeridade mais do que um provedor da educação.

Não satisfeito, o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura tem vindo a atrasar sistematicamente as transferências dos parques apoios recebidos pelas IPSS e Misericórdias, que se veem obrigadas a contrair empréstimos bancários, a ter salários em atraso, a despedir pessoal ou, inclusive, a encerrar, porque não têm forma de responder aos seus compromissos. Para o Secretário Regional da Educação e Cultura, aparentemente, sabe bem pagar tão pouco e tão tarde.

Não está em causa, Sras. e Srs. Deputados, um atraso de seis dias; o que está em causa é um atraso de seis meses, razão mais do que suficiente para exigirmos a regularização, no prazo de cinco dias, das referidas transferências.

Compete ao Partido Socialista escolher se pretende fazer cumprir o pouco com que a Secretaria Regional da Educação e Cultura se comprometeu, ou se prefere ser responsável por salários em atraso, despedimentos e encerramentos de IPSS e Misericórdias com jardins-de-infância.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Em matéria de educação, a história da autonomia constitucional confunde-se com a história da extensão do ensino público a cada uma das nossas ilhas, para que fique ao alcance de cada uma das nossas crianças,

de cada um dos nossos jovens, como preceitua a Constituição da República Portuguesa.

Antes disso, o ensino particular desempenha, ou desempenhou, um papel extraordinário, substituindo, nas periferias e não só, a ausência do Estado no exercício de uma missão que, ainda hoje, suscita reconhecimento público, embora lhe não deva garantir a fruição de privilégios para todo o sempre.

É isto que justifica a manutenção de algum financiamento público que poderá, eventualmente, ser revisto para se adequar às disponibilidades financeiras da região ou ao caráter das nossas opções educativas que privilegiam, sem dúvida, o investimento na escola pública.

Mas é a subvenção pública concedida somente para aliviar o encargo financeiro das famílias que melhor impede a conversão do ensino particular numa modalidade de elites, suscetível de criar diferenciação entre escolas ao arrepio dos princípios da justiça social.

É compreensível que o Bloco de Esquerda pugne pelo atempado pagamento da subvenção devida às valências de ensino das IPSS e das Misericórdias.

O financiamento público das instituições de ensino particular, cooperativo e solidário, ao todo 55 instituições com 3.545 alunos, número de 2014/2015, faz-se ao abrigo de legislação de 2013, através de contratos simples que estabelecem a comparticipação por aluno consoante o nível de ensino.

Em período de campanha eleitoral, questionada, por um sindicato, a falta de pagamento da terceira tranche de 2015, assumi o compromisso de realizar a transferência com a brevidade possível dos fundos para as instituições. O meu compromisso não foi uma vã promessa eleitoral.

Hoje, o pagamento está autorizado e o dinheiro está a fazer o percurso bancário a caminho das contas das instituições, instituições essas que já foram notificadas do pagamento.

Entendo a pertinência do Projeto de Resolução, mas os procedimentos que acabei de descrever tiram premência ao Projeto de Resolução por se achar, sublinho eu, resolvida a questão de base.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda diz o seguinte: “Considerando os atrasos nas transferências financeiras da Secretaria Regional da Educação para as IPSS e Misericórdias com jardins-de-infância, ao ponto de não ter sido ainda este mês efetuado o pagamento respeitante ao último trimestre do ano letivo passado”.

Tenho duas perguntas. Portanto, é o último trimestre do ano letivo passado. O que eu lhe quero perguntar é o seguinte, se confirma esta informação, mas em relação a este trimestre; e, em segundo lugar, que explique as razões que levaram a este enorme atraso nos pagamentos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, eu registei, fundamentalmente, três coisas na sua intervenção.

Primeira, percebi, e corrigir-me-á se eu estiver enganada, que o Governo Regional, neste caso, o Sr. Secretário Regional deu um sinal de que estaria disposto a rever a subvenção pública às IPSS e Misericórdias, neste caso, com jardins-de-infância.

O que eu lhe pergunto é se, na realidade, essa disponibilidade é confirmada pelo Sr. Secretário e se isso pode ser, digamos, uma boa nova para estas instituições.

Depois, Sr. Secretário Regional, dizer-lhe que há coincidências, umas, de facto, mais misteriosas do que outras, mas a coincidência de no dia em que o Bloco de Esquerda apresenta este Projeto de Resolução com pedido de urgência ser exatamente o dia em que o dinheiro está a fazer o seu caminho, é uma coincidência que alegrará, com certeza, as instituições e os trabalhadores em causa, mas far-me-á o favor de reconhecer que é uma coincidência muito parecida com o Pai Natal, que é uma coisa em que os Srs. e as Sras. Deputadas desta Casa já não acreditam há muito tempo, suponho eu.

Em terceiro lugar, o Sr. Secretário Regional não explicou, e isso é importante de perceber, o atraso de seis meses. Há, houve, o dinheiro pode estar a caminho, Sr. Secretário Regional, mas o certo é que houve um atraso de seis meses, e o certo é que houve instituições que tiveram que recorrer a empréstimos bancários. Eu conheço-as, algumas, Sr. Secretário Regional. E o certo é que tiveram que despedir pessoas. E o certo é que fizeram ainda outra coisa, que é absolutamente perversa, mas que se viram obrigadas a fazê-lo, que é aumentar o número de crianças, porque, aumentando o número de crianças, aumenta também o valor da subvenção. Só que quando aumentam o número de crianças, aumentam o número de custos, e isto é uma pescadinha de rabo na boca perversa para

estas instituições que prestam, como o Sr. Secretário Regional reconheceu, um serviço público a todas as comunidades.

E, portanto, não pode, de maneira nenhuma, haver atrasos de seis meses em tão pouco. É que não estamos a falar em 15 milhões de euros, Sr. Secretário Regional, como, há pouco, na discussão do outro Projeto de Resolução que, juntamente com o peixe do outro Projeto de Resolução do outro Plenário, dava qualquer coisa como 15 milhões de euros, não estamos a falar disso, Sr. Secretário Regional.

E finalmente, eu gostaria de lhe fazer outra pergunta, se me permite. Eu gostaria que o Sr. Secretário informasse esta Câmara do valor da subvenção pública dada pela Secretaria, disponibilizada (não é dada) pela Secretaria Regional da Educação e Cultura a estas instituições com jardins-de-infância, porque elas estão repartidas, estes apoios estão repartidos entre a Secretaria da Solidariedade Social e a Secretaria Regional da Educação e Cultura e eu acho que era importante todos e todas nós sabermos qual é o valor dessa subvenção.

Para já, muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa, de momento, não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Parece, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Parece (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com o objetivo de suprir a insuficiência dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar na região, a oferta educativa é garantida por instituições de ensino particular, cooperativo e solidário. Entre o Governo dos Açores e essas instituições são celebrados contratos, os quais preveem comparticipações financeiras com vista a assegurar a gratuitidade da componente educativa, sendo o valor da comparticipação fixado tendo por referência o custo da componente educativa da educação pré-escolar na rede pública e pago trimestralmente pelo Governo Regional. As instituições, por seu lado, ficam obrigadas à admissão de qualquer inscrição, na existência de vagas, e de reduzir as mensalidades devidas pela frequência nos jardins-de-infância, devendo para tal enviar ao Governo dos Açores informação detalhada e atualizada relativamente ao número de alunos que as frequentam.

Pela parte das instituições do ensino particular cooperativo e, no caso em particular, solidário, o pagamento atempado das comparticipações financeiras pelo Governo dos Açores torna-se fundamental para que as mesmas possam cumprir integralmente com as funções educativas contratadas.

Infelizmente, o Governo Regional não tem cumprido com a sua responsabilidade e compromisso assumidos nos protocolos com as diversas instituições. Os pagamentos que deveriam ser efetuados no início de cada trimestre dilatam-se no tempo, sendo que em muitos casos registam-se já atrasos significativos nas transferências das verbas contratadas, resultando daqui graves problemas na gestão e, por consequência, afetando o normal funcionamento das instituições.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: As Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias cumprem uma função social cuja responsabilidade cabe ao Estado. Como tal, estas instituições constituem-se, assim, parceiros e assim devem ser tratados e considerados.

Aquilo que se exige do Estado, no caso concreto ao Governo dos Açores, é que no mínimo cumpra com a sua parte, pagando atempadamente aquilo que é da sua responsabilidade para que as instituições possam cumprir com o que lhes é exigido.

É incompreensível que um Governo Regional que tanto se orgulha dos alegados *superavit* sempre que lhe convém não pague atempadamente, cumprindo integralmente com as suas obrigações, conforme protocolado, sendo, em alguns dos casos, o principal causador de dificuldades na gestão das IPSS e Misericórdias, que têm a seu cargo, no caso em apreço, jardins-de-infância.

Na verdade, as obrigações assumidas pelas IPSS e Misericórdias são previamente acordadas e exigidas, na maioria dos casos, pelo Governo. Não é justo, nem é admissível as dificuldades por que passam essas instituições, considerando a sua responsabilidade social para com os seus utentes, os seus funcionários e as populações que servem.

Em última análise, constitui mesmo uma falta de respeito para com todos aqueles que, de forma gratuita e voluntária, têm a responsabilidade de a gerir e que trabalham diariamente de forma solidária.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata irá votar favoravelmente a iniciativa apresentada pelo Bloco de Esquerda relativamente à regularização das transferências financeiras protocoladas com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Misericórdias com jardins-de-infância.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começaria a minha intervenção utilizando, penso que foi a Sra. Deputada Zuraida Soares que o disse, uma simplicidade cristalina. Pegava no corpo do Projeto de Resolução, o Sr. Deputado Paulo Estêvão já o fez, mas eu vou repetir, desenvolvendo aquilo que já foi apresentado e citando: “Considerando os atrasos nas transferências financeiras da Secretaria Regional da Educação para as IPSS e Misericórdias com jardim-de-infância ao ponto de não ter sido ainda este mês efetuado o pagamento respeitante ao último trimestre do ano letivo passado”. E depois recomenda que, no prazo de cinco dias, após a aprovação do presente Projeto de Resolução, seja, efetivamente, essa questão regularizada.

Bem, de acordo com as afirmações do Sr. Secretário, penso que essa situação está resolvida e que já não faz sentido esse Projeto de Resolução. No entanto, parece-me pertinente, daquilo que foi aqui já referenciado, neste caso, pela Sra. Deputada Zuraida Soares, do Bloco de Esquerda, que, num registo normal, vem falar em coincidências.

Olhe, eu não costumo fazer essas resenhas históricas, mas, hoje, parece-me pertinente fazê-lo.

No dia 2 de outubro, houve uma denúncia do SINTAP. No mesmo dia 2 de outubro, houve um esclarecimento da Secretaria Regional da Educação e Cultura que tinha quatro pontos. Eu vou apenas citar o ponto número

três, que me parece pertinente para ir ao encontro daquilo que o Sr. Secretário aqui já afirmou.

“A Secretaria Regional da Educação e Cultura, consciente das dificuldades das referidas instituições, está a desenvolver os necessários esforços no sentido da mais rápida regularização desta matéria, faltando, no ano económico de 2015, proceder ao pagamento de uma tranche.”

Ou seja, o que eu quero dizer com isto é que não foi coincidência deste Projeto de Resolução ter entrado nesta Casa, mas, sim, foi a preocupação que o Sr. Secretário demonstrou, no dia 2 de outubro, e que, efetivamente, fez tudo o que estava ao seu alcance, a Secretaria fez tudo o que estava ao seu alcance para regularizar esta situação.

Mas, nestas intervenções, a Sra. Deputada falou em despedimentos, em empréstimos bancários, eu só queria referir que o seu partido é o mesmo que defende que nós não devemos protocolar com essas instituições no caso do ensino. Ou seja, nesse caso, também poderá haver despedimentos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Está enganado!

O Orador: Não estou, Sra. Deputada! Não estou! Não estou! Explique-me, que eu vou gostar de ouvir.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é bem isso! Está a fazer confusão!

O Orador: Em relação...

Deputado Luís Garcia (PSD): Olhe a coligação de esquerda lá fora!

O Orador: (Risos)

Gostava também de registar que, no dia 7 de outubro, num comunicado do maior partido da oposição dos Açores, onde o título diz, “Governo dos Açores insiste em criar dificuldades às IPSS”, também num registo

normal, de quem não se consegue aguentar com qualquer notícia da comunicação social, vem o PSD, com palavras como,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É alguma mentira!?

O Orador: ... por exemplo, a forma vergonhosa como o Partido Socialista enfrenta os problemas sociais nos Açores e depois da intervenção do Sr. Deputado Paulo Parece, eu gostava de lhe dizer o seguinte.

O Governo dos Açores, os Governos dos Açores do Partido Socialista não têm vergonha nenhuma da forma como têm atuado nas políticas sociais da RAA. A parceria, já o disse aqui, noutros debates, e vou voltar a referir, é quando duas ou mais instituições se entendem, não é quando é um a mandar e os outros a obedecer. Eu penso que para bom entendedor meia palavra basta.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): É o que os senhores fazem!

O Orador: Nós orgulhamo-nos, sentimos que estamos ao lado das nossas instituições, aliás, durante todo esse percurso dos Governos Socialistas, é bem evidente o trabalho que tem sido feito em parceria com estas instituições, nomeadamente com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e com as Misericórdias que, em bom rigor, na sua maioria de atuação perante as açorianas e os açorianos faz-se junto dos nossos jovens, das nossas crianças e também junto dos nossos idosos.

E por tudo isto, como é evidente, e tendo em conta o Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, evidentemente que o Partido Socialista irá votar contra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Evidentemente!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É que eu ainda estava em estado de choque com a novidade dada pelo Sr. Deputado Lúcio Rodrigues de que o Partido Socialista votará contra, porque é uma coisa surpreendente.

A propósito, Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, que falou em coincidências, dando um tom, enfim,...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Irónico!

A Oradora: ... irónico, exatamente. Então, deixe-me utilizar a mesma ironia para lhe dizer o seguinte.

Também foi, com certeza, uma coincidência que só após a denúncia feita na comunicação social, só depois da denúncia feita na comunicação social, é que o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura se apressou a dizer que iria fazer todos os esforços para que a dívida fosse paga o mais depressa possível. É outra coincidência, Sr. Deputado Lúcio Rodrigues,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso já estava previsto!

A Oradora: ... porque este mundo está cheio de coincidências, umas mais do que outras, mas esta é outra coincidência.

Mas, olhe, vamos tentar, todos nós, enfim, esclarecer se isto foi apenas uma coincidência ou se, afinal, foi mais do que isso.

Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, peço-lhe desculpa de o estar a massacrar, mas já tem aí três ou quatro perguntas que eu lhe fiz, mas vou-lhe fazer mais uma por causa das coincidências.

Este Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda entrou nesta Câmara, na quarta-feira, dia 28 de outubro, até às 13 horas. Não tenho ciente a hora

certa, mas sei que não pode ter entrado depois das 13 horas, porque o nosso Regimento assim o obriga. Quarta-feira.

Aquilo que eu pergunto ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura é: em que dia é que a Secretaria que o senhor tutela deu ordem para que o dinheiro em dívida de seis meses de dívida às IPSS e Misericórdias com jardins-de-infância fosse transferido para estas instituições? Em que dia é que essa ordem foi dada?

E depois, outra pergunta. Quando é que é expectável, atendendo a que o dinheiro já está a caminho, que essas instituições recebam o dinheiro que lhes é devido?

E finalmente, uma outra, não será uma pergunta, mas, para já, será apenas uma constatação: nós, ainda agora, falámos num Robin dos Bosques que andava confundido, perdido ao ponto de roubar aos pobres para dar aos ricos, mas agora, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, nós continuamos a falar de um Partido Socialista que tem momentos em que diz assim: “Nós vamos aprovar a iniciativa legislativa daquele ou do outro partido, porque recomenda ao Governo que faça aquilo que o Governo já está a fazer”. E, portanto, não temos o mínimo problema, aliás, o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura já o fez nesta Câmara, como iniciativa do PPM, porque está a ser feito, nós vamos aprovar, porque, realmente, não faria grande sentido que estivesse a ser feito e que o Partido Socialista votasse contra aquilo que o Governo está a fazer. Evidentemente! Mas temos um outro Partido Socialista como o Robin dos Bosques, não é, quando se põe do outro lado, que diz assim: “Porque o Governo já está a fazer, nós vamos reprová-lo”. Oh, Sras. e Srs. Deputados, ah, mas tem uma outra agravante, é que, desde que esteja lá a estrelinha do Bloco de Esquerda, tudo muda no Grupo Parlamentar do

Partido Socialista, tudo muda. Esta estrelinha é um incómodo. Mas há uma coisa que é a lógica, independentemente da estrelinha, há a lógica, Sras. e Srs. Deputados, e a lógica é assim. Aprova-se uma iniciativa porque o Governo está a cumpri-la, obviamente, não se poderia votar contra, então, e reprova-se, ao mesmo tempo ou noutro momento, uma iniciativa porque o Governo está a cumpri-la? Mas, então, reprova-se o quê? Acha-se mal aquilo que o Governo está a cumprir? O Partido Socialista está contra aquilo que o Governo está a cumprir? Está a cumprir a sua obrigação, que é pagar a quem deve.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, antes do Sr. Secretário Regional fazer o favor de prestar os esclarecimentos que lhe têm, pelo menos da nossa parte, sido pedidos, há uma constatação clara a fazer neste Plenário: o Partido Socialista está como o Robin dos Bosques do Sr. Secretário Regional da Saúde, está confuso, porque as razões que o levam a aprovar uma iniciativa são exatamente as mesmas razões que o levam a reprová-las, e se isto não é estar confuso, Sras. e Srs. Deputados, então, eu não sei o que é estar confuso.

Presidente: Muito obrigada.

Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, digníssimos Membros do Governo:

Relativamente a esta questão, aguardamos pacientemente, embora este se trate de uma urgência, que o Sr. Secretário Regional venha a terreiro responder às perguntas que lhe foram feitas e que, enfim, são determinantes até para construirmos aqui um sentido de voto, no que diz

respeito à Representação Parlamentar do PCP, que constrói as suas posições ouvindo as partes.

Mas ...

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

O Orador: Portanto, Sr. Secretário aguardamos as suas respostas.

Depois, dizer ao Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, o seguinte: V. Exa. fez aí, enfim, nessa sua procura, digamos legítima, esforçada de fazer, uma tábua cronológica dos acontecimentos, estabeleceu aí um friso, um friso.

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Muito obrigado, Sr. Historiador.

Portanto, nesse friso, que V. Exa. tentou construir, construiu, ou que enfim que pretendeu explicar, a verdade é que confundiu aí um conjunto de questões.

Primeiro, Sr. Deputado, o seguinte. As funções das IPSSs são no fundo, funções que são assumidas por instituições, mas que cabem, cabem por direito, ou cabem por dever, ao Estado, neste caso à Região, cabem à Região.

Deputada Zuraida Soares (BE): E essa é que é a diferença!

O Orador: Ora bem, aquilo que se protocola com essas instituições, que estão a desempenhar um papel que devia ser desempenhado pela Região, logo Sr. Deputado, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Sem alternativa!

O Orador: Sem alternativa!

... logo, aquilo que se trata não é de uma esmola, não é de uma esmola. Aquilo é para pagar um serviço (é para pagar um serviço!) que devia ser a Região a garantir e, portanto, Sr. Deputado, não tem que haver atrasos, como não deve haver atrasos nos serviços da Administração Pública, porque põe em causa o funcionamento daquelas instituições e põe em causa o serviço que aquelas instituições prestam à comunidade.

Outra coisa bem diferente, e se calhar aí não há atrasos, é no pagamento dos apoios ao ensino particular e privado. Aí se calhar não há atrasos, eu pelo menos não tenho conhecimento de nenhum. Ninguém se queixou até agora.

É Sr. Secretário, é! Depois havemos de ver quanto é que custou, quanto é que custou à Região algumas empresas de educação que estão instaladas na Região, mas isso é conversa para depois, Sr. Secretário.

Agora, para Novembro!

Agora, Sr. Deputado, não faça confusões, não faça confusões e não se meta por caminhos que são sinuosos. Está bem? E vamos aguardar pelo Sr. Secretário Regional.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Para não se escabelar todo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação? Para se inscrever?

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Sr. Secretário, fiz-lhe 2 perguntas, há 15 minutos.

Já lhe fiz 2 perguntas há 15 minutos estou a aguardar as respostas e, portanto, senhor, não precisa que eu lhas repita. Anotou? Pronto, é que

essas questões, como dizia o Sr. Deputado Aníbal Pires são essenciais para nós definirmos as coisas, porque, de facto, a Sra. Deputada Zuraida Soares tem razão. Anda para aí um Robin dos Bosques, porque nós ouvimos falar durante todos estes meses é que não há dinheiro, não há dinheiro, não há dinheiro e de repente, numa situação aqui um bocadinho mais difícil, do ponto de vista do debate parlamentar, de repente lá aparece o dinheiro.

É importante definir a data, quando é que foi dada essa ordem e as perguntas que eu lhe fiz anteriormente e a Sra. Deputada, termino, não posso deixar de fazer esta provocação. Sra. Deputada, não si, ao Sr. Deputado Berto Messias.

É evidente que há preocupação com o Bloco de Esquerda, Sra. Deputada. Não leu os jornais? Não viu, o Sr. Deputado Berto Messias anda muito preocupado com o que os senhores andam a fazer juventude. Portanto, os senhores andam a retirar muita juventude ...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... ao Partido Socialista e, portanto, nesse sentido e termino, Sra. Presidente, há uma grande preocupação e, portanto, obviamente há aqui algum desgaste e eu percebo que o Bloco de Esquerda tem uma apreciação diferente com estas considerações táticas, táticas que o Sr. Deputado Berto Messias tornou pública.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Parece tem palavra.

(*) **Deputado Paulo Parece (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar aqui duas notas e a primeira para dizer ao Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, que registei o orgulho que tem o PS, naturalmente, nas políticas sociais que tem desenvolvido na Região, nos últimos anos.

Devo reconhecer que algumas delas foram bem implementadas, algumas mais bem conseguidas, outras menos bem. E também gostaria também de lhe perguntar, ou devolver-lhe a questão, se o PS também se orgulha de não pagar o que deve a muitas dessas instituições, que cumprem com as políticas sociais, a tempo e horas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: E a segunda consideração dirigia ao Sr. Secretário Regional da Educação pelo seguinte. A julgar pelas palavras, não temos razões para duvidar delas, até vindo de quem vem, que o pagamento, as transferências para as instituições estão, digamos em trânsito, e se calhar deixar aqui a ideia de que se calhar, a partir de agora o melhor para resolver os pagamentos em atraso, junto das instituições será a apresentação de projetos de resolução com urgência, de modo a que os pagamentos se façam atempadamente.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):**

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Reconheço por vezes alguma justiça na crítica que me fazem de querer aparecer tarde, nos debates. Curiosamente, não aconteceu desta vez. Eu

inscrevi-me para o debate, eu inscrevi-me para falar, ainda a Sra. Deputada Zuraída Soares não tinha terminado a sua intervenção inicial. Por isso, julgo que desta vez, portanto, não é justo que seja, enfim, acusado de estar à espera da última hora para aparecer.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Vou tentar, na medida do possível, responder às questões que foram colocadas. Posso, eventualmente, não fazê-lo pela ordem, com que foram feitas, porque ao fim ao cabo foram muitas.

Este Projeto de Resolução pede transferência para as IPSS e para as Misericórdias do dinheiro devido, pela terceira tranche do ano letivo 2014/2015.

Todavia, uma coisa é certa, e isso eu disse no princípio, isso eu disse na minha primeira intervenção, nós temos um quadro jurídico que financia no seu conjunto o ensino particular, cooperativo e solidário. Portanto, não há aqui, enfim, fatias diferenciadas e o dinheiro que foi hoje disponibilizado às IPSS, às Misericórdias foi também às demais instituições, destas três tipologias de ensino: particular, cooperativo e solidário. As tais 55, com um número de alunos que eu efetivamente referi.

Sobre a questão, portanto, do ensino particular, cooperativo e solidário assumir ou não assumir o papel do Estado acho que era melhor deixarmos essa discussão para um pouco mais tarde, porque ela vai vir aqui na sequência de uma iniciativa que a Sra. Deputada tomou, portanto, acho que não valia a pena estarmos a misturar hoje aqui as coisas.

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

O Orador: Seja quem for, eu acho melhor discutir cada coisa a seu tempo.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão na última intervenção disse que, nós dizemos que não há dinheiro, não há dinheiro, não há dinheiro!

Oh, Sr. Deputado, está equivocado, está equivocado, nunca me ouviu dizer isso.

Portanto, o Governo Regional tem o dinheiro indispensável para cumprir o programa com que se apresentou ao eleitorado dos assuntos. Tem obviamente, portanto, enfim, de utilizá-lo, com rigor.

Não há secretários, não há diretores regionais, não há ninguém a dizer que não há dinheiro. Há o dinheiro para aquilo com que efetivamente nós nos comprometemos.

Perguntou-me a Sra. Deputada Zuraida Soares em que dia eu tinha feito o clique, tinha mandado pagar.

Oh, Sra. Deputada, isso não se faz assim!

Estes processos são processos longos. O processo que culminou agora no pagamento da terceira tranche às IPSS e às Misericórdias era um processo que obviamente estava em marcha já na altura em que a comunicação social, há menos de um mês atrás, ou há cerca de um mês atrás, denunciou, portanto, as faltas de pagamento.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor esteve à espera foi que o Sr. Vice-Presidente fizesse assim!

O Orador: A propósito disto, posso acrescentar que a última tranche, a tranche relativa ao terceiro período letivo deste ano que acabou, dos anos anteriores, é uma tranche que é paga sempre com mais algum atraso do que as outras.

Este ano, ou melhor em 2014/2015, ao contrário do que era expectável, no ensino particular, cooperativo e solidário, nós tivemos, portanto, um acréscimo de alunos.

Curiosamente tivemos um acréscimo de alunos nos níveis em que a subvenção inclusivamente é mais elevada. Nós temos a necessidade no fim do ano de averiguar se os alunos que chegam ao fim foram efetivamente os alunos que principiaram, porque a subvenção é dada por cabeça e para reduzir os encargos das famílias.

Em função de todo este trabalho que foi feito nós tivemos a necessidade, no âmbito da Secretaria Regional da Educação e Cultura, de fazer uma reprogramação financeira para acudir, portanto, a esta necessidade.

Sra. Deputada, o dinheiro não pertence às ações, aos projetos, às secretarias. O dinheiro pertence ao Governo. O dinheiro, portanto, é global. O dinheiro da Secretaria também é global. Está adstrito, portanto, a certas ações é certo, mas há também a possibilidade de fazer, portanto, pequenas alterações para acudir aos problemas que efetivamente se colocam.

Foi isso que aconteceu. Portanto, não acordei num dia particularmente bem-disposto e decidi pagar aquilo que ainda não tinha sido pago. Portanto, a questão foi uma questão que se arrastou por algum tempo e que felizmente agora chega, portanto, à sua ponta final.

Perguntou-me também a Sra. Deputada Zuraida Soares se eu estava na disposição, portanto, de rever não sei se era o financiamento para as IPSS e para as Misericórdias.

Não, eu falei sempre aqui, portanto, noutra coisa, eu falei aqui em ensino particular, em ensino cooperativo, em ensino solidário. O financiamento, portanto, desse ensino já foi inclusivamente discutido, como os Srs.

Deputados sabem, no decurso desta legislatura, numa altura em que eu inclusivamente aqui não estava.

O que eu quis única e simplesmente dizer é que o financiamento público ao ensino particular, cooperativo e solidário, onde obviamente estão inseridas as IPSS, onde obviamente estão inseridas Misericórdias, onde obviamente estão inseridas instituições que podem substituir o Estado e onde obviamente estão inseridas substituições que não substituem Estado algum, isso, portanto, faz parte do mesmo pacote, isso está ao abrigo de uma mesma legislação, que pode eventualmente ser alterada ou não. Eu não tenho, portanto, a intenção de o fazer em curto prazo. Muito obrigado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

De momento, a Mesa não tem mais inscrições.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para uma interpelação para solicitar um intervalo regimental de 5 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 19 horas e 25 minutos.

Eram 19 horas e 23 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para continuarmos os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 33 minutos.

Vamos então retomar os nossos trabalhos.

Está inscrita a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste debate sobre este Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, bem como no anterior ponto da nossa Agenda, o debate sobre o Projeto Decreto Legislativo Regional do PCP, esta Assembleia parece que se transformou numa casa de fadas.

Porque nós já andamos pelo Robin dos Bosques, já passámos pelo Pai Natal e o seu Secretário Regional da Educação e Cultura contou-me uma história de encantar na sua última intervenção, porque na realidade, Sr. Secretário Regional desculpe, não me respondeu concreta e objetivamente a nenhuma pergunta que eu lhe fiz.

A única, aquela mais importante, que era quando é que o senhor, a sua Secretaria, não é o senhor, a sua Secretaria deu ordem de pagamento, o senhor conta-me outra história de encantar, que é uma decisão que leva muito tempo, que é decidida não se sabe bem quando e depois vai a decisão.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Mecanismo!

A Oradora: Faz-me lembrar, Sr. Secretário Regional, uma instituição pública em Ponta Delgada, em que um dia, queixei-me da demora, muito demorado e a senhora que estava do outro lado, disse-me assim: “A

senhora tem que perceber, tem esperar que isto está lá tudo informatizado, portanto, como está informatizado leva mais tempo.”

Oh, Sr. Secretário Regional parece exatamente a mesma coisa!

Levou 6 meses, a ordem, a decisão, o dinheiro. Seis meses é muito tempo, Sr. Secretário Regional. Isto é uma história de encantar.

Depois o Sr. Secretário Regional disse, numa das suas intervenções, que hoje as instituições tinham recebido a nota de pagamento, certo? Disse-o? Sr. Secretário Regional, eu acabei de contactar com pelo menos duas instituições, com pelo menos não, com duas instituições que não receberam coisa nenhuma, nota nenhuma.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Foi o atraso!

A Oradora: Portanto, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, Sras. e Srs. Deputados e sobretudo Sras. e Srs. Deputados do Partido Socialista, o pretexto de reprovar este Projeto de Resolução, porque está tudo a ser feito, mais uma vez não colhe, porque não está feito! As instituições não receberam nota de pagamento, a data em que foi dada essa ordem é desconhecida desta Assembleia e, portanto, mais uma vez, o pretexto escolhido pelo Partido Socialista para reprovar uma iniciativa do Bloco de Esquerda é tão mal escolhida que até faz doer.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):**

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O pagamento foi lançado hoje. O pagamento dos recursos a que as instituições têm direito está a fazer o seu percurso bancário. Chegará, portanto, às instituições em função da demora que uma transferência

bancária leva ou não leva, consoante seja ou não seja o mesmo banco, etc., etc..

As instituições foram hoje notificadas, tenho essa informação que me foi prestada pelos serviços da minha Secretaria.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Costuma ser no mesmo dia!

O Orador: As instituições foram hoje notificadas de que o pagamento está a caminho. É o que lhe posso dizer, mais nada.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda e eu não quero eternizar esta discussão, mas Sr. Secretário Regional deixe-me dizer-lhe uma coisa. Afinal a ordem de pagamento, ou seja, a ordem dada ao banco que agora vai fazer a transferência, foi dada hoje. Já agora, Sr. Secretário Regional, eu volto a lembrar este Projeto de Resolução com pedido de urgência entrou na quarta-feira, às 13 horas.

Mais uma coincidência, mais uma história de encantar, a casa das fadas, Sr. Secretário Regional.

E depois deixe-me voltar a insistir. Poderá haver instituições que receberam essa nota, mas garanto-lhe que nem todas a receberam e, portanto, o que fica provado que o Sr. Secretário Regional é: houve um atraso de 6 meses que aliás o Sr. Secretário reconheceu, com a coincidência da casa das fadas, em que esta Assembleia se transformou. A ordem de pagamento foi dada hoje, com sorte, e se os anjos ajudarem e as fadas e os duendes, as instituições são capazes de receber lá para segunda ou terça-feira, mas nada daquilo que foi dito invalida a justeza (a

justeza!) e sobretudo a oportunidade do Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, pelo que reprová-lo é apenas a prova do sectarismo, da má vontade e da falta de humildade para reconhecer, quando os outros partidos das oposições têm razão, ou não tem razão.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta questão está absolutamente demonstrada. Há um Projeto de Resolução que entra na quarta-feira. É um Projeto de Resolução que do ponto de vista político, do ponto de vista objetivo, tem toda a razão de ser. Há um problema que está por resolver e o Governo não resolveu.

Há um Projeto de Resolução que será discutido, os senhores sabem, na sexta-feira, na própria sexta-feira, o senhor dá ordem de pagamento e depois, o Partido Socialista diz, bom este Projeto de Resolução não tem substância, porque o problema está resolvido. Isto é fazer política à séria? Isto é ter seriedade na análise política?

Eu acho que isto é o tipo de intervenções que descredibiliza V. Exa., não reconhecer o mérito, a oportunidade política do Bloco de Esquerda nesta matéria, que contribuiu para que esta questão seja discutida e que, de facto resolvida e da parte do Partido Socialista também este jogo do faz de conta, que este Projeto de Resolução existindo ou não existindo, a questão teria sido resolvida no mesmos *timings*.

Ninguém credita nisto! Ninguém, nem os que aqui estão e nem aqueles que nos estão a ouvir, ninguém acredita neste embuste e, portanto, minhas senhoras e meus senhores, isto não é fazer política, com seriedade. Tem

toda a razão, a Sra. Deputada, naquilo que disse e os factos comprovam que, de facto, há aqui um Projeto de Resolução que teve o mérito de resolver essa questão. Os senhores depois querem esconder esse mérito, mas esse mérito é evidente para todos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Eu não quero retirar méritos a ninguém. Aliás, na intervenção que fiz, terei dito sensivelmente o seguinte, que era compreensível que o Bloco de Esquerda pugnassem pelo atempado pagamento da subvenção de vida às valências de ensino das IPSS e das Misericórdias.

Creio que disse isto, mais ou menos, portanto, da mesma forma. Expliquei a seguir o processo, tal como estava a decorrer e há uma coisa, Sra. Deputada dirá se quiser, mas se sabe que efetivamente há instituições que não foram notificadas da realização, portanto, deste pagamento e da receção muito em breve dos fundos a que têm direito pode dizê-lo aqui, porque eu reforçarei, portanto, essa informação. Se não quiser dizer em público, pode-me dizer em privado, que o resultado é o mesmo. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 21 votos contra do PS, 15 do PSD ...

O Projeto de Resolução foi rejeitado com 21 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passamos agora ao ponto seguinte da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 141/X – “Compromisso dos Açores no Projeto Europeu”.**

Este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para referir os propósitos desta urgência e porque se perspetiva uma coligação negativa, que pretende derrubar um Governo que consideramos legítimo, seguindo aliás a tradição dos 40 anos de democracia em Portugal, e na perspetiva de que esta coligação negativa pretende usurpar o poder, com base num acordo que junta partidos que continuam a renegar compromissos e acordos internacionais, designadamente no quadro da União Europeia, porque entendemos que esses acordos e esses compromissos são essenciais para a defesa dos interesses dos Açores até porque asseguram a estabilidade do nosso país, entendemos assim que é urgente reafirmar o caminho que a esmagadora maioria dos portugueses sempre tem apoiado, não se revendo nas perspetivas e nas opções de uma esquerda que consideramos radical,

porque todos os motivos é esse o fundamento desta urgência que obviamente esperamos ver acolhida.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição, mas agradeço que se inscrevam os partidos que querem intervir nesta fase do debate.

Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A esquerda radical apresenta-se e sobre este Projeto de Resolução com pedido de urgência do PSD tem para dizer o seguinte: ...

Deputado Berto Messias (PS): Está a votar a urgência!

A Oradora: Da urgência!

... o Bloco de Esquerda vai votar contra esta urgência do PSD.

Este sentido de voto, Sras. e Srs. Deputados, não significa que não consideremos o debate dos tratados europeus da maior relevância para o país e para os açorianos e açorianas.

Mas eu enquanto deputada do Bloco de Esquerda, nesta Casa, não esqueço os impropérios de que fui alvo, quando há tempos atrás levantava questões de índole europeia, nesta Casa. Então eram absolutamente estratosféricas e não tinham nada a ver com os Açores, não tinham nada a ver com os partidos dos Açores, subitamente há uma urgência, de escutarmos a Europa e os tratados.

Sras. e Srs. Deputados, convenhamos mais uma vez, a casa das fadas, porque hoje é tudo, tudo, tudo ao contrário daquilo que deveria ser.

Mas como no passado, o Bloco de Esquerda e eu continuamos a achar que na realidade há défice na discussão no nosso país das questões europeias, nomeadamente dos tratados europeus. Aliás, porque o povo

português por responsabilidade, entre outros, do Partido Social Democrata, foi ao longo dos anos sempre impedido de se pronunciar sobre o conteúdo desses tratados.

É curioso que agora com urgência, se peça a esta Casa que se pronuncie sobre aquilo que os senhores, exatamente sempre impediram, aliás, bem coadjuvados pelo Partido Socialista e pelo CDS, que o povo português sempre discutisse.

Por isso, a proposta em causa para o Bloco de Esquerda, não consiste num debate sobre os acordos europeus. Este Projeto de Resolução com pedido de urgência, Sras. e Srs. Deputados, é um grito do PSD contra o resultado eleitoral das últimas eleições legislativas e, portanto, em conformidade, o Bloco de Esquerda votará contra.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dar o peito, a esquerda, como é que é a esquerda quê? A esquerda quê, radical?

Esquerda radical! Cá estamos.

Ora muito bem, não vou tecer grandes considerações sobre esta matéria por vários motivos.

Primeiro, porque isto é uma segunda tentativa do PSD trazer estas questões para a agenda política.

A primeira foi inviabilizada na República, como se sabe, por motivos de agendamento e regimentais e, portanto, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Históricos!

O Orador: ... a segunda tentativa é trazê-la à Região Autónoma dos Açores para ver se se introduz algum ruído. Há deputados da bancada do PSD benzerem-se! Portanto, alguma coisa está para acontecer.

E portanto, isto não passa ao fim e ao cabo, de uma esperteza saloia, de uma golpada do PSD, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Golpada é sua!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Golpada!?

O Orador: ... uma golpada do PSD, para a qual nem sequer chamou o seu parceiro de coligação. Nem sequer chamou o seu parceiro de coligação! É uma coisa de facto admirável.

Mas há ainda outras questões, Srs. Deputados. Não vou referir-me, porque já está dito, ao facto do processo de integração europeia, de construção europeia ...

Presidente: Sr. Deputado, estamos a discutir apenas o pedido de urgência.

O Orador: Eu sei, eu sei, então não sei, Sra. Presidente!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não sei se sabe!

O Orador: O processo de integração e a construção europeia foi feito à margem, não só do povo português, mas dos povos europeus e, portanto, nunca poderia dar bom resultado, porque senão há participação popular, as coisas depois acabam por não correr muito bem.

Mas há ainda um outro aspeto, há ainda um outro aspeto que será discutido posteriormente em sede de Comissão e que tem a ver com o seguinte.

As questões europeias são tratadas ao nível do Estado, não são tratadas ao nível da Região Autónoma dos Açores. Portanto, ainda falta saber da legitimidade, ou não dessa vossa iniciativa, mas como o povo açoriano

espera desta câmara a resolução de problemas urgentes e para os problemas urgentes nós estamos e votamos ao lado das urgências, não é para estas situações de esperteza saloia ...

Deputado Luís Garcia (PSD): É a coligação de esquerda!

O Orador: ... e de tentativa de introduzir ruído na agenda política nacional, através de uma tomada de posição desta Assembleia, para isso não contem com o PCP. Não contem com o PCP e têm de ser um pouco mais criativos, porque como toda a gente percebeu e toda a gente teve acesso, aquilo que fizeram foi uma cópia do Projeto de Resolução que apresentaram na Assembleia da República e trouxeram para aqui.

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor há bocadinho trouxe uma iniciativa de 2012!

O Orador: Sejam ao menos mais criativos. Sejam ao menos mais criativos, porque tomaram hoje posse e estou com problema por causa da precariedade dos vossos ministérios e dos vossos ministros e secretários de Estado, mas a verdade é esta, a verdade é esta: no dia 4 de outubro o povo português arredou-vos do poder e isso é líquido.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é um roubo à democracia!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições.

Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

É melhor utilizar o plural.

Eu considero que ao contrário do que o Sr. Deputado do PCP afirmou, como se sabe, a discussão das matérias europeias, está estatutariamente reconhecida e é uma obrigação nossa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu disse que tinha dúvidas!

O Orador: E, portanto, nesse sentido não há qualquer dúvida em relação a esta matéria. Aliás, a questão é exatamente ao contrário, acho que há um défice em relação ao cumprimento dessa obrigação estatutária.

Em segundo lugar, em relação a urgência, esta urgência justifica-se amplamente.

É porque o senhor tem razão, este facto já foi tentado na Assembleia da República e os senhores não o permitiram e não o permitiram, vejam bem, acabam de dar uma golpada na Presidência da Assembleia da República elegendo pela primeira vez um deputado como Presidente da Assembleia da República que não ganha, que não pertence à força política mais votada, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): O senhor está sentado na mesma bancada do Sr. Deputado Humberto Melo!

O Orador: ... argumentando, meus senhores, vejam com o quê, com a tradição, argumentando com a tradição em relação à realização de reuniões do plenário da Assembleia da República.

É importante que se diga que esta questão é muito relevante no contexto político em que estamos a viver. Porque a verdade é que é urgente que se discuta, porquê?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é urgente!

O Orador: Porque há dois partidos, há dois partidos, o Bloco de Esquerda e o PCP, que são claramente antieuropeístas. Sim, sim, são sim! Onde é que está escrito?

Deputada Zuraida Soares (BE): Diga onde é que está escrito?

O Orador: No vosso programa eleitoral, meus senhores.

Os senhores em relação aos tratados europeus...

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Oh, Sra. Deputada, é que não quer debater, porque nós teríamos oportunidade de debater, nós teríamos a oportunidade...

Presidente: Sr. Deputado, estamos na urgência!

O Orador: Qual é a opinião do Bloco de Esquerda em relação à importância para os Açores ao tratado orçamental?

Presidente: Estamos na urgência, Sr. Deputado.

O Orador: Eu percebo, mas fui aqui interpelado.

Presidente: Também chamei a atenção dos Srs. Deputados que não devem interpelar.

O Orador: Eu queria saber qual é a posição do Bloco de Esquerda e os portugueses querem saber, quero saber também o compromisso do Bloco de Esquerda com que o Primeiro Pacto de Estabilidade e Crescimento. A senhora, nestes 2 pontos, a resposta que está no seu programa eleitoral é negativa, ou passou a ser positiva?

Nestes dois.

Deputada Zuraida Soares (BE): Diga a verdade!

Deputado Aníbal Pires (PCP): E depois!

O Orador: É a verdade, é a verdade absoluta. Não tenho oportunidade.

Oh Sra. Deputada Zuraida Soares, eu gostava imenso de lhe responder e não posso responder, porque a senhora presidente tem toda a razão.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não deixa!

O Orador: Estamos aqui a debater a urgência.

Portanto o que acontece, é que esta questão é da maior relevância, porque esta questão demonstra claramente que a vossa aliança, aliança que quer tomar o poder de forma ilegítima, a vossa essa aliança, é claramente contranatura e os vossos programas de eleitorais, o programa eleitoral do Partido Socialista, do PCP ...

Deputado Aníbal Piões (PCP): Os resultados eleitorais foram ilegítimos!

O Orador: ... e do Bloco de Esquerda são claramente programas que não são compatíveis.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Há anos que ganham nada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, eu compreendo o adiantado da hora, mas apelo um pouco mais à vossa capacidade de conseguirmos terminar este debate.

A Sra. Deputada Zuraida Soares pediu a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É tardia, mas era só para chamar a atenção ao Sr. Deputado Paulo Estevão de que o debate é o debate e a discussão da urgência é a discussão da urgência.

Eu também queria muito debater consigo, Sr. Deputado Paulo Estevão.

Presidente: Sra. Deputada...

A Oradora: Mas só que a Sra. Presidente não deixa e, portanto, ...

Deputado Aníbal Piões (PCP): Não deixa e não deve deixar!

A Oradora: ... não vale a pena iniciarmos o debate.

Muito obrigada.

Presidente: Sra. Deputada!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tenho direito a um contra protesto!

Presidente: Não foi um protesto. Foi uma interpelação ao facto da Mesa não permitir o debate nestas matérias agora em fase da urgência. Foi esse o sentido da interpelação da Sra. Deputada.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra para uma intervenção.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários:

Para o Partido Socialista dos Açores é prioritário e urgente a defesa dos Açores.

Para o Partido Socialista dos Açores é prioritário e urgente todos os dias arranjar soluções para os problemas e para as preocupações das açorianas e dos açorianos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já vamos com duas citações de La Palisse!

O Orador: Para o Partido Socialista dos Açores é sempre prioritário ser um referencial de estabilidade para os Açores, para os açorianos ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Três!

O Orador: ... e também contribuir com essa estabilidade para o resto do país.

Mas para o Partido Socialista dos Açores, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Mais uma!

O Orador: ... não é prioritário nem é urgente a chicana política, o posicionamento tático inconsequente e os favores subservientes aos amigos de Lisboa, no Terreiro do Paço.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Oh! Os amigos de Lisboa!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Como é que votaram na comissão nacional?

O Orador: Aquilo que o PSD Açores vem fazer a este plenário, com este ...

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias, penso que estão reunidas agora as condições para continuar.

O Orador: Aquilo que o Partido Social-democrata curiosamente, sem o seu parceiro de coligação, que segundo sabemos nem foi convidado a subscrever este Projeto de Resolução, aquilo que o PSD Açores vem aqui fazer é mera chicana política.

Apresenta a este Parlamento uma cópia quase *ipsis verbis*, daquele que foi o Projeto de Resolução apresentado pela coligação na Assembleia da República, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): E?

O Orador: ... tentando taticamente que amanhã esteja na comunicação social nacional que no Parlamento dos Açores o PS, o Bloco de Esquerda e o PCP estariam divididos, discutindo questões do âmbito europeu.

Oh, Sr. Deputado António Marinho, poupe-nos a esse filme desagradável! Poupe-nos essa postura táctica inconsequente, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Um filme desagradável!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Esperteza saloia!

O Orador: ... que não contribui em nada para aquelas que são as obrigações que todos temos que cumprir aqui neste Parlamento. É como disse e bem, o Sr. Deputado Aníbal Pires, uma esperteza saloia.

Vem com esta propostazinha tentar tirar dividendos político-partidários de uma suposta divisão, que possa vir acontecer.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Já está feita a coligação para as eleições regionais!

O Orador: Oh, Sr. Deputado António Marinho, poupe-nos a nós e poupe também os contribuintes açorianos que pagam também o funcionamento deste Parlamento a este espetáculo degradante que nos apresenta o PSD Açores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é novidade! É recorrente!

O Orador: E, portanto, nós não precisamos reafirmar nada do que aqui está. Nós vamos chumbar este pedido de urgência e teremos muito gosto em discutir consigo e com todos os colegas estas questões, em sede de comissão parlamentar.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação deste pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam faça o favor de se manter como estão.

Estamos a votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Secretária anuncie o resultado da votação.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi rejeitado com 21 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 15 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Tendo sido rejeitada a urgência, terminámos ...

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que estava em causa com este Projeto de Resolução era a reafirmação de princípios fundamentais que já foram sufragados de uma forma esmagadora em sucessivos atos eleitorais.

Aquilo que acabámos de ver com este chumbo desta urgência, desde logo foi também aqui uma curiosa coligação, que aliás está associada à coligação negativa, que deu origem à apresentação deste projeto de urgência.

E curioso foi também verificar a vontade que existia por parte de todos em discutir aquilo que está contido neste Projeto de Resolução, a vontade expressa por todos e designadamente pela dita coligação.

Curiosamente quem manifestou vontade de discutir as questões, que inclusivamente incomodaram ali a Sra. Deputada Zuraida Soares, curiosamente foram esses que acabaram por chumbar a urgência.

Contradições é aquilo que está perfeitamente associados aos três partidos que chumbaram esta urgência.

Portanto, negaram-se à discussão, não quiseram fazer agora a discussão. Não a quiseram fazer, aliás, já em situações anteriores, não vou especificar quais.

Podem ter fugido uma vez à discussão como aconteceu agora, podem fugir novamente à discussão amanhã, ou depois, mas há sempre, ou vai haver sempre e relativamente a alguns dos que se negaram à discussão e que não se encontram no quadro da tal esquerda radical e que se têm manifestado de acordo com aquilo que vem nos 4 pontos deste Projeto de

Resolução, relativamente a esses vai haver uma prova final e cá estaremos para a ver. É que quando soubermos relativamente a esta coligação, que consideramos uma coligação negativa, quando virmos os votos dos deputados açorianos na Assembleia da República do Partido Socialista, será nesse momento que poderá eventualmente cair a máscara deste Partido Socialista que se quer negar à discussão. Estamos à espera para ver.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falemos então em contradição, Sras. e Srs. Deputados.

O Projeto de Resolução do PSD, com pedido de urgência, seria para nós discutirmos aqui nos tempos regimentais para uma iniciativa política, açorianos e açorianas oiçam bem, a união económica e monetária, o tratado orçamental, tratado sobre estabilidade, coordenação e governação, na união económica e monetária, o Pacto de Estabilidade e Crescimento, o semestre europeu ...

Presidente: Srs. Deputados, por favor.

A Sra. Deputada Zuraida Soares está no uso da palavra.

A Oradora: Vou continuar, Sra. Presidente.

... o semestre europeu e restantes mecanismos de vigilância orçamental e macroeconómica, incluindo as trajetórias orçamentais neles previstos, a união bancária e o mecanismo europeu de estabilidade.

Deputado António Marinho (PSD): Qual é o veto?

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, nunca tal coisa foi discutida no nosso país, nunca o povo se pronunciou sobre isto, mas o PSD quer agora, ou queria agora, que no tempo regimental para a discussão de uma iniciativa, os deputados e as deputadas desta Casa discutissem tudo isto.

Sras. e Srs. Deputados, contradição é querer uma coisa e dizer que se quer outra.

Os senhores não querem discutir coisa nenhuma, porque se querem discutir vamos fazê-lo em sede de comissão, com todo o tempo do mundo, com toda a seriedade e sendo até coadjuvados por especialistas, por personalidades que nos podem vir ajudar a pensar estas questões, que nunca foram pensadas, de uma forma muito mais responsável.

Contradição é querer meter o Rossio, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É o Rossio na metesga! É ao contrário!

A Oradora: ... na metesga. Exatamente, o contrário, é o contrário, porque a contradição é tal que nem se percebe qual é o objetivo, ou melhor, vamos agora, vou terminar agora, Sra. Presidente, vamos falar a sério.

O PSD não quer discutir Europa nenhuma, nunca quis deixar o povo falar sobre ela, votar sobre ela, nenhum tratado. Não quer discutir nada disso, a única coisa que quer é defender o poder a todo o custo, não aqui, na República. E então, o que é que aconteceria? Uma ajudinha dada pelos Açores, se os Açores dessem uma ajudinha que bom que seria.

Sras. e Srs. Deputados, com toda a sinceridade e respeito democrático que todos os partidos aqui representados me merecem. Os senhores já tiveram melhores dias.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, eu agora já não arrisco.

De forma que era só para ajudar a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, no âmbito da minha declaração de voto e vou dizer porquê, porque eu acho que era possível, porque é fácil, o resultado era muito simples.

Há uma coluna que é ... A questão aqui era reafirmar, reafirmar e reafirmar.

Deputada Zuraida Soares (BE): Então é reafirmarem!

O Orador: Aqui era muito simples preencher esta matriz.

Primeira pergunta, Bloco de Esquerda não, PS sim, PCP não.

Segunda pergunta, reafirmar a inclusão dos Açores, o nosso país na União bancária.

Bloco de Esquerda sim, PS sim, ... Não!

Bloco de Esquerda não, PS sim, PCP não.

E reafirmar a importância para os Açores, a vinculação de Portugal ao tratado orçamental: Bloco de Esquerda não, PS sim, PCP não.

Deputada Zuraida Soares (BE): Já sabe qual é a resposta! Para quê discutir!

O Orador: Quarto, reafirmar a importância dos Açores para o compromisso do nosso país com cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento, vou já terminar, Bloco de Esquerda não, PS sim e PCP não. E finalmente, quinto ponto, rejeitar a bem do interesse de açorianos as propostas de reestruturação unilateral das dívidas públicas nacionais dos Estados membros. Bloco de Esquerda não, PS sim e PCP não. Pronto, é uma discussão rápida.

Acho gastei para aí cerca de 20 segundos.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado António Marinho (PSD): Que nem tinha o Projeto de Resolução à sua frente!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão, de facto, fez aqui um excelente exercício. Não enunciou foi o seu sentido de voto relativamente a estes pontos, mas eu vou enunciar qual seria o posicionamento do PPM, ou qual vai ser perante os diferentes pontos do Projeto de Resolução.

Primeiro não, segundo não (o PPM não!), ao lado do Bloco e do PCP. Terceiro não, ao lado do Bloco e do PCP. Quatro não, ao lado do Bloco e do PCP. Cinco não, ao lado do Bloco e do PCP. Seis ao lado do Bloco e do PCP, o PPM. Sete a mesma coisa, porque eu sei qual é a posição que o PPM relativamente à União Europeia. E que é tão próxima da posição que o PCP tem relativamente à União Europeia, portanto, Sr. Deputado, esqueceu-se foi deste pormenor.

Mas agora que soubemos qual é o sentido de voto relativamente a esta questão por parte do PPM apenas mais uma notazinha.

Oh, Srs. Deputados, coligação negativa, isso o que é?

Coligação negativa?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É uma coligação de socialistas, comunistas e do Bloco de Esquerda!

Presidente: Sr. Deputado, declaração de voto.

O Orador: Isso o que é?

Foram expressões utilizadas na declaração de voto do PPD.

Presidente: Sim, mas o senhor tem de fazer a sua própria declaração de voto.

O Orador: Coligação, eu digo assim, mas isso o que é?

Vossas excelências, vossas excelências têm de se convencer do seguinte, o povo português, no dia 4 de outubro rejeitou as vossas políticas e deu a maioria dos votos ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Escolheu a coligação!

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é um descaramento!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... a quem combateu essas políticas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: Deixe-os falar! Não há problema, não é preciso interromper, Sra. Presidente, que não há mordaza que me ponham.

Portanto, meus caros, o povo português empurrou-vos para fora do poder e não há ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Os senhores passaram para quinta força!

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... outra história, é apenas esta.

O que vossas excelências pretendiam com esta discussão do Projeto de Resolução que o PCP terá todo o prazer em discutir mas o PCP acha que estas questões devem ser profundamente discutidas, aliás, quando elas forem profunda e amplamente discutidas até fora dos parlamentos, possivelmente os vossos resultados eleitorais serão ainda muito menores do que foram agora, porque quando o povo perceber ...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... quais são os interesses que vocês representam, ...

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires.

O Orador: ... quando o povo perceber de que lado é que estão, que estão do lado do grande capital financeiro, ...

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires.

O Orador: ... daquele que não tem rosto, nem pátria, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É a cassette!

O Orador: É a cassette?

Presidente: Sr. Deputado, está no âmbito de uma declaração de voto, já lhe dei margem.

O Orador: Mas eu votei contra o Projeto de Resolução do PSD, exatamente por estes motivos, senhora, porque quero que seja discutido

...

Presidente: O Sr. Deputado votou contra a urgência.

O Orador: Votei contra a urgência, exatamente.

Deputado Bruno Belo (PSD): Não foi contra o projeto, foi contra a urgência!

Deputado António Marinho (PSD): Nem sequer tinha o projeto!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor.

Sr. Deputado Aníbal Pires, o seu tempo já está mesmo a terminar, portanto, tem que ser conciso na sua declaração de voto.

O Orador: Termino, sim senhora.

O que houve aqui não foi nenhuma rejeição da discussão proposta por vossas excelências, o que houve aqui efetivamente, foi a rejeição de uma estratégia saloia do PSD.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Não havendo, Sras. e Srs. Deputados, encerramos a nossa Agenda.

Este foi um plenário longo e trabalhoso. Agradeço a todos a vossa colaboração e passo a ler a proposta de deliberação final: **A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de outubro.**

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigada e um bom regresso a casa.

Eram 20 horas e 14 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Carlos Correia Garcia

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

José António Vieira da Silva **Contente**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Maurício Mendonça Santos

Documentos entrados

1 – Projetos de Resolução:

Assunto: [Descentralização dos procedimentos concursais para recrutamento e seleção de Recursos Humanos para a Administração Pública Autónoma – n.º 136/X](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2015 – 10 – 23

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2015 – 12 – 03;

Assunto: [Estabelece a isenção de encargos com transporte não urgente de doentes - n.º 137/X](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2015 – 10 – 26

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2015 – 12 – 15;

Assunto: [Prorrogação do prazo para apresentação em Plenário do Relatório do Grupo de Trabalho criado no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para Analisar as Políticas Públicas Regionais Açorianas de Proteção das Crianças](#)”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS-PP e pela Representação Parlamentar do PPM - n.º [138/X](#)

Proveniência: PS, PSD e CDS-PP e PPM

Data de Entrada: 2015 – 10 – 28

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Mudança das instalações fixas dedicadas ao serviço prestado pelo programa «Percurso» - n.º 139/X](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2015 – 10 – 28

Pedido de urgência;

Assunto: [Regularização das transferências financeiras protocolizadas com as IPSS e Misericórdias com jardins-de-infância - n.º 140/X](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2015 – 10 – 28;

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assuntos: [Compromisso dos Açores no Projeto Europeu – n.º 141/X](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2015 – 10 – 28

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

2 – Resposta ao requerimento:

Assunto: [Proteção, estudo e divulgação dos dialetos açorianos nas escolas dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 10 – 23

Referência: 54.07.00 – N.º 426/X;

Assunto: [Governo atual desinveste nas Casas dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 10 – 26

Referência: 54.03.00 – N.º 450/X.

3 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a comunicar a decisão da ANACOM sobre os custos das comunicações entre as ilhas e o continente e resto do mundo

Proveniência: O Administrador Delegado da Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, S.A., Mário Vaz

Data de Entrada: 2015 – 10 – 26;

Assunto: Ofício no seguimento da Execução da Resolução n.º 13/2014/A
- Recomenda ao Governo Regional que tome as medidas necessárias no sentido de assegurar o funcionamento da Estação Costeira

Proveniência: O Presidente da Direção do Porto de Abrigo, Francisco Liberato Fernandes

Data de Entrada: 2015 – 10 – 26;

Assunto: Ofício a comunicar a alteração da constituição da Direção do Grupo Parlamentar do PSD eleita, a partir do dia 28 de outubro, com a seguinte constituição:

Presidente: António Augusto Batista Soares Marinho; Vice-Presidente: Luís Maurício Mendonça Santos; Vice-Presidente: Luis Miguel Forjaz Rendeiro; Secretário: Luís Carlos Correia Garcia; Secretário: Filipe de Freitas Belo

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, António Augusto Batista Soares Marinho

Data de Entrada: 2015 – 10 – 28;

4 – Relatórios:

Assunto: Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 10 – 28;

Assunto: [Relatório de Verificação de Poderes do Candidato à Assembleia Legislativa Regional Paulo Jorge da Silva Ribeiro](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 10 – 27;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da ALRAA](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 10 – 28.

5 – Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 110, 111 e 112.

As redatoras, Ana Sofia Machado e Sónia Nunes